

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS  
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião

Ezio Frezza Filho

**MESSIANISMO E POLÍTICA: Ecos nas atividades de Sergio Moro nos processos da  
Lava Jato contra o Presidente Lula**

Belo Horizonte  
2025

Ezio Frezza Filho

**MESSIANISMO E POLÍTICA: Ecos nas atividades de Sergio Moro nos processos da  
Lava Jato contra o Presidente Lula**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, da Pontifícia Universidade Católica, na linha de pesquisa Pluralismo Religioso, Diálogo e Linguagem, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências da Religião.

Área de Concentração: Pluralismo Religioso, Diálogo e Linguagem.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Geraldo Cantarela

Belo Horizonte

2025

## FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

F896m Frezza Filho, Ezio  
Messianismo e política: ecos nas atividades de Sergio Moro nos processos da Lava Jato contra o Presidente Lula / Ezio Frezza Filho. Belo Horizonte, 2025.  
159 f. : il.

Orientador: Antonio Geraldo Cantarela  
Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.  
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião

1. Moro, Sergio Fernando, 1972-. 2. Silva, Luiz Inácio Lula da, 1945- - Julgamento. 3. Messianismo político. 4. Religiosidade. 5. Juiz federal - Poderes e atribuições - Brasil. 6. Análise do discurso. 7. Corrupção na política. 8. Investigação criminal. I. Cantarela, Antonio Geraldo. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 261.7

Ezio Frezza Filho

**MESSIANISMO E POLÍTICA: Ecos nas atividades de Sergio Moro nos processos da  
Lava Jato contra o Presidente Lula**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, da Pontifícia Universidade Católica, na linha de pesquisa Pluralismo Religioso, Diálogo e Linguagem, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências da Religião.

Área de Concentração: Pluralismo Religioso, Diálogo e Linguagem.

---

Prof. Dr. Antonio Geraldo Cantarela – PUC Minas (Orientador)

---

Prof. Dr. Rafael Alem Mello Ferreira - Titular

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Claudia Danielle de Andrade Ritz - Titular

---

Prof. Dr. Carlos Ribeiro Caldas Filho - Titular

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr. Wellington Teodoro da Silva - Titular

Belo Horizonte, 09 de dezembro de 2025

À memória dos meus pais, Ezio e Olga: se vivos fossem, estariam orgulhosos neste momento.

Ao meu filho, Raul, e à minha companheira, Bernadete: dois apoios fundamentais para a consecução este trabalho.

## Agradecimentos

À Professora Doutora Giseli do Prado Siqueira, incentivadora de primeira hora;

À PUC MINAS, pela concessão de auxílio carga horária e de bolsa parcial de estudo;

Aos Professores do campo, Ciências da Religião, pelo carinhoso acolhimento no programa;

Ao Professor Doutor Antonio Geraldo Cantarela, pela sempre firme orientação e precisa correção dos rumos da pesquisa;

Ao Raul, filho querido, pelas dicas tecnológicas, pelo companheirismo e pela escuta paciente: ajudas inestimáveis.

À Bernadete, minha amada companheira de longa data, pela trocação de ideias, pelas contribuições formais e teóricas e, também, pela escuta paciente: já sabe o texto de cor e salteado.

À Paula Montenegro, pelas preciosas dicas sobre as normas técnicas do trabalho científico.

*Eu quase que nada não sei. Mas desconfio de muita coisa.*

ROSA (2001, p. 31)

## RESUMO

Trata-se de tese no campo da Ciências da Religião em que se relacionam as características básicas dos movimentos messiânicos registrados no Brasil e as atividades do ex-juiz federal Sergio Moro na condução dos processos da *Operação Lava Jato*, movidos contra o presidente Lula na 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba/PR. Investigou-se a hipótese de haver ecos messiânicos nas atividades do referido ex-juiz federal, considerando que no movimento ao seu redor foram registrados elementos típicos do messianismo clássico; a título de objetivos específicos, foram estudadas as evoluções históricas do messianismo e os principais movimentos messiânicos brasileiros, bem como os vetores que contribuem para a sua formação e, por fim, os ecos messiânicos na atuação de Sergio Moro e o colapso do movimento popular que o apoiava. Metodologicamente, far-se-á revisão bibliográfica sobre o tema, bem como análise dos discursos em forma de pronunciamentos judiciais e entrevistas divulgadas pelos meios de comunicação. Como apoio teórico foram estudadas as conceituações de Maria Isaura Pereira de Queiroz, bem como os apontamentos críticos de Edmundo Moniz e Rui Facó relacionados com a formação dos movimentos brasileiros. Em conclusão, pode-se afirmar que Sergio Moro não se houve exatamente igual a um messias, mas das suas atuações ecoaram muitas das características próprias do messianismo, incluindo a situação de crise da qual o ex-magistrado se elevou como o salvador da pátria, e as manifestações religiosas no bojo dos processos judiciais e fora dele, nas manifestações de rua.

**PALAVRAS-CHAVE:** Religiosidades; Messianismo; Sergio Moro; *Operação Lava Jato*.

## ABSTRACT

This thesis is situated within the field of Religious Studies and examines the relationship between the basic characteristics of messianic movements recorded in Brazil and the activities of former federal judge Sergio Moro in his conduct of the Operation Lava Jato proceedings against President Lula before the 13th Federal Criminal Court of Curitiba, Paraná. The aim of the study is to investigate the hypothesis that messianic echoes can be identified in the actions of the aforementioned former judge, considering that elements typical of classical messianism were observed within the movement that coalesced around him. As specific objectives, the research analyzed the historical developments of messianism and the principal Brazilian messianic movements, as well as the vectors contributing to the formation of classical movements, and, finally, the messianic echoes in the conduct of Sergio Moro and the collapse of the popular movement that once supported him. Methodologically, the study is based on a bibliographic review of the subject, as well as an analysis of discourses in the form of judicial pronouncements and interviews disseminated through media outlets. The theoretical framework draws upon the conceptualizations of Maria Isaura Pereira de Queiroz, in addition to the critical contributions of Edmundo Moniz and Rui Facó regarding the formation of Brazilian messianic movements. In conclusion, it may be stated that Sergio Moro did not behave precisely as a messiah; nevertheless, many of the distinctive features of messianism resonated through his actions, including the crisis scenario from which the former magistrate emerged as a supposed savior of the nation, as well as the religious manifestations both within the judicial proceedings and beyond them, in street demonstrations.

**Keywords:** Religiosities; Messianism; Sergio Moro; *Operation Lava Jato*.

## RESUMEN

Es una tesis en el campo de las Ciencias de la Religión en la que se relacionan las características fundamentales de los movimientos mesiánicos registrados en Brasil con las actividades del exjuez federal Sergio Moro en la conducción de los procesos de la Operación Lava Jato, promovidos contra el presidente Lula en la 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba/PR. El objetivo de la investigación consiste en indagar la hipótesis de la existencia de ecos mesiánicos en las acciones del mencionado exjuez, considerando que en el movimiento a su alrededor se registraron elementos típicos del mesianismo clásico; como objetivos específicos, se estudiaron las evoluciones históricas del mesianismo y los principales movimientos mesiánicos brasileños, así como los factores que contribuyen a su formación y, finalmente, los ecos mesiánicos en la actuación de Sergio Moro y el colapso del movimiento popular que lo apoyaba. Metodológicamente, se realizará una revisión bibliográfica sobre el tema, así como un análisis de los discursos en forma de pronunciamientos judiciales e entrevistas divulgadas por los medios de comunicación. Como apoyo teórico, fueron estudiadas las conceptualizaciones de Maria Isaura Pereira de Queiroz, así como las observaciones críticas de Edmundo Moniz y Rui Facó relacionadas con la formación de los movimientos brasileños. En conclusión, se puede afirmar que Sergio Moro no actuó exactamente como un mesías, pero de sus actuaciones resonaron muchas de las características propias del mesianismo, incluyendo la situación de crisis de la cual el exmagistrado se erigió como salvador de la patria, y las manifestaciones religiosas tanto en el marco de los procesos judiciales como fuera de ellos, en las manifestaciones callejeras.

**PALABRAS CLAVE:** Religiosidades; Mesianismo; Sergio Moro; *Operación Lava Jato*.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|                                                                                     |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Imagem 1 – Fotografia da Marcha da Família com Deus pela Liberdade .....            | 40  |
| Imagem 2 – Fotografia de Oceano de Sá.....                                          | 48  |
| Imagem 3 – Fotografia das Pedras do Reino Encantado .....                           | 55  |
| Imagem 4 – Fotografia do Padre Cícero .....                                         | 57  |
| Imagem 5 – Corpo morto de Antônio Conselheiro .....                                 | 60  |
| Imagem 6 – Fotografia do Monge José Maria de Santo Agostinho .....                  | 63  |
| Imagem 7 – Fotografia de Jorge Maurer e Jacobina Maurer .....                       | 65  |
| Imagem 8 – Fotografia de manifestações de apoio a Sergio Moro .....                 | 69  |
| Imagem 9 – Cartaz publicitário sobre as palestras de Moro em Lisboa .....           | 73  |
| Imagem 10 – Reprodução de mensagem de Marcelo Bretas.....                           | 92  |
| Imagem 11 – Fotografia dos ataques do 8 de janeiro de 2023.....                     | 114 |
| Imagem 12 – Fotografia da condução coercitiva de Lula.....                          | 118 |
| Imagem 13 – Reprodução da capa da revista Veja, edição de 16 mar. 2016.....         | 120 |
| Imagem 14 – Fotografia de Sergio Moro diante da estátua de Padre Cícero Romão ..... | 139 |
| Imagem 15 – Fotografia do dístico religioso em campanha política.....               | 143 |
| Imagem 16 – Fotografia de bolsonaristas rezando em favor de golpe militar.....      | 144 |
| Imagem 17 – Adesivo da campanha do armamento.....                                   | 147 |

## SUMÁRIO

|                                                                       |           |
|-----------------------------------------------------------------------|-----------|
| 1.1 Metodologia.....                                                  | 15        |
| 1.2 Referencial teórico.....                                          | 16        |
| 1.3 Objetivos.....                                                    | 16        |
| 1.3 Organização dos Capítulos .....                                   | 17        |
| <b>2 CONCEITUAÇÕES E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO MESSIANISMO.....</b>       | <b>18</b> |
| 2.1 Definições e delimitações preliminares .....                      | 18        |
| 2.1.1 <i>Messias e messianismo</i> .....                              | 18        |
| 2.1.2 <i>Milenarismo</i> .....                                        | 20        |
| 2.1.3 <i>Movimento messiânico</i> .....                               | 21        |
| 2.1.4 <i>Carisma e líder carismático</i> .....                        | 21        |
| 2.1.5 <i>Movimentos rústico, primitivo e urbano</i> .....             | 22        |
| 2.1.6 <i>Novas concepções sobre os movimentos messiânicos</i> .....   | 23        |
| 2.1.7 <i>Movimentos de massas, reativos e acomodativos</i> .....      | 24        |
| 2.1.8 <i>Operação Lava Jato</i> .....                                 | 27        |
| 2.2 Origens e evolução histórica .....                                | 28        |
| 2.2.1. <i>Messianismo e religião</i> .....                            | 28        |
| 2.2.2 <i>Messianismo judaico-cristão</i> .....                        | 30        |
| 2.2.3 <i>Jesus de Nazaré</i> .....                                    | 32        |
| 2.3 Religião e política.....                                          | 35        |
| 2.3.1 <i>Deus, Pátria e Família</i> .....                             | 35        |
| 2.3.2 <i>Ação Integralista Brasileira</i> .....                       | 37        |
| 2.3.3 <i>Marcha da Família com Deus pela Liberdade</i> .....          | 39        |
| 2.3.4 <i>Operação Lava Jato</i> .....                                 | 40        |
| 2.3.5 <i>Destino Manifesto</i> .....                                  | 41        |
| 2.4 Movimentos rústicos.....                                          | 42        |
| 2.5 Movimentos urbanos .....                                          | 46        |
| <b>3 LÍDERES MESSIÂNICOS: ENTRE A BATINA, A TÚNICA E A TOGA .....</b> | <b>49</b> |
| 3.1 Silvestre José dos Santos e a Cidade do Paraíso Terrestre .....   | 53        |
| 3.2 João Antônio dos Santos e o Reino Encantado .....                 | 54        |
| 3.3 Padre Cícero e a Cidade Santa de Juazeiro/CE.....                 | 56        |
| 3.4 Antônio Conselheiro e Canudos .....                               | 59        |

|                                                                                |            |
|--------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>3.5 Beato José Maria e o Contestado .....</b>                               | <b>61</b>  |
| <b>3.6 Jacobina Maurer e os Muckers .....</b>                                  | <b>64</b>  |
| <b>3.7 Sergio Moro e a Operação Lava Jato.....</b>                             | <b>66</b>  |
| <b>3.8 Acólitos e apóstolos .....</b>                                          | <b>76</b>  |
| <b>4 MESSIANISMO: VETORES, LEGADO DE VIOLÊNCIA E COLAPSO .....</b>             | <b>78</b>  |
| <b>4.1 Fanatismo religioso.....</b>                                            | <b>79</b>  |
| <i>4.1.1 Traços de messianismo entre os povos originários.....</i>             | <i>80</i>  |
| <i>4.1.2 Fanatismo religioso nos movimentos rústicos.....</i>                  | <i>81</i>  |
| <i>4.1.3 Fanatismo e religiosidade na Operação Lava Jato .....</i>             | <i>89</i>  |
| <b>4.2 Cangaço, violência e criminalidade.....</b>                             | <b>94</b>  |
| <b>4.3 O meio como condição para os movimentos messiânicos .....</b>           | <b>95</b>  |
| <i>4.3.1 A palestina nos tempos de Jesus.....</i>                              | <i>97</i>  |
| <i>4.3.2 Nordeste brasileiro no Século XIX .....</i>                           | <i>100</i> |
| <i>4.3.3 Condições de vida no sul do Brasil .....</i>                          | <i>105</i> |
| <b>4.4 Duas opções: fanatismo religioso ou cangaço.....</b>                    | <b>106</b> |
| <b>4.5 O Brasil nos tempos da Lava Jato .....</b>                              | <b>109</b> |
| <b>4.6 Criminalidade, violência e colapso dos movimentos messiânicos .....</b> | <b>111</b> |
| <i>4.6.1 Violência e ódio na esteira da Lava Jato .....</i>                    | <i>112</i> |
| <b>5. UM MESSIAS TOGADO? .....</b>                                             | <b>114</b> |
| <b>5.1 A crise engendrada por Sergio Moro .....</b>                            | <b>115</b> |
| <b>5.2 A formação do movimento de apoio a Moro e à Lava Jato .....</b>         | <b>121</b> |
| <b>5.3 Moro se apresenta como o messias.....</b>                               | <b>129</b> |
| <i>5.3.1 Atos extraprocessuais .....</i>                                       | <i>133</i> |
| <b>5.4 O caráter religioso nas ações da Lava Jato.....</b>                     | <b>137</b> |
| <i>5.4.1 Deltan Dallagnol e a Igreja Batista de Bacacheri.....</i>             | <i>139</i> |
| <i>5.4.2 Marcelo Bretas e citações bíblicas .....</i>                          | <i>140</i> |
| <i>5.4.3 A religião nas ruas do país .....</i>                                 | <i>141</i> |
| <b>5.5 Crime e violência no colapso da Lava Jato e de Sergio Moro.....</b>     | <b>144</b> |
| <b>6 CONCLUSÕES.....</b>                                                       | <b>149</b> |
| <b>7 REFERÊNCIAS .....</b>                                                     | <b>153</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Trata-se de tese em que são analisadas as condutas do ex-juiz federal Sergio Fernando Moro, responsável pela instrução e julgamento dos processos da *Operação Lava Jato* movidos contra o Presidente Lula; o objetivo é encontrar eventuais traços messiânicos naquele episódio. As análises previstas serão amplificadas para a compreensão dos movimentos messiânicos que se verificaram no Brasil, de modo a permitir o comparativo com as condutas do juiz em comento.

Inserida no campo das Ciências da Religião, esta tese busca compreender como o conceito de messianismo também se aplica aos contextos políticos contemporâneos, com suas interseções nos discursos da área da justiça com promessas de restauração da moralidade e de redenção social. É a partir de um fenômeno que tem origens religiosas que se analisarão os graves e recentes acontecimentos da vida social, política e jurídica do país.

A escolha do tema se justifica pelo impacto que a *Operação Lava Jato* teve no cenário político brasileiro e pelo modo como o ex-juiz foi alçado à posição de salvador da pátria e, como tal, festejado nas ruas inclusive por figuras de realce do meio artístico e televisivo. O fenômeno do messianismo estudado na religião pode ser observado também na seara política, quando líderes assumem, como no caso, a condição de redentores de uma sociedade (supostamente) corrompida.

A análise permitirá a compreensão das dinâmicas discursivas das atividades jurisdicionais, revestidas pelas simbologias religiosas que estão presentes na tríade *Deus, Pátria e Família*, no dístico Brasil acima de tudo, Deus acima de todos, bem como nas pregações religiosas de Deltan Dallagnol e nas citações bíblicas de Marcelo Bretas, também em processos da Lava Jato, ambos auxiliares diretos de Sergio Moro.

Assim é que se verificará como o messianismo pode se manifestar em contextos contemporâneos relacionados com justiça, política e, sobretudo, com questões relacionadas com a moralidade pública. A referida contribuição sobressairá da análise dos discursos dos órgãos de mídia que, juntamente com setores relevantes do Judiciário, do Ministério Público Federal e de religiosos, construíram a imagem do ex-juiz como um ser ungido e guiado para restaurar a moralidade administrativa, num movimento que fez uso de símbolos e de discursos tradicionalmente religiosos.

A hipótese que se busca demonstrar está em que a atividade do ex-juiz extrapolou os fazeres próprios da magistratura, cujo papel é a de prestar tutela jurisdicional solucionando conflitos de interesse, de modo equidistante das partes em litígio e garantindo contraditório e

ampla defesa, papel esse em que são reprováveis veredas outras que não fazem parte do processo judicial, sobretudo as de ordem religiosas e sagradas, assim como também as de caráter político-partidário.

Ao contrário disso, referido juiz assumiu publicamente a figura de um salvador da pátria que, tal como um messias, achava-se imbuído de passar o Brasil a limpo, acabando com a corrupção e com a impunidade reinantes no país, segundo sua própria visão. A tese fará uso dessa perspectiva para entender a construção da imagem do ex-juiz como o único agente possível para combater a corrupção, especialmente na mídia e no discurso público.

Ademais, ver-se-á, como o discurso messiânico pode ser aplicado aos agentes públicos, tal como é o caso de Sergio Moro, que foi visto por grande parte da grande mídia e da própria população brasileira como capaz de, sozinho, salvar o país das mãos dos corruptos – fato que amplia a compreensão do messianismo como um fenômeno ainda vivo e capaz de se adaptar aos modernos contextos históricos e sociais.

Outras variáveis na hipótese mencionada poderão se verificar ao fim das análises que serão feitas, dado que também será possível concluir que, se acaso o então magistrado não figurou com um clássico messias, não incorporando em si mesmo todas as características dos messias tradicionais, ao menos deixou que algumas das marcas caracterizadoras do messianismo ecoassem no seu fazer. É o que eventualmente poderá se extrair da análise das manifestações havidas no seu círculo de atuação e entre os seus apoiadores, incluindo as palavras e expressões de ordem religiosa, bem como citações bíblicas, que aparecem nos discursos que deram sustentação aos trabalhos judiciais – as quais, propositalmente, não foram rechaçadas por Sergio Moro.

Nesta linha de raciocínio, é no campo da Ciências da Religião que será possível verificar e analisar como os elementos de origem inicialmente religiosa influenciam a vida política e social de um determinado local. Ver-se-á com mediana clareza que as ideias de salvação e de luta contra o mal, visando ao encontro de um mundo, senão perfeito e livre de todos os males, ao menos a salvo de mazelas, foram apropriadas em vários e decisivos momentos da *Operação Lava Jato*, justificando a pretensa busca por uma pureza moral, legitimando com isso certas práticas jurídicas e políticas severamente questionáveis, inusuais e impertinentes, tanto assim é que a maioria daquelas decisões veio a ser anulada pelo Supremo Tribunal Federal.

É possível afirmar, portanto, que a tese tem potencial para inovar o campo da Ciências da Religião, trazendo luzes sobre como a lógica e a prática messiânicas se infiltram em instituições que supostamente deveriam ser racionais e seculares, assim afastadas do poder religioso. Da análise respectiva sobressairá a reconstrução histórica do messianismo, com suas

transmutações do mundo estritamente religioso para os demais campos das variadas atividades humanas – e, mais especificamente, para o campo jurídico-político, conforme a presente proposta.

No ponto, a pesquisa partiu do messianismo judaico-cristão e nele ficou concentrada, considerando as religiões monoteístas, nas quais a figura do messias aparece com mais destaque e pleno dos seus característicos próprios, os quais serão comparados, no momento oportuno, com as atuações do ex-juiz em comento e as dos seus coadjuvantes. A propósito, haverá um primeiro capítulo destinado às delimitações históricas e conceituais que o tema requer, em que se tratará das origens do messianismo pelo seu viés religioso e suas derivações para os campos social e político.

Feitas as delimitações e conceituações pertinentes, haverá um capítulo destinado à identificação das principais lideranças messiânicas despontadas no país e suas características, sobretudo religiosas, sociais e políticas; também é o *locus* em que estarão os feitos de Sergio Moro, quando na condição de juiz federal em Curitiba, de modo que então serão apontadas as promessas feitas por uns e outros para a massa de seguidores.

Outro capítulo, em sequência, será alinhavado para tratar dos aspectos que propiciam o surgimento do messias e do movimento que se forma ao seu redor; será a ocasião para discorrer sobre os vetores econômicos, políticos, sociais e culturais que convergem para dar vida aos fenômenos em estudo; também será verificada a presença do fanatismo religioso como elemento capaz de agregar atrocidades violentas e letais desferidas de dentro para fora ou de fora para dentro do movimento, quando então líder e movimento entram em colapso.

As práticas do ex-juiz serão analisadas no último capítulo de desenvolvimento da tese, ocasião em que serão buscadas as evidências que fundamentarão a hipótese formulada. As falas de Sergio Moro e suas manifestações nos autos dos processos respectivos geraram significativas repercussões na opinião pública, permitindo que daí seja traçado um retrato capaz de mostrar como o ex-juiz foi elevado, no bojo da conjuntura política e social então vigente no país, à condição de salvador da pátria.

## **1.1 Metodologia**

Metodologicamente, trata-se de tese oriunda de pesquisa qualitativa desenvolvida a partir de revisão bibliográfica, buscando suprir eventuais lacunas, para entender a origem dos movimentos messiânicos nos grupos marginalizados pelos vazios e abandonos de toda ordem,

que são geradores do estado de necessidade e engendram a ideologia messiânica. Neste sentido é que as massas elaboram seus próprios códigos e sua própria identidade em posição de relativa autonomia em relação ao *status quo* vigente.

Pela mesma metodologia serão analisados, como fonte primária, reportagens e artigos de mídia relacionados com os processos do Presidente Lula, bem como entrevistas e declarações concedidas pelo ex-juiz em questão e suas manifestações no âmbito dos respectivos processos judiciais; como fonte secundária, a análise passará por artigos científicos relacionados ao tema. Por fim, será demonstrado o colapso das lideranças e dos movimentos messiânicos, quando então deixam atrás de si um legado de violência e de atrocidades.

## 1.2 Referencial teórico

O referencial teórico inclui autores como Maria Isaura Pereira de Queiroz (1965) que classifica e discute o messianismo no contexto brasileiro e mundial, como fonte primária de consulta; com referida autora será possível compreender como discursos de salvação, redenção e purificação moral influenciaram o julgamento de Lula e o cenário político brasileiro. Suas teses exploraram as construções simbólicas dos movimentos e são servíveis para demonstrar que o messianismo não é apenas religioso, mas também opera no campo político e jurídico.

Rui Facó (1972) e Edmundo Moniz (1978), de outro turno, trazem elementos que auxiliam na compreensão da formação dos movimentos messiânicos, questionando a sedimentada ideia de que são compostos por cangaceiros e fanáticos religiosos, ideias desqualificadoras dos legítimos movimentos sociais. No tocante à análise dos fatos relacionados com a *Operação Lava Jato* e com a atuação do ex-juiz, serão mencionadas as decisões judiciais e entrevistas por ele concedidas.

Enfim, a tese mostrará como um discurso com ecos messiânicos e sua respectiva prática, são instrumentalizados na sociedade, o que contribuirá para uma reflexão mais ampla sobre o papel da religião na construção de narrativas de poder no Brasil contemporâneo.

## 1.3 Objetivos

O objetivo geral da tese consiste em demonstrar a existência de traços messiânicos na conduta do ex-juiz Sergio Moro durante a instrução e o julgamento das ações judiciais movidas contra o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no bojo da *Operação Lava Jato*. Práticas viciadas,

sob o ponto de vista do formalismo processual, denunciaram a intenção de condenar o indiciado a qualquer custo, valendo-se da imagem por ele projetada, e ampliada pelas mídias, como o único capaz de extirpar a corrupção existente no país, prendendo e alijando da vida política os pretensos responsáveis pelo estado de coisas; nesse imaginário, estava a figura de um ser que prometia um futuro sem a presença de corruptos no Congresso Nacional e no Poder Executivo.

A propósito, foi aventada a hipótese de se estudar a conduta do então julgador pela ótica do homem dotado de ilimitados e invencíveis poderes, tal como os heróis da ficção, onisciente e onipresente, sem o qual resultaria infrutífero o combate aos criminosos. Entretanto, preferiu-se a opção ora levada a cabo pela melhor adequação da temática – messias e messianismo – ao campo das ciências da religião; não se quer, com isso, afirmar que Sergio Moro atuou como um autêntico e tradicional messias, mas, pelo menos, mostrar que em seus atos e palavras é possível encontrar ecos messiânicos. Dito de outro modo, será possível perquirir sobre a figura de um quase-messias, sobretudo quando comparado com os principais messias da história brasileira.

Especificamente, quatro são os objetivos: mostrar a evolução histórica do messianismo, desde os tempos bíblicos até os dias atuais, conceituado e delimitando a pesquisa; analisar os principais movimentos messiânicos brasileiros e a conduta dos seus líderes, o que se justifica para comparar aquelas atuações com as de Sergio Moro; estudar os vetores que convergem para a formação dos movimentos messiânicos, com destaque para a miserabilidade advinda das crises cíclicas e do abandono do povo pelos poderes constituídos, bem como o seu legado de violência; por fim, demonstrar os ecos messiânicos propriamente ditos e que podem ser encontrados nas atividades do ex-juiz em comento, bem como o colapso do movimento respectivo.

### **1.3 Organização dos Capítulos**

O presente trabalho está organizado em 4 capítulos. Após esta introdução, seguirá o capítulo intitulado “Conceituações e evolução histórica do messianismo”, bem como o intitulado “Líderes messiânicos: entre a batina, a túnica e a toga”. Logo após, seguirão os capítulos intitulados “Messianismo: vetores, legado de violência e colapso” e, o último deles, “O messias togado”. Ao fim, seguirão as Conclusões e as Referências, como elementos necessários para o trabalho científico.

## 2 CONCEITUAÇÕES E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO MESSIANISMO

*O sertão é do tamanho do mundo.*

(ROSA, 2001, p. 89)

Nesta primeira parte serão postas questões relevantes sobre o tema do messianismo e que são necessárias para que sejam feitas as conexões com as atividades do ex-juiz no âmbito dos processos da *Operação Lava Jato*, momento em que serão apreciadas as semelhanças e as diferenças entre estas atividades jurisdicionais e os movimentos messiânicos clássicos, permitindo o encerramento da tese com o encontro das respostas adequadas para as hipóteses levantadas na introdução.

Assim é que serão apresentadas as definições adotadas pelos pesquisadores da área, de modo a indicar o sentido dos vocábulos e expressões que aparecerão ao longo do texto e de acordo com as abordagens realizadas neste trabalho. Na sequência, serão mostradas as origens históricas do messianismo, partindo do ambiente religioso e verificando como essas práticas, em evolução, foram se expandindo para o campo de estudo da sociologia e da política, com o passar do tempo.

### 2.1 Definições e delimitações preliminares

Determinados vocábulos e expressões que serão utilizados neste estudo merecem uma definição mais precisa para a adequada compreensão dos temas a serem desenvolvidos. Expressões como messias e messianismo, milenarismo e movimento messiânico, messianismo rústico, de tribos primitivas e urbano, bem como carisma e líder carismático, é que serão tratadas em conjunto com as demais concepções contidas nos estudos da área.

#### 2.1.1 *Messias e messianismo*

O messianismo é a crença em um salvador, normalmente um emissário divino ou alguém que atua, ou atuará, em nome de Deus, capaz de interferir em uma dada realidade para transformá-la em uma nova era de virtude e justiça; no messianismo é possível encontrar a figura do milenarismo, ou seja, crença naquele que virá, futuramente, para salvar o povo de uma realidade nefasta (NEGRÃO, 2001).

Ademais disso, messianismo é um termo usado para expressar os anseios do povo, que espera o messias, e se “afirma como uma força prática, e não como uma crença passiva e inerte de resignação e conformismo” (QUEIROZ, 1965, p. 07). Conforme ROSSI (2007, p. 3):

Uma frase de Maria Izaura (1977:186) é lapidar: “os movimentos messiânicos se caracterizam pela transformação que trazem ao mundo terreno...” A fim de reafirmar essa posição, Maria Izaura (1977:383) emprega o termo “messianismo” para designar dois fatos sociais diferentes, da seguinte forma: 1) a crença na vinda de um enviado divino, que trará aos homens justiça, paz e condições felizes de existência; 2) a ação de um grupo obedecendo às ordens do líder sagrado, que vem instalar na terra o reino da sonhada felicidade. A crença nasce do descontentamento, cada vez mais profundo, de certas coletividades, diante de desgraças ou de injustiças sociais que as acabrunham; afirma formalmente a esperança numa transformação positiva das condições penosas de existência a se produzir”.

O messias é o líder sagrado, aquele que vem guiar seus seguidores pelos caminhos adequados para que sejam cumpridos e alcançados os anseios e as expectativas do movimento. Busca, o messias, a renovação do mundo e se impõe pelo discurso recheado de promessas – tal como se fora um político propriamente dito, pois que político que nada promete não tem sucesso como tal. É o sofrimento de uma comunidade, e não do indivíduo, que é objeto da salvação, de modo que é o redentor que traz esperança de salvação terrena e coletiva. O messias tem profundo contato com a sociedade, conhece seus anseios e perspectivas e procura instituir neste mundo uma nova ordem de justiça e de felicidade; do contraponto entre o mundo ideal e o mundo real é que surge a necessidade de se fundar uma nova sociedade (ROSSI, 2007).

A personalidade do messias constitui fator essencial para a produção dos fenômenos; personalidade aqui referenciada pelos aspectos pessoais e sociais do líder, aquele que é mais esclarecido do que seus seguidores e que possui senso de organização e liderança. O fato, todavia, de ser mais esclarecido não significa necessariamente que seja erudito, na medida em que a história registra a atuação de lideranças messiânicas sabidamente analfabetas, do que é exemplo Pedro Batista, da comunidade Santa Brígida, no município de Jeremoabo/BA, homem analfabeto, porém dotado de conhecimentos gerais. Noutras condições, Pedro Batista seria sem dúvida um líder político; no Nordeste seco, é um messias (QUEIROZ, 1965).

Acrescenta-se que um messias tem que ter carisma; não existe messias que não seja carismático. O contrário, todavia, nem sempre ocorre, na medida em que líderes carismáticos não se apresentam obrigatoriamente como líderes messiânicos.

Em regra, os movimentos são dirigidos por um único líder, ou messias, ou por dois ou mais líderes, em conjunto ou em sequência uns dos outros. No movimento de Juazeiro do

Norte/CE, Padre Cícero e Floro Bartolomeu auxiliaram-se mutuamente, unindo religião e política para execução de atos de força militar.

O movimento do Contestado, no sul do país, teve como principal personagem um monge, “entendido presente ou relacionado a três aparições sucessivas: o monge João Maria de Agostini, o monge João Maria de Jesus e o monge José Maria, este, o maior expoente e o líder da revolta armada” (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 165), todos contribuíram para formação do grupo de seguidores. Jacobina Maurer e seu marido João Jorge Maurer exerceram liderança conjunta no movimento dos Muckers. Sergio Moro, de seu turno, liderava um movimento que misturava aspectos jurídicos e políticos, conduzindo os processos da *Lava Jato*, mas ajudado por Deltan Dallagnol, responsável pela apresentação das denúncias, e por Marcelo Bretas, responsável por um dos braços da operação na Justiça Federal do Rio de Janeiro.

Neste ponto, a história também registra a presença de apóstolos, ou discípulos próximos, que ajudam na condução dos movimentos, embora em grau de subalternidade, sem divisão de poderes. É o que ocorre especialmente quando a missão se expande ou quando se torna necessário garantir a continuidade da liderança. Jesus, por exemplo, esteve junto aos doze apóstolos que, ao depois, se encarregaram da expansão do cristianismo, modelo esse que, ver-se-á mais adiante, veio de ser adotado por outros líderes em outros movimentos ocorridos no Brasil, incluindo os eventos da *Lava Jato*.

### **2.1.2 Milenarismo**

Para uma vertente do cristianismo, milenarismo é a crença em um reino de paz e prosperidade sobre a terra, que se daria entre o primeiro Juízo de Deus e o Juízo Final. É a crença na vinda de um emissário divino capaz de alterar a realidade presente e propiciar uma nova era de paz, justiça e prosperidade. Ao fim de uma época, crises e catástrofes virão, servindo como sinal para o novo, o diferente – que seria a nova etapa histórica do milênio (BLANK, n.d.). Ainda com BLANK (n.d.), na última dessas épocas, numa perspectiva escatológica, é que se atingirá a plenitude e a perfeição das épocas precedentes, com a realização de todas as esperanças humanas, cujas vivências se darão no Reino de Deus.

Numa vertente religiosa, está ligado à expectativa de uma intervenção divina, que se daria com uma segunda vinda do salvador; numa perspectiva política, é a crença na chegada iminente de uma sociedade perfeita por meio de revoluções ou reformas radicais. De todo modo, milenarismo envolve a esperança de uma transformação radical e definitiva da história.

### **2.1.3 Movimento messiânico**

Conforme QUEIROZ (1965, p. 139) a expressão movimento messiânico se traduz como sendo uma “comunidade chefiada por um messias visando a alcançar ou construir um paraíso terrestre, que significará a salvação e a felicidade neste mundo para os adeptos.” Movimentos messiânicos existiram no Brasil, segundo a mesma autora, entre as populações indígenas e entre as populações rústicas, ou seja, as da área rural.

O movimento messiânico é caracterizado pela participação de segmentos da sociedade, que se agregam e seguem um líder carismático, o mensageiro de Deus cuja missão é apressar o milênio (QUEIROZ, 1965). Os adeptos submetem-se às orientações e ordens do messias visando à realização da nova era de virtude e justiça anunciada. A participação popular poderá ser maior ou menor, conforme cada caso em particular, alcançando, como nos exemplos brasileiros, uma legião de milhares de adeptos ou, então, um número reduzido de seguidores, porém significativo.

Ainda, os movimentos messiânicos têm sido estudados mais por uma ótica sociopsicológica do que unicamente sociológica, na medida em que há concordância no fato de que “o movimento corresponde a um intenso sentimento de frustração e desespero, por se verem grupos de indivíduos impedidos de alcançar aquilo que sua cultura define como constituindo o que a vida tem de mais valioso” (QUEIROZ, 1965, p. 352).

Acontecimentos desorientadores perturbam as massas, causando um desequilíbrio entre o mundo real e os ideais construídos pela coletividade, o que pode ocorrer em qualquer época e com qualquer povo; referidos desequilíbrios, entretanto, nem sempre são solucionados pelos movimentos messiânicos (QUEIROZ, 1965). Acrescenta, a referida autora, entretanto, que mais adequado é esclarecer dentro de que situação sociocultural básica se verifica um movimento messiânico, com análise de suas estruturas e de sua organização, bem como do papel que desempenha.

### **2.1.4 Carisma e líder carismático**

Carisma é uma palavra de origem grega, *Χάρις*, que significa graça, ou dom. No contexto religioso, os dois termos, carisma e carismático, têm significados específicos, sobretudo na esfera do cristianismo.

Do ponto de vista religioso, carisma se refere a dons espirituais concedidos por Deus, para edificação da Igreja; esses dons podem ser variados, incluindo sabedoria, profecias e curas. Numa visão weberiana, carisma se encaixa, em suas origens, num contexto religioso, conforme USARSK (2022, p. 127-129). Carismático é um termo que está associado a pessoas ou grupos de pessoas que enfatizam a ação cristã, exercendo dominação em relação aos seus seguidores.

Fora do contexto religioso, os dois termos estão mais relacionados à influência pessoal e à capacidade de atrair e de inspirar pessoas. Carisma é uma qualidade pessoal que faz com que alguém seja atraente, influente e inspirador para os outros, através da facilidade de comunicação, com falas envolventes e persuasivas. Carismático é quem tem empatia e transmite confiança, liderando e motivando. Para BOFF (2014), o termo, na tradição ocidental, equivale à “personalidade-mana (que) irradia um poder extraordinário e irresistível que, sem violência, se impõe aos demais. Atrai, entusiasmo, fascina, arrasta”. (BOFF, 2014, n.p.).

### ***2.1.5 Movimentos rústico, primitivo e urbano***

Quanto à classificação dos movimentos messiânicos, segundo a sua origem e área geográfica de ocorrência, QUEIROZ (1965) emprega as expressões messianismo rústico, messianismo primitivo e messianismo urbano, emprestando para cada uma dessas expressões significados próprios.

A expressão messianismo rústico é usada para se referir a movimentos messiânicos que emergem em contextos rurais, entre camadas populares, particularmente aquelas ligadas às sociedades camponesas ou tradicionais. No Brasil rural houve uma miscigenação entre os europeus, exploradores e imigrantes, os povos escravizados e os originários, gerando novos costumes e novas características.

Esse tipo de messianismo é caracterizado pela ligação com elementos religiosos, que resultam das misturas havidas entre a religiosidade dos povos originários, a dos povos escravizados e a dos europeus. Geralmente, nestes movimentos estavam embutidas as expectativas de salvação coletiva, sob a liderança de algum carismático que assume o papel de mediador entre o humano e o divino. No Brasil, exemplos desses movimentos messiânicos incluem o de Canudos e o do Contestado, dentre outros, que mais adiante serão abordados pelos vínculos que serão feitos para a construção da tese.

Além do rústico, há o messianismo entre as tribos primitivas e o urbano (QUEIROZ, 1965). Em relação ao primeiro, a autora preleciona que são os movimentos que se verificaram

entre os povos originários do Brasil, antes do início da urbanização brasileira. Sobre o segundo, também chamado de messianismo moderno, esclarece que são os movimentos que não se limitam às populações rurais e que, por isso mesmo, assumem outras formas de expressão. A autora reconhece que o messianismo não é um fenômeno exclusivo das camadas populares rurais, mas pode surgir em contextos urbanos e modernos, com características distintas conforme a camada da população em que se insere.

Este messianismo urbano, ou moderno, também é classificado como messianismo ideológico, e se manifesta em contextos ainda mais modernizados, envolvendo, por exemplo, movimentos políticos e sociais que possuem uma forte crença na figura de um líder carismático, que atuaria como redentor de uma sociedade. Está presente em movimentos políticos revolucionários ou utópicos, nos quais se deposita uma grande expectativa em líderes transformadores.

Enquanto o messianismo rústico está associado a populações tradicionais e rurais, frequentemente em resistência às transformações impostas pelo progresso ou pela modernização advinda dos avanços econômicos ou políticos, o messianismo urbano ou ideológico pode aparecer em sociedades mais desenvolvidas, geralmente vinculando-se a projetos políticos ou ideológicos que prometem uma salvação terrena, muitas vezes de cunho estritamente religioso, embora também com traços de laicidade.

Estes dois tipos de messianismo compartilham um elemento central, baseado na acreditação em uma figura única e redentora, provida de capacidades divinas que conseguirá a transformação radical do mundo em que se insere, assim superando as dificuldades experimentadas pelos fiéis seguidores.

### ***2.1.6 Novas concepções sobre os movimentos messiânicos***

Extrapolando os limites verificados nos estudos relativos aos movimentos messiânicos tradicionais, POMPA (1998, n.p.), apoiando-se em outros autores, aponta novas concepções acerca do tema:

Alba Zaluar (1983) lembra que a categoria de santo, muito mais do que a de messias é a que realmente surge entre os participantes dos movimentos "rústicos" brasileiros. Nem surge, eu diria, pois desde sempre existe e é organizadora de sentido - junto às de beato, conselheiro e outras - no catolicismo rural. Partindo do pressuposto de que é justamente este catolicismo que se constitui no ponto de partida dos movimentos "rústicos", prefiro o termo "movimento sócio-religioso", utilizado por Lanternari

(1960), ao de "messianismo". Com base nas teorias e classificações gerais sobre os movimentos, pode-se elaborar uma definição mínima, operacional, de "movimento sócio-religioso", a partir de quatro elementos básicos: 1 - Uma coletividade que conceptualiza a realidade presente como crise e a define como um Tempo (ou um Tempo/Espaço) chegando ao Fim; 2 - a expectativa de uma mudança mais ou menos radical dessa realidade, cuja mudança definida é como salvação e anunciada pelas profecias; 3 - um corpus de crenças e práticas religiosas, tradicionais ou criadas *ex novo*, com o qual a coletividade visa realizar a mudança e inaugurar a nova ordem; 4 - a presença de um ou mais personagens carismáticos, que a coletividade reconhece como líderes. Esses elementos básicos são comuns a todos os movimentos definidos como milenaristas, messiânicos, proféticos, salvacionistas, nativistas, revivalistas etc., incluindo os movimentos dos povos indígenas, os da Europa medieval e moderna e o chamado "messianismo rústico" brasileiro. (POMPA, 1998, p.179)

Referidas concepções serão aqui utilizadas para buscar os ecos messiânicos na atuação do ex-magistrado, na medida em que o movimento de que participou se enquadra na ideia de movimento sociorreligioso, porquanto havia: 1) uma significativa parcela da população atraída por uma crise moral ligada à corrupção; 2) expectativa de supressão daquele estado de coisas pelas mãos de um salvador que assim prometia; 3) um corpo de crenças religiosas, tradicionais ou criadas para a ocasião; 4) a presença não apenas de um líder condutor da *Lava Jato*, mas também dos seus coadjuvantes.

Não obstante as variadas conceituações, o que se vê é que esses movimentos são permeados pelas influências que a religiosidade exerce sobre o grupamento social. Ao lado dos fatores de ordem econômica, social e política, que também condicionam o meio em que se formam os movimentos messiânicos, está a importância da religiosidade popular, cujas crenças e práticas condicionam a noção de mundo.

Surge assim a questão do catolicismo popular, como realidade vivida em oposição aos preceitos canônicos. É dizer, o catolicismo como participação efetiva dos indivíduos na confluência entre a realidade sagrada e o cotidiano da vida, que interfere decisivamente nas condicionantes e nos vetores dos movimentos messiânicos. Tal derivação também se apresenta nos demais segmentos religiosos que chegaram ao país depois do catolicismo da igreja portuguesa.

### ***2.1.7 Movimentos de massas, reativos e acomodativos***

SILVA (2013), analisando os movimentos messiânicos por outro ângulo, classifica-os em movimentos de massa, movimentos reativos e movimentos acomodativos; no primeiro grupo menciona os movimentos messiânicos pré-Canudos, elencando o do Reino Encantando e o da Pedra Bonita, referido por QUEIROZ (1965) como a Cidade do Paraíso Terrestre.

Esses movimentos de massa surgiram na esteira da seca e da miséria que solapavam as condições de vida do sertanejo, os quais já se achavam ameaçados pelos grandes proprietários de terra. Ambos eram liderados por beatos, que justificavam suas ações pelo caráter missionário prometendo “a expectativa da salvação no outro mundo e total negação do vivido. Este comportamento de negação não produz qualquer questionamento de ordem agrário-conservadora, nem da Igreja e seus missionários”, conforme SILVA (2013, p. 174)

Ambos juntaram pessoas com promessas voltadas para um futuro de prosperidade, centradas no culto ao sebastianismo. A referida autora também elenca nesta categoria o movimento de Juazeiro do Norte, do Padre Cícero, que igualmente se inicia e se desenvolve apenas e tão somente com características religiosas, sem opor confronto de qualquer espécie ou natureza com os poderes constituídos.

Sobre a configuração destes movimentos, SILVA (2013, p. 174) aduz:

Destes movimentos pré-Canudos temos o Reino Encantado e da Pedra Bonita. Estes movimentos foram liderados pelos beatos que surgiram em Pernambuco logo após a Confederação do Equador –1824, refletindo a miséria e a seca que atacavam os sertanejos além das ameaças dos grandes proprietários. No caso do Reino Encantado, em 1836, na serra do Catolé, atual município de São José do Belmonte, na divisa de Pernambuco e Paraíba, o mameluco João Antônio dos Santos liderou o movimento. Antes disso, Silvestre José dos Santos, fundou o arraial Reino da Pedra Bonita em 1819 na serra do Rodeador em Pernambuco sendo atacado pelo exército e destruído em 1820. Pouco depois em outro local, José dos Santos, que morava no sítio da Pedra Bonita, dizia ter se avistado com D. Sebastião, rei místico de Portugal. Após convencer as pessoas de sua história, esse líder engendrava complexo ritual culminando com sacrifício humano. Depois de certo tempo, João Ferreira, uma espécie de “assessor” de José dos Santos, passou a liderar a seita e se dizia uma santidade engravidando as virgens que gerariam os guardiões do reino. Em 1838, um membro da seita, José Pereira, numa ânsia de destruição organizou uma matança seguindo as determinações de visões que tivera e após matar animais, velhos, crianças e as mulheres foi morto pelo próprio irmão. Em seguida a Guarda Nacional atacou o povoado matando os sobreviventes e aprisionando três deles.

As assertivas relacionadas com estes dois movimentos são condizentes, quanto às motivações básicas, com o que QUEIROZ (1965) demonstra em sua obra. De outro lado, entretanto, e conforme será demonstrado mais adiante, não é de se olvidar que Padre Cícero foi afastado das suas ordens eclesiais exatamente por não se submeter, *a posteriori*, às autoridades da igreja católica, que reprovaram suas interações milagrosas, assim como é de se lembrar que, juntamente com Floro Bartolomeu, o padre disputou o poder político no Estado do Ceará, inclusive fazendo uso de forças armadas e arregimentadas dentre os seus seguidores. Estes dois episódios mostram que os movimentos, ainda que exclusivamente de massas, têm potencial para se transmutarem em reativos, inclusive com práticas de violência armada.

Na condição de movimentos reativos, referida autora relaciona Canudos e Contestado, bem como o do Caldeirão, no Ceará, e o dos Santarrões e o dos Monges Barbudos, no sul do país. SILVA (2013, p. 175) aponta que:

Estes movimentos reativos, embora enrijecidos pelo repertório coletivo da contrarreforma, mantiveram uma diferença com os primeiros pela disposição em recusar a Igreja tradicional e as redes dos favores dos latifundiários. Fundaram uma comunidade com apelos morais e religiosos, mas sem conformidade com a ordem vigente. Antônio Conselheiro e os beatos do Contestado ansiavam pelo retorno de um passado político e religioso e com isto feriam drasticamente os interesses oligárquicos sustentados pelo novo poder.

SILVA (2013, p. 174) aduz ainda que a igreja buscava, naquela quadra, uma aproximação maior com as populações rurais, na linha da contrarreforma:

Entretanto, a presença dos beatos e beatas e alguns líderes religiosos consagrados mantiveram-se inseridos na tradição católica mais social. Isto fez com que os movimentos se sustentassem, mesmo num repertório coletivo contrarreformista. O relacionamento entre essas lideranças e os camponeses além de possibilitar o aparecimento de mitos religiosos populares, permitia suportar as más condições de vida às quais estava submetida essa imensa população que se vinculava a terra. Assim também ocorreu no Contestado, episódio semelhante ao de Canudos, que se desenrolou entre 1912 e 1916 numa região fronteira entre Santa Catarina e Paraná. Neste caso, os monges homônimos chamados João Maria e um terceiro cujo nome é José Maria, lideraram os camponeses sem se submeterem à Hierarquia o que lhes causou terrível perseguição com as tropas do governo produzindo enorme morticínio, talvez maior do que o de Canudos. Para uma maior compreensão dos eventos dividimos os movimentos, segundo o seu comportamento e transformações políticas.

A linha de raciocínio desenvolvida é coerente com a esposada por QUEIROZ (1965), ou seja, as atividades começaram pelo viés religioso e se converteram, com o passar do tempo e de acordo com as peculiaridades locais e regionais, em movimentos messiânicos de caráter político reativo, basicamente todos com fim sangrento, como forma de defesa em face das perseguições perpetradas contra as lideranças e seguidores.

Por fim, quanto aos movimentos messiânicos acomodativos, a autora lista o de Pau de Colher, no município de Casa Nova/BA, entre os anos de 1937 e 1938, e do Beato Pedro Batista, que pregou em Jeremoabo, na cidade de Santa Brígida/BA, no início dos anos 1940, nas proximidades de Canudos. Conforme SILVA (2013, p. 177), Pedro Batista:

Apesar de ser acusado de fanatizar seus seguidores, continuou atuando sob a proteção de um potentado local. O povoado recebeu benfeitorias com a construção de escolas e de eletricidade. O Velho Pedro como era conhecido esse líder religioso continuou a benzer e aconselhar sem ser perturbado. A trajetória histórica deste movimento nos convida a refletir um pouco sobre os novos parâmetros políticos do Governo Vargas.

Esses movimentos não confrontam o *status quo* dominante, mantendo, ao contrário convivência pacífica com proprietários de terras e com os poderes constituídos, com relacionamento amistoso inclusive com as autoridades eclesiásticas do lugar.

Os poderes de Pedro Batista, por exemplo, eram muitos, exercendo vários papéis na cidade: “foi o prefeito da localidade, de administrador local, bem como constituiu a autoridade policial e judicial. Nada no município se passava sem que Pedro Batista tenha sido primeiramente consultado e ouvido” conforme GILFRANCISCO (2021, p. 42).

### **2.1.8 Operação Lava Jato**

A *Operação Lava Jato* foi um conjunto de ações judiciais na 13ª Vara Criminal da Justiça Federal da Seção Judiciária de Curitiba/PR. Decorrentes das denúncias formuladas pela Procuradoria da República, as ações trataram da aquisição, pelo Presidente Lula e pelo Instituto Lula, de: a) um apartamento triplex, no Guarujá/SP; b) um sítio em Atibaia/SP; c) um terreno em São Paulo/SP, para construção do instituto. De acordo com a imputação, os imóveis teriam sido adquiridos com o produto da corrupção perpetrada por Lula quando na chefia do executivo federal.

As condenações do indicado foram todas anuladas por julgamento feito no Supremo Tribunal Federal, em 2019, que acolheu as teses de defesa baseadas na incompetência<sup>1</sup> funcional do juízo de Curitiba para processar e julgar os casos, bem como pela reconhecida parcialidade<sup>2</sup> na condução das ações.

No tocante aos eventos da *Operação Lava Jato*, a pesquisa teve como marco temporal final as condenações dos réus pela tentativa de abolição do estado democrático de direito e de deposição do governo legitimamente eleito, condenações essas que ocorreram em 11 de setembro de 2025, compreendendo estes fatos como logicamente decorrentes do movimento aberto ao redor de Sergio Moro na referida operação.

---

<sup>1</sup> As regras de competência racionalizam as atividades do Poder Judiciário, conforme previsão do Art. 5º inciso LII, da Constituição Federal (BRASIL, 1988); acham-se atreladas ao princípio do juiz natural, do Art. 5º, XXXVII, também da Constituição Federal (BRASIL, 1988), segundo o qual não haverá juízo ou tribunal de exceção. Da conjugação das duas disposições se extrai que ninguém será processado senão por autoridade previamente estipulada no ordenamento jurídico.

<sup>2</sup> A referida parcialidade se caracterizou pela perseguição a Lula e aos petistas, pela formulação das denúncias em conjunto com a Procuradoria da República, bem como pelas condenações sem provas nos autos.

## 2.2 Origens e evolução histórica

O breve esboço histórico que vem a seguir se mostra necessário para identificar as origens religiosas do messianismo e também para demonstrar como transpassou para os aspectos sociais e políticos, dentro de determinadas circunstâncias e dentro de recortes específicos, de que se ocupará esta tese.

O termo messias deriva do grego Μεσσίας, que, de sua vez, deriva do hebraico מָשִׁיחַ, com o significado de ungido; referido termo, em grego, aparece no Evangelho de João (1:41; 4:25). No âmbito das religiões monoteístas destaca-se, no judaísmo, a ideia de que o messias é um rei ungido, descendente de Davi, esperado para restaurar Israel e trazer paz e justiça para o povo. Já no cristianismo, Jesus é visto como o messias que redime a humanidade do pecado, enquanto que no islamismo, há uma crença em figuras escatológicas, como o Mahdi, *O Guiado*, o décimo segundo imã, esperado para restaurar a justiça e a fé, conforme ALVES (2020).

### 2.2.1. *Messianismo e religião*

É correto afirmar, seguindo a linha até aqui expendida, que o messianismo tem origens religiosas, ligadas às profecias e às ideias do fim dos tempos. Inicialmente, desenvolveu-se no seio das tradições judaicas, fundamentado em promessas e profecias contidas nas escrituras hebraicas. Profetas como Isaías, Jeremias e Ezequiel desempenharam papéis cruciais na formação e disseminação da esperança messiânica, anunciando a vinda de um líder ungido por Deus que traria salvação ao povo de Israel.

A vinda do messias era vista como um evento sagrado, pois importava na redenção divina e na salvação do mundo, conforme QUEIROZ (1965). No judaísmo, por exemplo, o messias viria para cumprir as promessas feitas por Deus ao povo de Israel. No judaísmo, no contexto do domínio babilônico, persa e romano, a crença no messias como libertador do povo de Israel se fortaleceu. De outro tanto, no zoroastrismo, previa-se a vinda do *Saoshyant*, um salvador futuro, conforme HENRIQUES (2019, p.164),

chamado Astvat-arta, que significa a “Ordem ou a Justiça encarnada”, virá para consumir o final dos tempos. Este “nascerá de uma virgem e da semente de Zaratustra, miraculosamente conservada num lago sob a guarda de 99.999 frávashis”. Juntamente com este, outros dois salvadores, Ukshiat-arta “Aumentando a justiça” e Ukshiat-namah “Aumentando a reverência”, aparecerão respectivamente, 1.000 e 2.000 anos após Zaratustra. O último salvador fará parte do último juízo, que antecederá o advento do renascimento do mundo, cabendo-lhe restaurar o mundo perfeito, em última análise, um mundo sem morte, sem velhice, sem decadência nem putrefação,

um mundo bom regido por sua própria vontade (DUCHESNE-GUILLEMIN, 1958, p. 139; ELIADE, 2010b, p. 310; BOYCE, 1979, p. 42; PIÑERO & SEGURA, 2010, p. 60).

### No Antigo Testamento, o messianismo

não foi homogêneo, mas se deu a partir do desenvolvimento de certos temas e crenças que tem suas origens na religião israelita primitiva. Trata-se de uma fé no poder e na vontade de salvação por parte de Javé, que se manifesta na medida em que Israel compreende este poder e a ação de Deus na sua história. Geralmente, os elementos do messianismo abarcam os ideais que representam o Israel do futuro, correspondente ao Reino universal de Javé, escatológico e apocalíptico em parte, sem ser uma escatologia ou uma apocalíptica. E nem sempre o messianismo implica a ideia de um rei ou libertador futuro, nem era exclusivamente dos judeus. (RIBEIRO, 2009, p.28)

Com o tempo, o conceito de messianismo e as suas características transcenderam o judaísmo e influenciaram outras religiões e movimentos sociopolíticos, mantendo, contudo, sua essência de expectativa por uma figura salvadora ou uma era de transformação radical (QUEIROZ, 1965).

O messianismo no mundo antigo surgiu principalmente em contextos de crise e de opressão, num quadro em que crescem as expectativas coletivas de redenção e transformação pelas mãos de um salvador poderoso capaz de promover a restauração da ordem e da justiça. Essas expectativas pela vinda de um salvador decorrem, sobretudo, das escrituras sagradas e de mensagens divulgadas pelos profetas.

As situações de sofrimento, de dominação estrangeira e de injustiça social são elementos que conformam o ambiente propício para surgimento dos movimentos messiânicos baseados, normalmente, nas tradições religiosas do passado, que alimentavam a crença na vinda de um redentor. São condições apropriadas para permitir a propagação de ideias como uma válvula de escape, ou como uma saída mais rápida e mais simples de um quadro social e político penoso, de sofrimento, possibilitando o encontro de soluções fáceis e vigorosas como que num passe de mágica.

Quando se coloca a pergunta sobre se o messianismo antigo tinha um caráter eminentemente religioso ou sociológico, a resposta não pode ser encontrada facilmente. Não há uma separação clara entre os aspectos religiosos e sociológicos na conformação do messianismo, na medida em que já estavam intimamente ligados no pensamento e na cultura das civilizações antigas.

A questão pode ser estabelecida nos seguintes termos: a inspiração do messianismo é de origem religiosa, repousando na crença de uma atuação divina que restabeleça a ordem e a justiça; se manifesta em épocas de crise, quando as pessoas se sentem desamparadas e sem

forças para provocar as mudanças que entendem necessárias; seu ritmo obedece a uma determinada ordem: primeiro esperam pelo messias; depois surge alguém que encarna os ideais messiânicos e propicia um movimento ao seu redor; com o colapso do messias e do messianismo, volta novamente o tempo da espera, como que, acrescenta-se, num ciclo vicioso (QUEIROZ, 1965).

O movimento messiânico funciona como um instrumento político e social para grupos que buscavam resistência contra a opressão, daí resultando revoltas e lutas de resistência contra o opressor.

### ***2.2.2 Messianismo judaico-cristão***

O profeta Isaías desempenha um papel central no desenvolvimento do messianismo dentro da tradição judaico-cristã. Seus escritos contêm diversas profecias que delineiam a figura de um Messias, um líder ungido por Deus destinado a trazer redenção e paz ao povo de Israel. Neste contexto destacam-se passagens que identificam profecias messiânicas, como a que previa o nascimento de um líder divino, que se chamará Emanuel (Deus conosco), interpretada como uma antecipação do nascimento de um salvador, conforme LOURENÇO (2019).

Ainda com LOURENÇO (2019), no Livro de Emanuel (capítulos 7 a 12), Isaías apresenta oráculos associados à vinda de um Messias, na figura de um menino que nascerá para governar com justiça e que será chamado de Deus Forte, Pai Eterno e Príncipe da Paz. Alguém que, apesar de desprezado e rejeitado, carregará as iniquidades de muitos e trará cura através do seu sofrimento.

No judaísmo, as profecias de Isaías são vistas como promessas de restauração e redenção para Israel. O messias é esperado como um líder humano, descendente de Davi, que trará paz e justiça ao mundo. No cristianismo, as passagens messiânicas de Isaías são interpretadas como prefigurações de Jesus. O nascimento virginal mencionado por Isaías (7:14) é associado ao nascimento de Jesus, e o Servo Sofredor é visto como uma profecia de sua paixão e morte em sacrifício. Segundo LOURENÇO (2019, n.p.),

Os Profetas são, na História da Salvação, os mediadores da Palavra e, ao mesmo tempo, os grandes dinamizadores dessa História de Salvação, dando continuidade ao diálogo entre a interpelação de Deus e o agir do homem. É neste diálogo que sobressai Isaías, o profeta messiânico por excelência. A sua presença na liturgia desta quadra é constante, não só pela sua palavra profética e pela proximidade que os seus oráculos messiânicos emprestam ao advento do Messias, mas, fundamentalmente, pela consistência que os seus oráculos nos oferecem em tudo o que diz respeito à

ESPERANÇA do povo de Deus. Isaías como que assume e personifica todos aqueles dinamismos que significam a relação de comunhão e de aliança que fundamentam a fé de Israel. Na verdade, podemos dizer que ele é o profeta que vem anunciar e preparar os caminhos do Senhor (Is 2,1-5), caminhos estes que nos conduzem ao encontro com Cristo e que os Evangelhos (Mateus e Lucas) releem na pessoa de João Batista.

Ainda no contexto judaico, além da figura central de Jesus para o cristianismo, outros indivíduos reivindicavam o título messiânico, como Simão Kokhba, que liderou uma revolta contra o Império Romano no século II d.C.

Em síntese parcial, o que se ressalta é a origem religiosa do messianismo, não obstante o fato de que os profetas, de outro tanto, também trazerem consigo projetos de esperança para uma virada social e política, ultrapassando as esferas originárias.

Inicialmente, messias era uma designação aplicada a reis, sacerdotes e profetas que eram ungidos com óleo como símbolo de consagração divina. A figura do messias ganhou destaque a partir da promessa divina feita ao rei Davi, na qual Deus assegurava a perpetuidade de sua dinastia: “A tua casa e o teu reino permanecerão para sempre diante de mim, e o teu trono estará firme para sempre.” (2 Sm 7.16)

A promessa fomentou a expectativa de que um futuro descendente de Davi restauraria Israel e instauraria uma era de paz e justiça. Essa esperança messiânica foi intensificada, adquirindo conotações escatológicas e apocalípticas. Textos proféticos, como os de Isaías e Jeremias, passaram a ser interpretados como anúncios da vinda desse líder redentor.

Conforme RIBEIRO (2009, p. 30),

o messianismo do rei não se distingue do messianismo do povo. À tribo de Judá é prometido que terá um reino eterno, concepção que sempre estará presente no desenvolvimento do messianismo. Na profecia de Natã (2Sm 7, 5-16: 1Cr 17, 4-14: Sl 89, 10-38) temos a promessa feita a Davi de uma dinastia eterna, de forma que a dinastia passa a ser o meio de concretizar o destino de Israel, ou seja a eternidade de dinastia implica na eternidade de Israel.

O caráter religioso é imanente ao messianismo; religião e messianismo se acham interligados em sua origem, muito embora seja possível verificar a expansão do messianismo para além do campo religioso, de modo a abarcar, também, aspectos da vida social e política de um determinado povo e lugar.

Em outras culturas e períodos, líderes carismáticos emergiram com pretensões messiânicas, frequentemente em resposta a situações de opressão ou expectativa de mudança, tais como Moses al-Dar’i, o Moisés de Creta, entre 440-470 d.C., David Alroy, por volta de

1160 d.C., na Mesopotâmia e na Pérsia, Sabatai Zevi, entre 1648 e 1676 d.C., em Esmirna, e Jacob Frank, entre 1755 e 1791 d.C., na Ucrânia, a título de ilustração.

No Brasil, movimentos como o de Antônio Conselheiro e o do beato José Maria, na Guerra do Contestado, são manifestações de messianismo, em que líderes religiosos mobilizaram populações em torno de promessas de redenção e justiça social. Esses movimentos serão, mais adiante, objeto de contextualização e caracterização.

### ***2.2.3 Jesus de Nazaré***

Como justificativa para o presente tópico, que tratará de modo mais amíúde de um messias, está o seguinte fato: Jesus foi, dentre tantos da sua época, aquele que é venerado por imensa parcela dos povos até hoje, pelas suas práticas e pregações. Tanto assim é que, das palavras e ações a ele atribuídas, originou e floresceu o cristianismo, com doutrinas e profissões de fé que até hoje perduram em parcela significativa da população mundial. Sua pregação transformadora ainda se faz presente, dois mil anos depois. Contam-se aos bilhões o número de seus seguidores, o que confere universalidade para os seus ensinamentos.

A terra de Israel daqueles tempos vivia um ambiente propício para o surgimento de messias, antes e depois de Jesus. Um dos fatores determinantes para tal clima, além do anterior exílio dos judeus do que consideravam a Terra Santa, era a dominação romana, pela força das armas. Cientes de que alcançariam um destino glorioso, prometido por Deus, “profetas, milagreiros, pretendentes messiânicos, grupos revolucionários, entre outros, prometeram e ofereceram respostas”, conforme VEIGA (2024, n.p.). Não obstante, afirma-se também que, “por causa da escassez de fontes não é possível determinar se houve movimentos messiânicos – exceto, talvez, os seguidores de Jesus – durante os setenta anos” do primeiro século da era Cristã (HORSLEY e HANSON, 1995, p. 112); para estes autores, há semelhanças de atitudes entre os messias da época e os chefes de salteadores, citando como exemplo Simão bar Giora, misto de combatente e de líder messiânico, e Judas da Galileia, que organizou movimento de resistência aos romanos (1995, p. 113).

Ver-se-á, todavia, que os ensinamentos cristãos, de natureza pacífica e não violenta, serão utilizados de modo oposto, havendo cristãos, atualmente, que defendem o uso da força e da violência em nome da defesa de ideais mais do que duvidosos e por mais contraditório que seja – e este tema será tratado mais adiante, quando couber a análise do discurso, conforme proposto na introdução, acima.

Conforme VITÓRIO (2020, p. 567):

A palavra grega *Iesoús* transcreve o hebraico *Yeshua*, mais tarde, *yoshua*, abreviação de *yehoshua*, “YHWH é salvação”. Um nome carregado de simbolismo! A fé de Israel construiu-se em torno da imagem do Deus salvador, fundamento de toda a teologia bíblica. O marco zero da relação YHWH-Israel foi a libertação dos israelitas oprimidos pelo faraó. “Eu vi, eu vi a miséria do meu povo que está no Egito. Ouvi seu grito por causa dos seus opressores; pois eu conheço as suas angústias” (Ex 3,7) constata YHWH ao enviar Moisés com a missão de libertador: “vai, pois, e eu te enviarei a faraó, para fazer sair do Egito o meu povo, os israelitas” (Ex 3,10).

É um nome carregado de simbolismo, dado que a fé de Israel se conformou com a imagem de um Deus salvador, que é o fundamento da teologia bíblica, conforme VITÓRIO (2020, p. 567-568), para quem:

Tudo começa com uma situação de desumanidade, com os pequenos oprimidos pelos grandes. YHWH assume as dores dos humilhados e decide libertá-los das mãos de quem lhes impõe uma dura servidão, dando-lhes uma terra onde poderão viver a fraternidade, “uma terra boa e vasta, terra que mana leite e mel” (Ex 3,8). O nome Jesus está relacionado com esse núcleo histórico-teológico de Israel! A missão do Messias Jesus dizia respeito ao Israel de seu tempo, com o desafio de “ver” a realidade de opressão sofrida por seu povo. O Império Romano se impusera como poder hegemônico sobre todos os povos. Seu peso fazia-se sentir no pagamento de impostos, na repressão violenta a qualquer tentativa de libertação e no desrespeito aos valores sagrados da religião de Israel.

Segundo RIBEIRO (2009), não se atribuíu a Jesus o título de Messias com o mesmo entendimento havido no judaísmo de então; todavia, o messianismo, parte importante do Antigo Testamento, estava presente nas massas que circundavam Jesus<sup>3</sup>.

Sob a ótica dos judeus, da época e de hoje, Jesus não foi reconhecido como o messias esperado, porquanto este deveria ser um rei descendente de Davi apto a restaurar a soberania política de Israel e libertar o povo da opressão estrangeira, além de trazer a paz mundial e a justiça universal. Porém, Jesus não cumpriu esses critérios no sentido político e imediato, pois não restaurou a independência de Israel nem estabeleceu um reino terrestre. Como resultado, a liderança judaica e a maioria do povo judeu da época não o reconheceram, e continuam não o reconhecendo, como o Messias.

Do ponto de vista cristão, ele era o messias prometido, na medida em que os evangelhos apresentam Jesus como o cumpridor das profecias messiânicas, mas de uma forma espiritual e não política. Alguns pontos defendidos pelos cristãos incluem a descendência de Jesus do Rei Davi, bem como o fato de ter trazido um novo reino espiritual, cumprindo as profecias como a

---

<sup>3</sup> Também chamado de Jesus de Nazaré, ou Jesus Nazareno, em vista do seu local em que foi criado.

do servo sofredor, interpretada como aquele que sofreria pelos pecados do povo. Sua ressurreição é vista como prova de sua messianidade.

Na visão de RIVAS E TAVARES (2020, p. 554):

O povo de Israel também tinha suas expectativas messiânicas, ansiava por “um esperado”, um ungido por Deus. Na perspectiva profética, o correlato desta esperança messiânica são os pobres do povo, o migrante, o órfão e a viúva. Esta “pobreria” — assim Monsenhor Romero se referia a seu povo salvadorenho — são os protegidos pela lei e pelo próprio Deus. Trata-se, portanto, de uma esperança messiânica histórica, coletiva e parcial. O messianismo de Jesus se situa na esteira dessa expectativa e o kerygma<sup>4</sup> primitivo deixa claro que “Deus o constituiu Senhor e Cristo [Messias], este Jesus a quem vós crucificastes”. Em Jesus se cumprem todas as esperanças messiânicas do povo. Trata-se, porém, de um cumprimento ao modo de Deus que os discípulos terão que aprender, anunciar e testemunhar e, portanto, de um aprendizado que continua em aberto nos caminhos poeirentos da história. Por ser o Messias de Deus e segundo Deus, Jesus não é só um messias legítimo, mas o Messias. Jesus exerce seu ministério de anunciar a proximidade do Reinado de Deus em ambiente e contexto de alta politização religiosa. O esperado, ungido por Deus, no imaginário popular era concebido na linha do restaurador da dinastia davídica. Esta expectativa popular situa Jesus na linha desses messias legítimos. O Novo Testamento testemunha massivamente esta esperança desde a pergunta do Batista: “És tu aquele que há de vir, ou devemos esperar outro?” (Mt 11, 3) até a Ascensão. E, mesmo após a experiência da ressurreição, os discípulos recolocam a pergunta que acompanhou todo o seguimento de Jesus: “é agora que irás restaurar a realza em Israel?” (At 1, 6).

As expectativas messiânicas na época do nascimento de Jesus davam conta do surgimento de um guerreiro e libertador político, enquanto que outros esperavam um messias sacerdotal, ou espiritual. Jesus não se enquadrou nas expectativas políticas dominantes, mas seu ensino e ações levaram muitos a crer nele como o messias. O Messias Jesus não está interessado em se confrontar com o Império Romano, tampouco conquistar o poder em Israel, para relançar o reino davídico, como pretendiam os candidatos a messias. Como um grão de mostarda lançado na terra, colocou as bases de uma nova humanidade, conformada com a vontade do Pai, pondo-se ao lado dos pequenos, pecadores, marginalizados, estrangeiros, cuja humanidade deveria ser resgatada, conforme VITÓRIO (2020).

Seu messianismo, chamado de cristologia, conforme VITÓRIO (2020), assumiu na catequese de Mateus um viés peculiar, na contramão dos messianismos nacionalistas e liberacionistas. Na condição de Filho de Davi, pregou o amor aos inimigos, recusou toda forma de violência e identificou a presença de uma fé consistente entre os não judeus (VITÓRIO, 2020).

---

<sup>4</sup> Anúncio, ou o primeiro anúncio, do grego κήρυγμα.

Messias sim, mas que implode os messianismos centrados no poder das armas e na dominação. Jesus distanciou-se do protótipo do messias davídico identificado como herói militar e seu projeto de restauração política.

O título de rei lhe cabe com o sentido preciso de lugar-tenente de Deus, com a tarefa de fazer o Reino acontecer, como evento de justiça e de *shalom* – paz, prosperidade – para todos. Por sua vez, o enraizamento na tradição abraâmica tornava-o portador de bênção para todos os povos, superando os estreitos limites de Israel (VITÓRIO, 2020).

Para um judeu, a não aceitação de Jesus como messias é um marco de identidade; a lei tornou-se para o judeu o que Jesus significou para os cristãos, daí o abismo entre estas duas concepções criadas e fomentadas ao longo dos séculos, conforme SCARDELA (1996).

## 2.3 Religião e política

Em diversas ocasiões da história recente, lideranças e grupos políticos fizeram uso da religiosidade e das profissões de fé de um povo para proveitos políticos, numa imbricação perigosa e de consequências desastrosas em determinados quadros políticos e sociais. Geralmente descambaram para a violência, seja ela praticada dentro dos próprios grupos de seguidores, seja ela praticada contra os que se opõem, por uma ou outra razão, ao que é preceituado pelas referidas lideranças.

Alguns casos que ganharam destaque na história brasileira e também mundial serão, a seguir expostos.

### 2.3.1 Deus, Pátria e Família

Vem a calhar uma nota relativa ao líder político Giuseppe Mazzini, a quem se atribui o uso do *slogan* Deus, Humanidade, Pátria e Família, dístico que vem sendo utilizado nos últimos anos, com a supressão da palavra Humanidade. A expressão cunhada pelo italiano foi decisiva para transformar a realidade em que se ele próprio se inseria. Giuseppe Mazzini, político, jornalista e ativista italiano do século XIX, influenciou decisivamente o movimento de unificação da Itália.

O pensador foi um crítico dos movimentos revolucionários que, segundo ele, trariam benefícios apenas para os indivíduos, e não para a coletividade, ou seja, para a humanidade. Ele assim se expressa (MAZZINI, 2004, n.p.):

Os homens que promoveram as revoluções anteriores fundaram-se na idéia dos direitos pertinentes ao indivíduo; as revoluções conquistaram a liberdade: liberdade individual, liberdade de ensino, liberdade de crença, liberdade de comércio, liberdade em tudo e para todos. Mas, de que serviam os direitos reconhecidos para quem não tinha meios de exercê-los? De que servia a liberdade de ensino para quem não tinha tempo nem meios de aproveitá-la?

Em síntese, o pensamento de MAZZINI (2004) pode assim ser apresentado: o verdadeiro progresso humano depende da consciência de que todo ser humano tem deveres morais para com Deus, para com os outros seres humanos, ou seja, para com a humanidade, assim também para com a sua pátria e a sua família. Ao cumprir esses deveres, construir-se-ia uma sociedade mais justa, livre e fraterna.

A expressão Deus, Pátria e Família, tal como hoje utilizada, conjuga valores que unem a fé, a lealdade à nação e a importância da família como pilares da sociedade. Para MAZZINI (2004) a religião e a moralidade eram essenciais para a construção de uma nação forte e unida; para ele, a família é vista como a base da sociedade. O seu lema reflete suas crenças sobre a necessidade de um compromisso ético e moral na luta pela liberdade e pela unidade nacional.

A expressão tem suas raízes em contextos históricos e culturais que valorizam a moralidade, a nacionalidade e a estrutura familiar como pilares fundamentais da sociedade. Essa tríade é frequentemente associada a movimentos conservadores e nacionalistas, especialmente em países da América Latina.

O lema ganha destaque em momentos de crises social e política, quando líderes buscam unir a população em torno de valores tradicionais tendentes a marcar uma identidade nacional forte. No Brasil, foi utilizada durante o período da ditadura militar (1964-1985), quando o regime promovia uma ideologia conservadora que enfatizava a moral cristã, o patriotismo e a importância da família como núcleo da sociedade.

Líderes políticos, como Getúlio Vargas e, mais recentemente, figuras da ultradireita brasileira, como Jair Bolsonaro, que navegou nas ondas da *Lava Jato* e graças a ela se elegeu presidente em 2018, também fizeram uso dessa expressão para mobilizar apoio e reforçar suas agendas políticas. No universo integralista, gerado nas ideias de Plínio Salgado e no âmbito da Ação Integralista Brasileira, uma das mais destacadas armas de identidade coletiva foi a letra grega sigma, em maiúscula. Esse símbolo ocupou lugar de destaque no movimento, juntamente com a saudação com o levantamento do braço direito acompanhado da palavra *Anauê*, de origem tupi, que se aproxima do atual e despojado olá. As palavras Deus, Pátria e Família compunham o lema dos seguidores de Plínio Salgado (FAGUNDES, 2012).

A frase se tornou um símbolo de resistência e confronto aos ideais progressistas e uma forma de promover uma visão de mundo que prioriza valores tradicionais.

### ***2.3.2 Ação Integralista Brasileira***

A Ação Integralista Brasileira foi um movimento político, inspirado nos ideais fascistas, fundado na década de 1930. Foi liderada por Plínio Salgado, escritor e ativista brasileiro, que se destacava por suas ideias nacionalistas e conservadoras, defendendo uma visão de Brasil que valorizava a tradição e a moral. O movimento integralista tinha uma orientação ideológica nacionalista e autoritária, e promovia uma visão de unidade nacional que valorizava a cultura e os costumes brasileiros sob uma forte concentração de poder.

Era um movimento de inspiração cristã sob influências do fascismo italiano e do integralismo português, cujos princípios foram formulados pelo escritor e jornalista Plínio Salgado (1895-1975). Ele chamou seu arrazoado de Teoria do Estado Integral, e em 7 de outubro de 1932 lançou o Manifesto de Outubro. Ali nascia a Ação Integralista Brasileira (AIB), a versão nacional da extrema direita que ganhava corpo na Europa.

Seus seguidores tinham hábitos de disciplina e organização, frequentemente participando de desfiles e manifestações públicas. Promoviam a educação moral e cívica, além de uma forte devoção à figura do líder e à ideologia do movimento. A estética do movimento incluía o uso de uniformes e símbolos que reforçavam a identidade integralista.

Das manifestações da Ação Integralista Brasileira participavam todos os militantes, independentemente da idade, do sexo, da condição financeira, do grau de instrução, sem distinção de qualquer natureza. Desfilavam pelas ruas do país em momentos em que deixavam de lado as diferenças e as particularidades de cada participante, dando ensejo ao surgimento de algo maior e mais poderoso: o partido (FAGUNDES, 2012).

O Manifesto da agremiação estava dividido em dez partes; já na primeira delas trazia a importância da valorização de Deus, da Pátria e da Família – os três termos com iniciais maiúsculas. Salgado tinha a companhia de outros intelectuais na elaboração dessa doutrina, entre eles o escritor e advogado Gustavo Barroso e o advogado, filósofo e professor Miguel Reale, conforme o seguinte extrato:

Deus dirige os destinos dos povos. [...] O homem vale pelo trabalho, pelo sacrifício em favor da Família, da Pátria e da Sociedade. [...] toda superioridade provém de uma só superioridade que existe acima dos homens: a sua comum e sobrenatural

finalidade. Esse é um pensamento profundamente brasileiro, que vem das raízes cristãs da nossa História e está no íntimo de todos os corações. (MANIFESTO, n.d.)

Segundo Schmidt (2008, p. 8):

Alcir Lenharo auxiliou-nos a compreender a utilização da religião, do imaginário cristão por Plínio Salgado como uma forma de legitimar seu papel e seu discurso enquanto chefe da Ação Integralista e assim, ampliar o número de adeptos. Lenharo esclarece-nos que: A sacralização da política visava dotar o Estado de uma legitimidade escorada em pressupostos mais nobres que os tirados da ordem política, funcionando como um escudo religioso contra as oposições não debeladas. Da mesma forma, os canais convencionais, alimentados pela religiosidade, podiam ser utilizados como condutores mais eficientes dos novos dispositivos de dominação que o poder engendrava.

A Ação Integralista Brasileira adotava uma série de diretrizes compiladas no *Protocolo de Rituais Integralistas*, com destaque para *A Vigília da Nação*. “Programada para acontecer no mês de fevereiro, como homenagem ao congresso de fundação da AIB, a cerimônia da *Vigília da Nação* era marcada por uma sessão solene nas sedes dos núcleos” (FAGUNDES, 2012, p. 895) ocasião em que faziam um minuto de silêncio em respeito a Deus, à Pátria e ao chefe nacional, Plínio Salgado.

Conforme SCHMIDT (2008, p. 123), os seguidores do movimento integralista deveriam fazer, ainda que mentalmente, a Oração dos Tambores, nos seguintes termos:

Senhor, escutai a prece dos três mil tambores que estão rufando neste instante em todo mapa da Pátria. Ajudai-nos a construir a Grande Nação Cristã; inspirai-nos nas horas da dúvida e da confusão; fortalecei-nos nas horas do sofrimento, da calúnia e da injustiça; esclarecei nossos inimigos para que eles compreendam quanto desejamos a sua própria felicidade; defendei nosso Chefe e nossa Bandeira e levai-nos ao triunfo, pelo Bem do Brasil.

É uma oração que sacraliza a figura do líder, Plínio Salgado, dando mostras de que as imbricações políticas e religiosas são capazes de, no limite, transformarem as pessoas e seguidores dos movimentos em que essas imbricações se inserem.

Plínio Salgado também é autor do Manifesto de Outubro, em relação ao qual vale destacar o texto da Frente Integralista Brasileira:

Inspirado, antes e acima de tudo, nos ensinamentos perenes do Evangelho, na Doutrina Social da Igreja e nas preleções dos grandes pensadores cristãos, espiritualistas e nacionalistas patricios, o *Manifesto de Outubro* foi redigido por Plínio Salgado e lido por este no Teatro Municipal de São Paulo a 7 de Outubro de 1932, data em que foi também distribuído na Capital Paulista e remetido para diversas províncias brasileiras, por este motivo tendo ficado conhecido como *Manifesto de*

*Outubro*, a despeito de haver sido escrito em maio e aprovado em junho daquele ano pela Sociedade de Estudos Políticos (SEP). (BARBUY, 2017, n.p.)

Em 1933, Plínio Salgado foi eleito deputado para a Assembleia Constituinte, sendo o candidato mais jovem e mais votado do Brasil. Uma vez aprovada a Constituição, voltou à vida privada. Depois, nas eleições presidenciais de 1955, candidatou-se à Presidência da República, sem se eleger. Não obstante o fato de não ter chegado à chefia do Executivo, teve ativa participação na política brasileira, sempre com o discurso de fundo religioso.

Assim é que participou da fundação do Partido Municipalista, do qual foi líder; foi filiado ao Partido Republicano Paulista e, já mais ao fim da sua vida, esteve filiado à ARENA – Aliança Renovadora Nacional, partido de sustentação da ditadura militar instaurada em 1964. E, enfim, seu discurso religioso e suas posturas lhe garantiram o mandato na Câmara Federal, em 1958, pelo estado do Paraná.

É perceptível que Plínio Salgado era um líder dotado de certo carisma, embora não se destacasse pelos aspectos messiânicos mais tradicionais. De todo modo, comandou um movimento que alcançou praticamente todo o território brasileiro, misturando religião e política de ultradireita.

### ***2.3.3 Marcha da Família com Deus pela Liberdade***

Embora sem uma liderança que se destacasse em termos individuais, a história registra a ativa participação de católicos nas manifestações de rua em favor do golpe militar de 1964, em mais um evento misturando política com religião. São célebres as passeatas, compostas em grande escala por senhoras católicas, que percorreram as ruas de São Paulo e do Rio de Janeiro, em março de 1964, bradando contra o Governo João Goulart e pedindo a ação golpista dos militares.

Os estudos acerca dos apoios emprestados ao golpe de 1964, sobretudo quando analisam a participação de populares nas passeatas e nas manifestações de rua, assim como também os apoios de empresários urbanos, de grandes proprietários de terras e das camadas conservadoras do país, concluem que referido evento se caracterizou como um golpe cívico-militar.

Esta foi uma das manifestações públicas de maior relevância unindo religião e política registrada no país. Outras, como as organizadas por Plínio Correa de Oliveira, líder do movimento Tradição Família e Propriedade, não tiveram a força das anteriores e nem tiveram maiores influências na vida do país.

Imagem 1: Fotografia da Marcha da Família  
Com Deus pela Liberdade



Fonte: Opera Mundi UOL

Todavia, nas duas primeiras décadas do Século XXI, o fenômeno volta a se verificar entre nós; o apelo, semelhante ao já visto anteriormente, Deus, Pátria e Família, embalou a trajetória da *Operação Lava Jato*.

#### **2.3.4 Operação Lava Jato**

A *Operação Lava Jato* se constituiu num conjunto de investigações criminais realizadas pela Polícia Federal e pela Procuradoria da República para apurar denúncias de corrupção nos altos escalões da república envolvendo a estatal Petrobrás. Nesta operação o ex-juiz Sergio Moro exerceu papel de destaque, com atuação enviesada e fora dos marcos do ordenamento jurídico brasileiro de tal modo relevante que mudou os destinos políticos e sociais do país: direcionou a eleição presidencial de 2018 e colocou a extrema direita, que até então se achava hibernando nos recônditos da nação, no centro do poder político, nas esferas legislativas, executivas e judiciárias.

Sergio Moro postou-se como um quase-messias, encarregando-se de varrer a corrupção historicamente reinante no Brasil, valendo-se, para tanto, da ajuda de auxiliares criteriosamente selecionados no âmbito das procuradorias, do ministério público e do próprio Poder Judiciário. Referido grupo de auxiliares cuidou de limitar, no tempo e no espaço, as investigações que eram necessárias, com o intuito de preservar as lideranças partidárias alinhadas com a corrente de pensamento à direita do espectro político.

Fazendo uso do jornalismo escrito, falado e televisionado, Moro agiu como se fosse o único agente apto a moralizar a política brasileira; prometeu um futuro livre de todos os males que assolam historicamente a república brasileira, angariando expressivo número de apoiadores, em todas as camadas da população e em todas as esferas de poder, praticamente

sem exceção. Referido movimento foi alimentado por diversos mantras religiosos, sobretudo com o dístico Deus, Pátria e Família, e, ainda, *Brasil acima de todos, Deus acima de tudo*, amplamente utilizado nas ruas e praças públicas, bem como nos palanques e nos discursos eleitorais.

Embora não se enquadrasse como líder carismático, suas ações e seu discurso foram suficientes para mudar os destinos do país, sedimentando o caminho para a eleição do representante da extrema direita, Jair Bolsonaro, fato que se consumou nas eleições de 2018. Não por mera coincidência, mas por conta do avanço da extrema direita no cenário político mundial, os Estados Unidos da América experimentaram a eleição de Donald Trump para dois mandatos não consecutivos, em cujas campanhas foi reavivado o ideário do *Destino Manifesto*, agora para realçar a intenção de fazer a América grande novamente.

### 2.3.5 *Destino Manifesto*

A ideologia do *Destino Manifesto*, nos Estados Unidos da América no século XIX, sustentava a crença na missão divina e histórica do povo norte-americano de expandir seu território e seus valores civilizatórios sobre o continente. Este ideal, originalmente associado à expansão territorial e ao imperialismo norte-americano, tem sido periodicamente reativado em discursos políticos.

Um exemplo foi sua menção no discurso de posse do Presidente Donald Trump em sua segunda investidura presidencial, em 2025; referido lema já tinha sido utilizado anteriormente, pelo mesmo Trump e por outros que o antecederam, como Ronald Reagan, nas eleições de 1980, agora ressurge com novos contornos simbólicos.

O lema se erigiu como justificativa para a expansão territorial dos Estados Unidos da América, sobretudo quando da anexação do Texas, em 1845 e também por ocasião da entre Estados Unidos da América e o México, por conquista de territórios.

A doutrina se apoiava em três pilares principais: 1) o da predestinação divina, calcada na crença de que o país tem uma missão concedida por Deus para levar progresso e civilização para o resto do mundo; 2) o da superioridade cultural e racial do povo estadunidense; 3) a legitimação para a expansão territorial como forma de levar progresso e liberdade para além das fronteiras do país, legitimação essa decorrente da ideia de que a cultura anglo-saxônica e protestante é superior à dos outros povos.

Os ideais propalados por Trump no início do segundo mandato à frente da presidência dos Estados Unidos da América abalaram o mundo, sobretudo ao prometer a anexação do Canadá e da Groenlândia. O *Destino Manifesto* se corporifica, ao longo da história, no que se convencionou chamar de imperialismo americano.

## 2.4 Movimentos rústicos

Conforme as concepções de QUEIROZ (1965), movimentos rústicos são aqueles concentrados fora das zonas urbanas, no âmbito, pois, da zona rural. Difere, quanto à localização geográfica, dos movimentos urbanos e dos movimentos havidos no ambiente das tribos primitivas, ainda segundo a referida autora.

É conveniente, ainda, tratar da classificação dos movimentos messiânicos, no Brasil e no Mundo, como condição para que melhor se compreendam as análises dos fenômenos sociais que serão utilizados nesta tese e as comparações respectivas com as atitudes de Sergio Moro. Parte-se da análise das características básicas dos anteriores movimentos messiânicos para se encontrar caminho fértil para as conclusões finais da tese aqui proposta.

Ainda com QUEIROZ (1965, p. 24):

Messianismo (doutrina) e messias (o líder), nos interessarão apenas na medida em que servirão para esclarecer certos aspectos do movimento messiânico. A abordagem através da doutrina seria teológica: a segunda, sociopsicológica. Nosso objetivo é a análise de movimentos messiânicos, isto é, de grupos em ação tendo em vista um determinado objetivo, que é o de instalar o paraíso na terra: noutras palavras, que é o de transformar o mundo em que vivem.

Os fenômenos messiânicos vêm sendo pesquisados no Brasil desde o século XIX, basicamente a partir de interpretações biopsicológicas, tais como as feitas por CUNHA (1995); há também interpretações pelo viés sociológico, como em QUEIROZ (1965), assim como pelo viés do materialismo dialético, como em FACÓ (1972) e em MONIZ (1978), que servirão, igualmente, como fontes de consulta para a construção da tese.

O Brasil, especialmente durante o final do século XIX e início do século XX, foi palco de diversos movimentos messiânicos que emergiram em resposta a contextos de opressão, pobreza e de transformações sociais. Esses movimentos, no geral liderados por uma figura carismática e única no seu interior, combinavam fervor religioso com aspirações sociais e, em alguns casos, aspirações políticas.

É assente que as primeiras manifestações nesse sentido que aqui se instalaram têm origem no sebastianismo de Portugal. Anteriormente ao aparecimento do messianismo propriamente dito, existia aqui no Brasil uma crença relacionada à volta do Rei Dom Sebastião, que chegou a servir de base para dois dos movimentos messiânicos em terras brasileiras, conforme QUEIROZ (1965).

Ainda com a mesma autora, o sapateiro português Bandarra, entre os anos de 1530 e 1540, escreveu diversas trovas compilando algumas profecias então correntes naquela época, indicando a vinda de um grande príncipe e senhor, o Encoberto, que daria a Portugal a hegemonia sobre as demais nações.

Em tempos de crise econômica como a vivida pelos lusitanos, as crônicas se espalharam rapidamente entre os portugueses e provocaram uma efervescência religiosa; contaminados pelos versos de Bandarra, passaram a acreditar que o Encoberto era o messias que deveria salvar as finanças do país. O início da colonização brasileira coincide com aqueles tempos, de modo que as trovas de Bandarra por aqui também aportaram.

Segundo QUEIROZ (1965), o Padre Antônio Vieira afirmou, ao menos em um dos seus sermões, que D. João IV era o Enviado de que falavam os versos, que viria para distribuir grandes riquezas e cargos honoríficos, instalando no mundo o paraíso terrestre. Como consequência destas ideias sebastianistas, ao menos dois movimentos messiânicos são registrados em Pernambuco, o da Cidade do Paraíso Terrestre e o da Pedra Bonita (QUEIROZ, 1965).

SILVA JÚNIOR e PEREIRA (n.d.) afirmam que o sebastianismo também inspirou Antônio Conselheiro, que acreditava no retorno de D. Sebastião para eliminar lei republicana que estabelecia o casamento civil; QUEIROZ (1965, 283), de seu turno, esclarece que

Todos estes movimentos rústicos que acabamos de descrever formam um único tipo ou há possibilidades de, entre eles, descobrir uma subtipologia? Movimentos cuja origem ou é católica, ou protestante; que ora foram pacíficos, ora foram guerreiros; ou acabaram sendo dissolvidos ou que persistiram vitoriosos, eis a divisão que se poderia fazer. [...] Em forma e ritmo, os movimentos são sempre semelhantes e concordam com a caracterização a que até agora chegamos dos movimentos messiânicos de um modo geral. Todos têm como fulcro um indivíduo que se acredita possuir atributos sobrenaturais e que vaticina catástrofes de que só se salvarão os seus adeptos; estes buscam ou desencantar um Reino ou fundar uma Cidade Santa, pondo para isto em prática os comportamentos aconselhados pelo líder. Os caracteres do Reino Messiânico também são do mesmo tipo geral: trata-se de um Reino Celeste que existirá neste mundo, dotado de atributos maravilhosos, lugar onde não se adocece, onde não se precisa trabalhar, onde se é plenamente feliz, onde residem os santos. Os agrupamentos assim formados acabam quase sempre destruídos pelas forças da sociedade global. O ciclo pode recomeçar, como acontece em torno das figuras do Padre Cícero ou do Monge João Maria, ou pode extinguir-se com insucesso.

Ainda que de modo sintético, destacam-se os movimentos rústicos denominados Cidade do Paraíso Terrestre, Reino Encantado, Juazeiro, Canudos, Contestado e Guerra dos Muckers, cujos contornos serão, ao depois, cotejados com os acontecimentos da *Operação Lava Jato* e, mais amiúde, com as atuações do ex-juiz já mencionado, objetivando encontrar os pontos de contato e de distanciamento entre todos eles.

Em princípio, salienta-se que a expressão rústico não parece ser a mais adequada para a caracterização dos movimentos ocorridos na zona rural, na medida em que o vocábulo evoca uma carga indesejável de preconceito relacionado com as populações localizadas fora dos limites das cidades. A palavra traz em si uma série de sentidos preconceituosos, como coisa ou ser que revela simplicidade no jeito de ser, ou grosseiro, tosco, sem polimento, com pouca ou nenhuma erudição e de mínimos conhecimentos de mundo, pessoa ignorante e inculta, que se apresenta ou age sem traços de civilidade ou polidez.

CÂNDIDO (200, p. 26) explica que “o termo *rústico* é empregado aqui não como equivalente de *rural*, ou de *rude*, *tosco*, embora os englobe”; é dizer, ainda que sem intenções, o termo traz consigo, por definição, uma carga pejorativa.

Para além disso, uma série de outras palavras preconceituosas são utilizadas nas diversas obras que tratam do messianismo no Brasil, nas quais os autores se referem aos seguidores destes movimentos como jagunços, ladrões, incultos e outros adjetivos certamente desconectados das realidades locais. É MONIZ (1978, p. 22) quem chama a atenção para o fato:

Euclides da Cunha escrevia: “Nota-se já em tudo isto (a mudança de profissões de Antônio Maciel) um crescendo para a profissão menos trabalhosa, exigindo cada vez menos a constância de esforço; contínuo despear-se da disciplina primitiva e tendência acentuada pra a atividade mais inquieta e mais estéril, o descambar para a vadiagem mais franca”.

Estas palavras, evidentemente, são injustas e destituídas de lógica. Quem passa de caixeiro a escrivão de Juiz de Paz e de escrivão a solicitador não quer descambar para a “mais franca vadiagem”. Ao contrário, procura uma profissão mais elevada, ascender socialmente, tendo em vista a própria instrução e o aprimoramento da inteligência.

A importância da discussão sobre estes qualificativos está em que, não raro, camadas da população, nos mais variados meios, de vários espectros sociais e políticos, tendem a desqualificar o discurso daquele líder que incomoda o *status quo* vigente. Era e é assim. O hábito é antigo, e perdura até os dias de hoje. Foi o que se verificou, exemplificando, com o Presidente Lula, comumente tratado como analfabeto, ignorante, sem estudos e despreparado para a vida pública, dentre outros. Assim também foi com o próprio ex-juiz aqui mencionado, que recebeu a pecha de iletrado, incapaz de pronunciar palavras do cotidiano jurídico, cuja

escrita é ininteligível por conta do vocabulário pobre, homem de nenhuma leitura e de zero erudição. Assim foi com o ex-presidente Bolsonaro, tido como tosco, ignorante, grosseiro e incapaz de articular minimamente as ideias.

Entretanto, a história mostra que, ao contrário do que indicam esses predicados avassaladores, o Presidente Lula se mostrou hábil negociador desde os tempos de sindicalista; sob todos os aspectos da sua vida é considerado como um homem realizado social e politicamente, capacitado para vencer três eleições presidenciais, um feito inédito no Brasil. No exercício do cargo, angariou alta estima e respeito entre as lideranças e as elites brasileiras, fez sucesso entre os dirigentes e líderes das grandes nações mundiais, coisas que não alcançaria se as expressões contra ele irrogadas tivessem um mínimo de verdade.

O mesmo é de se dizer do ex-juiz: apesar das notórias dificuldades com a língua portuguesa, que o faz tropeçar na pronúncia de palavras de uso corrente no meio judicial, e tal como transparece também nas suas falas e em alguns dos seus escritos, não é de se olvidar que possui largo conhecimento técnico-legal e se demonstrou capaz de articular forças de apoio no seio da população e, sobretudo, dentro dos órgãos de mídia de relevância mundial. Com estas habilidades, soube aproveitar-se do momento político de então para mudar radicalmente o quadro eleitoral brasileiro.

No que é pertinente ao terceiro mencionado, apesar dos notórios hábitos rústicos, grosseiros, apesar das falas preconceituosas e da falta absoluta de polidez nos gestos e atos, de nenhuma erudição, é um homem que soube aproveitar as sendas abertas pelo ex-juiz no quadro eleitoral para se eleger, até de modo surpreendente, ao cargo de Presidente da República. Fez a leitura correta do pensamento médio do brasileiro, percebendo que o seu discurso retrógrado, de extrema direita e de ódio, com desprezo para a vida e para a saúde, ia ao encontro do pensamento de uma significativa faixa do eleitorado.

Em síntese parcial, os predicados depreciativos acerca das pessoas são propositais e escondem as capacidades de líderes hábeis, cada qual ao seu jeito e modo, cada qual com as armas e condições de que dispõe, sejam elas boas e destinadas a um bem comum, de finalidades pacíficas e humanitárias, ou, do outro lado, sejam elas péssimas, de maus propósitos e francamente desumanas e atentatórias ao bom senso e ao bem comum.

Resta, ainda neste tópico, apontar que o tema do messianismo primitivo e dos respectivos movimentos, que também constam dos estudos de QUEIROZ (1965), merece abordagem apenas passageira, dada a sua conformação no âmbito familiar, ou tribal, e por conta da sua estrita localização geográfica, normalmente, incapaz, ao menos no Brasil, de alcançar maiores amplitudes territoriais e sociais.

Seja como for, e retomando o fio da meada, é oportuno frisar que o messianismo tem origens nas práticas religiosas e se expande, depois e em alguns casos, para os aspectos sociais e, por vezes ainda, para as pregações políticas propriamente ditas, conforme será estudado no tópico posterior, pouco importando o meio em que se insere o movimento.

Ademais, a escolha dos movimentos indicados tem o condão de encontrar elementos que contribuirão para os comparativos com o movimento provocado pelo ex-juiz da *Operação Lava Jato*, líder togado cuja atuação e imagem foram acopladas à ideia de que seria o salvador da pátria, ou seja, o único capaz de passar o Brasil a limpo e extirpar as instituições brasileiras das suas (tradicionais) mazelas.

## 2.5 Movimentos urbanos

Os movimentos messiânicos, ao longo da história, têm representado formas de resistência sociocultural e espiritual frente a contextos de crise, opressão ou desorganização social. Tradicionalmente associados ao meio rural, esses movimentos caracterizam-se pela presença de lideranças carismáticas, geralmente com pretensões salvíficas, e por discursos escatológicos que prometem a chegada de uma nova ordem.

No âmbito das tribos primitivas brasileiras, desde o início da colonização até o período mais recente da nossa história, verificaram-se movimentos messiânicos (QUEIROZ, 1965). No entanto, aqui não serão detalhados em vista da pouca repercussão que tiveram, como era natural que assim fosse em vista da parca densidade populacional do país.

Para além do rústico e das tribos primitivas, o fenômeno messiânico também encontrou expressão em contextos urbanos, embora em menor número. QUEIROZ (1965) aponta um movimento ocorrido nos Estados Unidos da América, em Long Island, em 1931, logo após a quebra da bolsa de Nova Iorque, e outro na cidade do Rio de Janeiro, entre 1949 e 1950, liderado por Oceano de Sá.

A referida autora questiona a ideia de que os movimentos messiânicos ocorreriam apenas em ambientes estruturados nas relações de parentescos e afinidades pessoais, como é o caso dos movimentos rústicos: haveria possibilidade de movimentos messiânicos em sociedades estruturadas segundo um sistema econômico? A própria, no entanto, responde positivamente, indicando tal possibilidade, ao mencionar os dois movimentos, o do Rio de Janeiro e o estadunidense.

O messianismo no meio urbano se afigura, conforme QUEIROZ (1965), de modo mais estruturado, mais organizado e, no mais das vezes, com um caráter institucionalizado, especialmente quando ligados a ideologias políticas. Em suma, reconhece a autora que o fenômeno messiânico não se restringe ao campo e pode surgir em sociedades modernas. Esses messianismos urbanos ou ideológicos não possuem, necessariamente, um caráter religioso, mas mantêm o elemento central de fé em um líder ou ideologia como agentes da redenção e transformação social.

O messianismo urbano surge em contextos metropolitanos e responde a outras formas de crise – como a desestruturação, marginalização nas periferias, violência e carência de políticas públicas. Esses movimentos ainda mantêm a figura do líder carismático e a promessa de transformação ou salvação, mas dentro de um espaço urbano densamente habitado, fragmentado socialmente e permeado por múltiplas influências culturais.

Segundo QUEIROZ (1965, p. 336),

Ambos se passam em grandes cidades, aparentemente estruturadas e organizadas segundo o sistema econômico, e esta constatação recomenda toda a prudência nas conclusões a que chegamos. É certo que, como a sociedade urbanizada ocidental é muito complexa, podemos estar lidando com movimentos que englobam indivíduos ligados a uma estrutura baseada em sistema de parentesco, em vias de desaparecimento, constituindo então reações contra processos de mudança social. Mas talvez também nas sociedades estruturadas segundo o sistema econômico possam produzir-se movimentos messiânicos como reação a certos casos de mudança social ou de anomia. E a ordem de movimentos messiânicos que descobrimos, ligados a fenômenos de dinâmica social em sociedades estruturadas segundo o sistema de parentesco, não constituiria senão parte de uma classe mais ampla, abrangendo sociedades diversamente estruturadas, em que a mesma reação se produz.

O fato é que, na Avenida Getúlio Vargas, no centro do Rio de Janeiro, instalou-se a seita, que se chamava de Fraternidade Eclética Espiritualista Universal, liderada pelo religioso Oceano de Sá, que se fazia chamar Yokaannam. Tornou-se messias depois de ter sobrevivido a um acidente de avião; vestido com amplo camisolão, é o líder supremo do grupo, ministrando consultas médicas e distribuindo conselhos aos seus seguidores. Homens e mulheres participam do grupo, mas em ambientes separados.

Baseada no centro da cidade, o grupo estendia suas influências para as adjacências, angariando seguidores em Niterói e Petrópolis. A sede, na Avenida Getúlio Vargas, era a materialização do céu, embora houvesse pretensão de fundar a Cidade Iniciática no centro do país (QUEIROZ, 1965). O grupo hoje se acha espalhado por diversos estados e conta com 17 sedes em atividade.

Imagem 2 – Fotografia de Oceano de Sá



Fonte: [www.fecu.org/nossa-visao](http://www.fecu.org/nossa-visao)

É um dos exemplos que revelam o transbordamento do messianismo para o espaço urbano, onde assume novas formas de organização, menos voltadas para a insurgência física ou armada e mais inseridas nas dinâmicas religiosas e culturais das cidades.

A distinção entre movimentos messiânicos urbanos e rústicos não é apenas geográfica, mas envolve diferentes motivações, formas de organização e meios de atuação. Enquanto os rústicos frequentemente se colocam em confronto direto com o Estado e o modelo socioeconômico vigente, os urbanos operam de modo mais simbólico, muitas vezes dentro dos marcos legais, mas mantendo discursos de ruptura com o mundo corrompido, em sentido amplo.

É nesse contexto que se encadeia o movimento ao redor da *Operação Lava Jato*, com características gerais do messianismo e, ao mesmo tempo, com particularidades outras, sobretudo em relação à abrangência territorial, expandida para todos os cantos do país, liderado por alguém de dentro das esferas de poder, qual seja, o referido ex-juiz, mas atuando fora dos marcos legais, consoante será estudado mais amiúdo em capítulo próprio.

Antes, porém, far-se-á um apanhado dos principais movimentos messiânicos verificados em território brasileiro, como forma de angariar elementos que, posteriormente, servirão de mote para as comparações entre métodos e discursos de todos eles, incluindo os do ex-magistrado.

### 3 LÍDERES MESSIÂNICOS: ENTRE A BATINA, A TÚNICA E A TOGA

*A gente carecia, de repente, de acordar de alguma espécie de encanto.*  
(ROSA, 2001, p. 100)

As lideranças messiânicas se formam fora das esferas de poder, mas atuam justamente no vácuo dos poderes constituídos. Por exceção, entretanto, essas lideranças podem se formar dentro do próprio sistema de poder, como é o caso do Padre Cícero e do ex-juiz em comento: aquele, integrante da igreja católica, este, do Poder Judiciário. Ambos atuaram de dentro para fora: Padre Cícero, para liderar uma cruzada religiosa e salvadora; Moro, para restaurar a moralidade administrativa e combater a corrupção.

Antônio Conselheiro e José Maria de Santo Agostinho apresentavam-se com vestimentas rudimentares e rotas. O primeiro, com túnica ou camisolão; o segundo, com paletó e calças surrados e sujos. Ambos mantinham barba e cabelos compridos e desgrehados; andavam de pé no chão ou com chinelas de couro desgastadas. Ambos viveram uma vida de asceta, desprovidos de bens materiais e sem apego a luxos ou comodidades. Dormiam no chão de terra batida e comiam do que, e quando, se lhes davam.

De entremeio aparece outro espécime de messias, que usa batina e age dentro das instituições confessionais, como é o caso do Padre Cícero Romão Batista. Todos eles, no entanto – e para além de todos os traços inerentes ao messianismo – elegem seus acólitos, ou apóstolos, que servem como auxiliares diretos para que consigam atingir os seus objetivos, inclusive atribuindo-lhes funções e poderes, ainda que limitados, para as tarefas do cotidiano.

As alterações dos costumes sociais e do modo de vida das pessoas propiciam o aparecimento de outros messias, que se apresentam bem apessoados e asseados. Trajam roupas de fino corte e adequadas ao seu ramo de atividade, com paletó e gravata. Movem-se igualmente dentro de entidades legalmente constituídas e reconhecidas pela sociedade, mas agem como se fossem os únicos capazes de espancar os vícios e defeitos que dizem presentes no mundo que os cerca. Neste espectro está Sergio Moro, que pretendia passar o Brasil a limpo.

Independentemente de se tratar de messias das antigas ou dos novos tempos, as bases que formam, alicerçam e caracterizam o movimento messiânico, considerando a conjugação de diversas dimensões, são as mesmas: a marcante presença de um líder carismático, que se apresenta como enviado divino; as bases religiosas e de fé dos discursos e das práticas fomentadas pelo líder; a identificação, pelo líder, dos momentos de crises locais, sejam

econômicas, políticas ou morais; a propagação de promessas de mudanças futuras, com alteração do *status quo* vigente; e, por fim, a formação do movimento de massas, com o agrupamento de seguidores fiéis que cumprem as ordens do líder de modo incontestado (QUEIROZ, 1965).

RIVAS e TAVARES (2020) tratam da questão dos novos messianismos aduzindo que o fenômeno não significa a volta de figuras carismáticas capazes de canalizar reivindicações sociais através de levantes armados, de formação de comunidades ideais com propostas de estilo de vida social e religiosa. Diferentemente, essas figuras gozam de legitimidade política, encarnando as aspirações populares e expectativas coletivas.

Adicionam ainda, referidos autores, que:

Estes messianismos “legítimos” têm sido frequentes ao longo da história da humanidade e sempre incorporam um matiz religioso. No Brasil, a lista é longa: Antônio Conselheiro, Padre Cícero, os Santarões do Rio Grande do Sul, Monge João Maria e José Maria do Contestado, Beato José Lourenço, Pedro Batista, o movimento dos Muckers, Frei Damião, etc. O Brasil parece fadado a viver sob o signo da utopia, pelo fato de o imaginário messiânico constituir um dos elementos fundantes de sua cultura. A “Terra brasilis”, no entanto, parece estigmatizada, desde os primórdios, por uma utopia “intrinsecamente contraditória”: por um verso, colonizadores portugueses forjaram “uma teologia alucinada e messiânica” (Darcy Ribeiro), imbuídos da divina missão de instaurar o Reino de Deus em terras até então ignotas; por outro, povos subjugados e escravizados, protagonistas de um “messianismo perdido” (Roger Bastide). (RIVAS; TAVARES, 2020, p. 551)

Em decorrência deste quadro, nossa história é pródiga no registro de algumas figuras marcantes, ainda conforme RIVAS e TAVARES (2020, p. 552):

não por acaso nossa história e literatura consagraram “caudilhos, coronéis e pais da pátria” cuja lista seria enorme. pensemos apenas em alguns deles: desde o imperador Pedro I que, recusando-se a fazer retorno a Portugal, proclamou em alto e bom som “... diga ao povo que fico” passando pela era Vargas, cognominado de “pai dos pobres”, e, sucessivamente, por Jânio quadros com sua mágica “vassoura” e ainda pelo “caçador de marajás”, Collor de Mello, até chegarmos ao atual presidente cujo nome – Jair “messias” – parece insinuar que a ironia tem apreço pela gramática. como se pode ver, exemplos não faltam em nossa história. e isso nos leva a suspeitar de que o messianismo constitua chave privilegiada para se interpretar não só a história brasileira e sua situação atual, mas também uma ascensão populista, de direita e de esquerda, no cenário político internacional que ameaça seriamente as instituições democráticas, os direitos da terra, das pessoas, dos povos e o princípio da inviolabilidade da dignidade humana. essa espécie de messianismo arraigado na história dos povos talvez explique certa propensão a se deixar envolver por personalidades carismáticas e suas respectivas promessas messiânicas que, salvaguardadas diferenças contextuais, fazem-se mediar tanto por estratégias de cooptação, clientelismo e tutela das massas, quanto por teorias “conspiratórias” que exploram o medo do outro e do diferente. deflagra-se, em ambos os casos, a presença de novo messianismo “persistentemente contraditório”. por um lado, constata-se a presença de dois elementos reciprocamente implicados: exacerbada desigualdade econômica e social e persistente imposição de imaginário autoritário e

providencialista. vítima da escandalosa desigualdade econômico-social e em situação de total desamparo dada a inexistência de uma cultura política, o povo acaba acreditando em promessas, movido, sobretudo, pela esperança obstinada de que finalmente um dia alguém será fiel ao que promete. neste contexto de desamparo, a perversidade alcança seus níveis mais iníquos, posto que não apenas se defrauda e se rouba a esperança do povo, mas também se consegue forjar uma situação na qual o povo se volta contra si mesmo, o “povo contra a democracia”.

Seja como for, é plausível encontrar na história da humanidade as “tendências messiânicas” (QUEIROZ, 1965, p. 5), em contraponto com o messianismo tradicional. São líderes que não são propriamente messias, mas trazem, nos seus discursos e nas suas práticas, significativa quantidade de características inerentes aos messias reconhecidos como tal pelos estudiosos do campo.

É assente, de outro lado, que as pessoas que se apresentam, em momentos de crises agudas, propondo mudanças no *status quo* e prometendo tempos melhores e mais justos, atrelando o seu discurso a bases religiosas, são vistas como salvadoras, ou imbuídas de uma missão divina, ou quase divina, redentora, com capacidade para salvar o povo dos malefícios de uma situação política ou econômica, ou de um estado de decadência moral. Essa liderança não se baseia apenas em propostas racionais ou religiosas, mas também no carisma e nas emoções próprias do líder, capazes de transmitir credibilidade e confiança nas promessas de mudança que são feitas.

Esses líderes podem ser messiânicos ou, então, podem adotar atitudes que resvalam no messianismo, exibindo apenas alguns traços de um messias sem propriamente sê-lo. Os fatores que contribuem para a formação de uma liderança, messiânica ou quase-messiânica, estão relacionados com crises social, econômica e política, que trazem medo, desconfiança e instabilidade. Nesta sensação de desordem surgem as buscas por figuras que simbolizem esperança, ordem e salvação, com mudança no estado das coisas.

O líder geralmente possui destacado carisma, excelente oratória e adequada capacidade de mobilizar emocionalmente a população, como se fosse alguém escolhido por um destino maior e direcionado para solucionar os problemas que identifica. Muitas vezes, usa linguagem religiosa ou se vale das crenças religiosas embutidas no povo a quem se dirige, de modo empático e persuasivo. Transmite confiabilidade no seu projeto de mudança, que vai ao encontro dos anseios populares.

De acordo com WEBER (2004, p. 324):

Em oposição a toda espécie de organização administrativa burocrática, a estrutura carismática não conhece nenhuma forma e nenhum procedimento ordenado de nomeação ou demissão, nem de "carreira" ou "promoção"; não conhece nenhum

"salário", nenhuma instrução especializada regulamentada do portador do carisma ou de seus ajudantes e nenhuma instância controladora ou à qual se possa apelar; não lhe estão atribuídos determinados distritos ou competências objetivas exclusivas e, por fim, não há nenhuma instituição permanente e independente das pessoas e da existência de seu carisma pessoal, à maneira das "autoridades" burocráticas. Ao contrário, o carisma conhece apenas determinações e limites imanentes. O portador do carisma assume as tarefas que considera adequadas e exige obediência e adesão em virtude de sua missão. Se as encontra, ou não, depende do êxito. Se aqueles aos quais ele se sente enviado não reconhecem sua missão, sua exigência fracassa. Se o reconhecem, é o senhor deles enquanto sabe manter seu reconhecimento mediante "provas". Mas, neste caso, não deduz seu "direito" da vontade deles, à maneira de uma eleição; ao contrário, o reconhecimento do carismaticamente qualificado é o dever daqueles aos quais se dirige sua missão.

A sua imagem se torna mais importante que as instituições públicas, democráticas ou não, em vista do peso sagrado de suas palavras e ações, replicadas, agora, no mundo moderno, pelas divulgações de mídias que embalam o apelo emocional transmitido pelo líder. Criam um inimigo e de modo maniqueísta dividem o mundo entre *nós e eles*, estabelecendo um alvo a ser combatido.

Redes de apoio político e social se formam ao seu redor, como movimentos sociais específicos ou setores da sociedade, que se encarregam de divulgar um plano (aparentemente) sólido que ofereça solução para os problemas.

É correta a ideia de que a liderança é fruto do meio, ou seja, o líder surge porque estava no lugar certo e na hora certa; o contexto, pois, é que faz emergir o líder dentre aqueles que têm perfis específicos para a situação corrente, aquele capaz de gerar engajamento, adesão e participação popular. No entanto, QUEIROZ (1965, p. 354), analisando o fenômeno da causação, adverte que nem sempre as condições dadas resultam no aparecimento do messias, conforme:

Quer isto dizer que a abordagem seguida resolve o problema sociológico da causação? Não, porque as condições que esclarecemos não fazem mais do que se juntar a outras que já tinham sido apontadas e que também funcionam no caso. E, mais ainda, todas juntas não podem determinar com toda a segurança que os movimentos realmente surgirão. Isto é, podem existir durante largo tempo condições sócio-religiosas favoráveis sem dar lugar a movimento algum. No Contestado, por exemplo, o clima messiânico preexistiu por anos e anos, embriões de movimentos sucessivos tiveram lugar sem êxito, até que aparecesse o Monge José Maria, que conseguiu congrega em torno de si uma quantidade grande de adeptos e formar um movimento messiânico digno de atenção. A outra figura profética da época, mais importante ainda do que o Monge José Maria, e em torno do qual se fixou uma crença messiânica típica, foi a do Monge João Maria, de quem o segundo Monge se apresentaria mais tarde como a reencarnação

A referida autora conclui que a personalidade é fator que conta para a produção dos fenômenos, exemplificando com o caso do mesmo Monge João Maria, que não permitia

ajuntamento de pessoas ao seu redor. Se fosse de índole oposta, ou seja, se agisse como seu sucessor, o Monge José Maria, certamente o movimento teria eclodido muito mais cedo e sob a sua liderança.

Outro aspecto que se destaca na caracterização do messias, agora como encerramento deste tópico, é a capacidade que ele tem de fazer as promessas direcionadas ao encontro dos anseios e à realização das esperanças dos seguidores, que esperam, nas crises, alcançar dias melhores e mais felizes. A promessa é, dentre as demais características, a que melhor se destaca no messianismo. Sem promessas de bons resultados futuros, as ações propostas e os caminhos indicados pelo messias não encontram razão para serem seguidos cegamente pela população; nem movimento messiânico haverá de existir.

Próprias dos políticos e dos candidatos a tanto, as promessas podem conter uma proposta de realização dos desejos na vida terrestre, em um futuro próximo ou distante, como também podem conter propostas de realizações dos desejos em outra vida, situações estas que normalmente acabam de modo trágico, incluindo mortes coletivas. Sem promessas de realizações futuras, nem mesmo o político se elege.

Feitas estas considerações genéricas, ver-se-á, na sequência e pela ordem dos acontecimentos, as principais características e atitudes dos líderes messiânicos dos principais movimentos registrados no Brasil, culminando com os procedimentos inadequados do ex-juiz Sergio Moro.

### **3.1 Silvestre José dos Santos e a Cidade do Paraíso Terrestre**

O ex-soldado Silvestre José dos Santos, também chamado *O Profeta*, foi uma figura emblemática na história do sertão pernambucano. Tendo peregrinado por Alagoas, em 1817 fixou-se no sul de Pernambuco e fundou, no lugar chamado Rodeador, um vilarejo a que deu o nome de Cidade do Paraíso Terrestre. No local instalaram-se cerca de 400 dos seus seguidores. Apesar de analfabeto, detinha conhecimentos religiosos; conhecendo os versos de Bandarra, previa a chegada de Dom Sebastião, que sairia das reentrâncias de um lajeado, sobre o qual edificou uma capela (QUEIROZ, 1965, p. 198). Dizia que “Dom Sebastião surgiria e todos sairiam a libertar os Santos Lugares, realizando-se o paraíso na terra inteira”. A partir de então, formou, entre seus seguidores, uma organização aos moldes militares, comandados por capitães e alferes e que organizavam a Santa Marcha, precedida de uma reza vespertina que a todos era imposta (QUEIROZ, 1965, p. 199).

HERMANN (2024), de seu turno, assevera que se trataria não de um movimento messiânico típico, mas voltado para a luta armada, de caráter sedicioso; o profeta fez uso dos conhecimentos que obteve na força pública e, misturando-os com as prédicas religiosas, armou os seus seguidores e deu a eles treinamentos de guerra. Reconhecendo a complexidade do movimento, que desafia os estudiosos, HERMANN (2024, p. 141) assim afirma, após analisar as várias deserções ocorridas entre os militares das forças públicas de então, sobretudo no interior de Pernambuco:

pode-se perceber a complexidade do caso do Rodeador, no qual o cruzamento do mito do Encoberto, de longuíssima duração, se conjugou às questões específicas de um contexto militar e politicamente explosivo. Se é necessário inserir os “ensaios sediciosos” e a Revolução Pernambucana no quadro mais amplo da crise do Antigo Regime e, ainda, da especificidade da situação portuguesa na conjuntura de expansão napoleônica, que trouxe a família real para o Brasil, deve-se tomar o caso do Rodeador como parte desse conjunto mais amplo de acontecimentos, que marcaram o processo de independência. Ou, ainda, de fragilização da legitimidade de um rei que não mais conseguia manter-se como o guardião da justiça e da ordem. Os acontecimentos da “Revolução Pernambucana”, o recrutamento forçado e, talvez, o estímulo dos insurgentes de Recife são partes indissociáveis do processo que fez surgir a Cidade do Paraíso Terrestre. Mas se os revoltosos de 1817 pregaram o fim do antigo sistema e ensaiaram um modelo republicano, inspirado na Independência Americana ou na Revolução Francesa, os adeptos do Rodeador viveram esse momento de incerteza investindo na expectativa da volta de um rei Encoberto, guardado em uma pedra encantada e prestes a salvá-los da dor e da miséria. Não desprezavam a existência de d. João VI, mas afirmavam que “querendo el rey dom João 6º seguir el rey dom Sebastião ainda el rey dom João 6º havia ser bem premiado por dom Sebastião”,<sup>24</sup> este, sim, considerado legítimo e justo.

QUEIROZ (1965, p. 199) também reconhece o caráter belicoso do movimento, destacando que o então governador de Pernambuco, “julgando que se tratava de conspiração contra seu governo (...) enviou destacamentos que atacaram o povoado na noite de 25 de outubro de 1820, massacrando terrivelmente os membros da irmandade”.

Da superposição de entendimentos que sobressaem das análises acerca da melhor caracterização do movimento liderado por Silvestre José dos Santos, é lícito concluir que messianismo, religião, política e violência ali se irmanaram, tal como em diversas outras ocasiões.

### **3.2 João Antônio dos Santos e o Reino Encantado**

O movimento do Reino Encantado foi liderado por João Antônio dos Santos, que, no ano de 1836, apareceu na Comarca de Flores, no interior de Pernambuco. João Antônio também pregava a volta de Dom Sebastião, dizendo que o referido rei estava prestes a desencantar e

trazer riquezas para serem distribuídas entre os seus adeptos, que eram muitos. LEITE (1898, p. 24) assim descreve o início do movimento:

Inspirado ao mesmo tempo n'um velho folheto, de que nunca se apartava e que encerrava um desses contos ou lendas, que andavam muito em voga acerca do misteriozo desaparecimento d'el-rei Dom Sebastião na batalha de Alcacerquibir, e da sua esperada e quazi infalliyel resurreição, tratou de propalar pela população d'acjuelle e dos vizinhos distritos, que estava sendo conduzido todos os dias por el-rei Dom Sebastiao a um sitio pouco distante do ugar de sua rezidencia, no qual mostrava-lhe aquelle, alem de uma lagoa encantada, de cujas margens extrahira aquelles e outros brilhantes, duas bellissimas torres de um templo, já meio vizivel, que seria por certo a catedral do remo na epoca pouco distante da sua restauração.

Preocupadas com o ajuntamento de pessoas, que deixavam de trabalhar para os senhores das terras, as autoridades conseguiram expulsá-lo da região (QUEIROZ, 1965). Pouco depois, seu cunhado João Ferreira, que viria a se autointitular rei do local, retomou a mesma pregação, indicando duas enormes pedras do lugar em que surgiria Dom Sebastião, com toda a sua corte, por ocasião do desencantamento.

Esse novo messias passou a afirmar que o desencanto apenas se daria à custa de muito sangue, mas, em compensação, “as pessoas sacrificadas se eram pretas, voltavam alvas como a lua, imortais, ricas e poderosas; e se eram velhas, vinham moças, e da mesma forma ricas, poderosas e imortais” (QUEIROZ, 1965, p. 200).

Imagem 3 – Fotografia das Pedras do Reino Encantado



Fonte: Imagem retirada do site Diário de Pernambuco (2019).

João Ferreira, além das prédicas, das orações e das promessas de um futuro melhor, adotou regras próprias para os casamentos que eram realizados na comunidade, com a peculiaridade de que lhe cabia dispensar a noiva na noite das núpcias, entregando-a ao marido

na manhã seguinte, ainda conforme QUEIROZ (1965). Os costumes de natureza sexual estabelecidos pelo líder messiânico se assemelham, de certo modo, com os que também foram estabelecidos por Jacobina Maurer, por ocasião do movimento intitulado Guerra dos Muckers, que mais adiante será tratado com mais detalhes.

Foi um dos episódios mais sangrentos que se verificaram nos movimentos messiânicos brasileiros; conforme QUEIROZ (1965, p. 202):

Finalmente, marcou João Ferreira o dia para iniciarem os sacrifícios necessários “a quebrar de uma vez este cruel encantamento, e a 14 de maio de 1838 seu próprio pai foi o primeiro que correu a se oferecer a Carlos Vieira que, com um facão afiado, lhe cortou cerce a cabeça. Começou um morticínio inenarrável, que prosseguiu nos dias 15 e 16, com a turba em estado de grande exaltação. No fim do terceiro dia, as bases das duas torres tinham sido regadas com sangue de trinta crianças, doze homens, onze mulheres e catorze cães.

Na manhã de 17, foi sacrificado o próprio Rei, tomando seu lugar o cunhado Pedro Antônio; e como no local o ar se tornara irrespirável, dada a decomposição dos cadáveres que por ali jaziam, o novo chefe ordenou a transferência do acampamento para mais longe. Partiram todos em procissão dançante, seminus, com o Rei à frente cingido grande coroa de cipós.

Destaca-se que esses atos cruéis e de autoexterminio também se verificariam, mais tarde, entre os seguidores de Jacobina Maurer, na Guerra dos Muckers. Ademais disso, trata-se de um movimento que também guarda semelhanças com o da Guerra do Contestado e o da Guerra dos Muckers, na medida em que neles a liderança foi exercida por mais duas ou mais pessoas, em conjunto ou em sequência, uma após a outra.

### **3.3 Padre Cícero e a Cidade Santa de Juazeiro/CE**

Padre Cícero Romão Batista viveu entre os anos de 1844 e 1934. Oriundo de uma família modesta, foi ordenado sacerdote em 30 de novembro de 1870. demonstrando vocação voltada à pastoral popular. Logo adotou uma postura próxima dos pobres e camponeses sertanejos, liderando o movimento messiânico de Juazeiro do Norte. Instalou-se no local em 1872, dois anos depois de sua ordenação, encontrando um pequeno e simples povoado, num arraial com apenas seis casas de telhas e trinta choupanas. Dizia ter sido enviado por Deus ao local.

Embora dotado de cultura e de conhecimentos muito superiores ao que era encontrado no meio, Padre Cícero se apresentava como uma pessoa despojada materialmente; vivia de esmola dos fiéis e se trajava de modo simples. Era basicamente um conselheiro, inclusive

ensinando cuidados básicos de higiene pessoal; ministrava, também, remédios naturais com os quais praticava curas básicas, sem cobrar qualquer valor como contrapartida.

Imagem 4 – Fotografia do Padre Cícero



Fonte: Imagem retirada do site Crus Terra Santa (n.d.).

Havia ali gente pobre e abandonada pelo poder público, aos quais se misturavam ladrões de cavalo, ébrios e desordeiros em geral (QUEIROZ, 1965, p. 232). Tudo contribuía, acrescenta a autora, para que os costumes fossem do pior quilate, quedando abandonadas as práticas religiosas. Padre Cícero se viu-se, portanto, na contingência de organizá-los socialmente, pregando, catequizando e apaziguando brigas e desavenças reinantes, fazendo-o através de terços, novenas e procissões. Instituiu, dentre a população local, o culto à Nossa Senhora das Dores (QUEIROZ, 1965, p. 232).

Sobre o movimento ao redor do Padre Cícero, aduz FACÓ (1972, p. 131):

Não podemos esquecer algumas causas “positivas” na sua formidável projeção em todo o Nordeste. Seu apostolado se inicia de maneira diversa dos demais sacerdotes católicos: não cobra em dinheiro os serviços religiosos. É o ponto de partida da sua popularidade, ao lado, é claro, de certas manifestações místicas coincidentes com as das camadas mais atrasadas da população sertaneja local. A cidade de Crato era o centro do valor, mas quem não podia pagar casamento, batizado, missas votivas dirigia-se a Juazeiro, que apenas surgia, em busca do jovem padre que não recebia

dinheiro por coisas sagradas. Depois, na medida em que cresceu o ajuntamento em torno da capela do ‘santo’, aquela população miserável e enferma, que não conhecia médica nem jamais havia procurado uma farmácia, encontrava nos conselhos do Padre Cícero os ensinamentos para curas que realmente se efetivavam. Muitas vezes, simples conselhos higiênicos elementares que a população pobre desconhecia totalmente. E vieram as lendas dos milagres.

É perante essa camada da população que o seguia, neste contexto de dificuldades sociais e econômicas, que Padre Cícero levou a promessa de esperança e de transformação num futuro melhor e mais promissor. Seus seguidores esperavam dele não apenas uma liderança espiritual, mas também soluções para os problemas que enfrentavam, como a pobreza, a seca e a injustiça social.

O nordeste brasileiro vivia uma realidade marcada por crises, como a escassez de água e a falta de oportunidades, o que gerava um profundo desespero entre a população. O Padre Cícero prometia um futuro melhor, onde a fé e a união poderiam trazer mudanças significativas para a vida das pessoas. Ele se tornou um símbolo de resistência e esperança, oferecendo não apenas consolo espiritual, mas também uma visão de um mundo mais justo e próspero.

Foi nesse quadro que Padre Cícero angariou a simpatia da então minúscula população local e se tornou líder do maior dos movimentos messiânicos brasileiros; por certo, o de maior envergadura dentre todos – ou, dito de outro modo, foi um movimento que deu certo, haja vista a prosperidade experimentada pela cidade.

Mais adiante, já com seus domínios consolidados na região do Juazeiro, avançou para a seara política, arregimentando, dentre seus seguidores, forças armadas para enfrentar a autoridade máxima do Ceará que, de seu turno, era apoiada pelo Presidente da República. De tal sorte foi o seu poderio como chefe político que obteve êxito na derrubada do governo do estado e em sequência, a nomeação de pessoa de sua confiança para o referido cargo. Também apadrinhou a campanha política vitoriosa de um deputado federal, na pessoa do coronel Floro Bartolomeu.

A figura do Padre Cícero transcende os limites da fé católica institucional, adquirindo contornos de liderança messiânica e política, especialmente no Ceará. Quando do seu falecimento, Juazeiro do Norte era uma cidade desenvolvida para os padrões da época, com cerca de dez mil edificações de tijolos, taipa e telhas, onde residiam cerca de quarenta mil habitantes; a cidade era servida por linha regular de ônibus e contava com um intenso e generalizado comércio. Havia, quando do seu passamento, duas casas bancárias. Era, enfim, a cidade do interior cearense com maior área urbana (QUEIROZ, 1965, 231).

Padre Cícero Romão Batista foi uma das figuras mais emblemáticas da história religiosa, social e política do país. Reverenciado como líder espiritual e político de destaque, angariou popularidade e teve uma trajetória que se confunde com o processo de formação da identidade religiosa nordestina e com os movimentos sociais que marcaram o sertão no final do século XIX e início do século XX.

Destaque final, neste tópico, é o fato de que Padre Cícero atuou sozinho no comando da Cidade Santa de Juazeiro, ao menos em relação às pregações religiosas e no papel de líder local do movimento messiânico por ele próprio criado. Não foi o caso, entretanto, quando estendeu seus domínios para a esfera política regional, ocasião em que contou com o apoio decisivo que lhe foi ofertado por Floro Bartolomeu, típico coronel e líder político do Brasil de então.

Padre Cícero faleceu em 20 de julho de 1934, aos 90 anos. Mesmo sem reconhecimento oficial de santidade pela Igreja Católica até recentemente, ele é venerado como “Padim Ciço” por milhões de nordestinos. Em 2022, a Igreja Católica, que o afastara de suas ordens por conta dos acontecimentos em Juazeiro, reconheceu a sua importância espiritual e autorizou a abertura do processo para a sua beatificação, em ato que o reabilita.

### **3.4 Antônio Conselheiro e Canudos**

Antônio Vicente Mendes Maciel nasceu em 13 de março de 1830, na Vila de Quixeramobim, no Ceará. Desde jovem já demonstrava inclinações para a religiosidade, tendo sido preparado pela família para seguir a carreira eclesiástica. Após a morte dos seus pais, assumiu o comércio da família, mas uma série de reveses financeiros e de ordem pessoal o levaram a uma vida errante. Trabalhou como pedreiro, professor e comerciante, mas acabou por se tornar um líder religioso.

O seu casamento com Brasilina Laurentina de Lima foi marcado por dificuldades de relacionamento e não prosperou. Brasilina o abandonou, preferindo se juntar a um sargento de polícia. Esse evento teve um impacto profundo em sua vida, levando-o a um período de intensa introspecção; posteriormente, adotou um estilo de vida errante, dando aso ao desenvolvimento de uma espiritualidade que o levaria até as últimas consequências.

Desiludido, Conselheiro começou uma peregrinação pelo sertão nordestino, especialmente entre o Ceará, Pernambuco, Sergipe e Bahia. Durante essas jornadas, trajando uma túnica puída e suja, pregava contra os desmandos das autoridades e defendia uma sociedade baseada na solidariedade e na fé. Ganhou notoriedade ao reformar e construir igrejas

e cemitérios, erguendo cruzeiros por onde passava, o que lhe permitiu angariar fiéis seguidores. Suas atitudes tiveram reflexos junto às autoridades da Igreja, que não viam com bons olhos a debandada dos fiéis e, menos ainda, a presença de um pregador carismático fora das organizações eclesiásticas.

Imagem 5 - Corpo morto de Antônio Conselheiro



Fonte: Retirada do *site* História Ilustrada, indicativo de autoria de Flávio de Barros/Acervo Museu da República (LOPES, n.d.)<sup>5</sup>

Tal como Padre Cícero, também Antônio Conselheiro iniciou sua caminhada rumo ao messianismo através das pregações religiosas, só mais tarde vindo a se aproximar do discurso de caráter político em prol da monarquia – e assim mesmo porque se sentia acuado e perseguido pelas forças republicanas recentemente empossadas no comando do país.

Em 1893, Antônio Conselheiro e seus seguidores se estabeleceram numa antiga e abandonada fazenda, de nome Canudos, no interior da Bahia. O local foi escolhido pela sua localização ao lado do rio Vaza Barris e pelos morros e contrafortes que circundavam a fazenda. A área logo tornou-se um refúgio para sertanejos pobres, ex-escravizados e pessoas marginalizadas pelo poder público, tanto pelo regime imperial quanto pelo republicano.

A comunidade cresceu rapidamente, chegando a contar com estimadas 4 ou 5 mil casas, com 15 ou 20 mil habitantes (CUNHA, 1995, p. 295). Canudos se organizou de forma comunitária, num sistema de autoproteção, gerando crescente preocupação nas autoridades.

---

<sup>5</sup>Antônio Conselheiro morreu supostamente vítima de uma disenteria antes mesmo do fim do combate em Belo Monte. Seu corpo já estava sepultado e foi exumado pelo exército, que o fotografou e cortou sua cabeça, 1897. (LOPES, (n.d., n.p.)

Conselheiro passou a defender a restauração do regime monárquico após a instituição dos impostos pelos republicanos e a decretação da laicidade do estado brasileiro.

Propalava que a salvação estava na fé e na obediência aos princípios cristãos. Ensinava que o sofrimento na terra era um caminho para a redenção e que os fiéis deveriam se preparar para o fim dos tempos. Diferentemente do que se verificou com Padre Cícero Romão, Antônio Conselheiro foi líder único do movimento messiânico, embora tenha nomeado subchefes que o auxiliavam em tarefas compartimentadas.

### 3.5 Beato José Maria e o Contestado

O movimento messiânico da Guerra do Contestado (1910-1916, ocorreu nos altos da serra de Santa Catarina, na divisa com o Paraná, região de fazendas de gado e de agricultura de subsistência. “Segregada do litoral, mostrava-se esta zona fértil no aparecimento de profetas e messias desde meados do século XIX, mas que tiveram pouca ou pequena repercussão”; eram chamados de monges, embora sem pertencerem a congregação religiosa, conforme QUEIROZ (1965, p. 247).

As suas raízes remontam ao primeiro dos monges do lugar, o beato João Maria (CARNEIRO, 1989, p. 197):

A origem do fanatismo no Contestado pode ser remontada ao aparecimento, naqueles sertões, em princípio de 1896, de um velho eremita, cujo verdadeiro nome era Anastas Marcof, de nacionalidade francesa, que se fez conhecido como o “monge” João Maria de Jesus. A respeito dele se propagaram lendas “de que curava doentes, pregando a religião cristã”. Não deixou de ser um autêntico e sincero homem de bem esse asceta, cujo isolamento se dera por desgostos íntimos, tornando-o um andarilho incansável. Praticou a caridade e foi um médico, um pai e um amigo dos pobres. Tantos anos depois de morto, o culto à sua memória ainda existe, com igual ou maior intensidade, nos mesmos lugares em que viveu.

João Maria era italiano, que se dizia eremita solitário por profissão. Vivia em peregrinações pelo sul do país, fazendo pregações, sem se fixar em um lugar. Teria havido um segundo João Maria, que seguiu as pegadas do primeiro deles. Nos dizeres de QUEIROZ (1965, p. 247)

Não se percebe solução de continuidade entre as atividades do outro Monge e deste, que também tinha fases de retiro no meio das florestas, de onde saía para percorrer o sertão, entregando-se às atividades idênticas às de seu antecessor. Também não queria ser seguido; reunia os homens para realizar novenas e terços, pregava-lhes e despachava-os para casa, afirmando que “o homem é bom, os homens não são maus”. Vivia de esmolas, como também o primeiro Monge; não comia carne e não dormia

dentro das casas. Falava uma linguagem sibilina, simbólica, de compreensão difícil, que enchia de espanto e veneração os ouvintes.

Em relação aos nomes dos monges e a quantidade deles, não há conclusões seguras. É provável que várias “personagens se ocultaram sob esta denominação, o que torna a história um pouco confusa; é provável que dois ou três profetas diferentes tenham tomado o mesmo nome para aproveitar a celebridade que já o rodeava”, conforme QUEIROZ (1965, p. 247).

Há notícias de que João Maria teria falecido entre 1904 e 1908. Em seu lugar, depois, apareceu o Monge José Maria, por volta de 1911, que se dizia irmão do falecido. Como João Maria afirmava que, depois de morto, voltaria para pregar e consolar o seu povo pela vontade de Deus, a população automaticamente aceitou o novo messias como legítimo substituto do que partira.

José Maria de Santo Agostinho atraiu seguidores com discursos messiânicos baseados na promessa de um novo reino justo e igualitário. A comunidade, formada por camponeses empobrecidos, afrodescendentes, então libertos do regime escravista, e pessoas dos povos originários, aderiu à causa, dando início aos episódios que marcaram a historiografia brasileira. Por coincidência, esta ascensão se deu no momento em que um conflito armado se verificava na região, envolvendo proprietários de terras e o governo brasileiro, que faria passar pelo local a estrada de ferro da *Brazil Railway Company*.

José Maria defendia a resistência à opressão e pugnava por justiça social, galvanizando as comunidades que se sentiam ameaçadas pela modernização imposta pelo executivo federal. Para seus seguidores, a guerra não era apenas uma luta pela terra, mas uma defesa de seus valores, tradições e modos de vida. As lutas, entre 1912 e 1916, foram ferozes, resultando em grande número de mortes entre os combatentes. Em decorrência das imposições republicanas, o movimento também resvalou na ideia de restauração da monarquia, na linha do que ocorrera em Canudos.

Desertor do 14º Regimento de Cavalaria de Curitiba, José Maria era curandeiro ou profeta; foi preso por homicídio e por atentado à moral. Ao contrário dos seus dois predecessores, José Maria incentivava os fiéis a seguirem-no. Fixou-se em Taquaruçu, de onde proferia discursos religiosos e políticos, com ataques à República, consoante ainda QUEIROZ (1965, p. 249). Faleceu em 1912, combatendo as forças públicas na Guerra do Contestado.

Quanto às promessas feitas pelos monges aos seus seguidores, eram elas de ordem espiritual e material. Prometiam a restauração da justiça social e a melhoria das condições de vida, especialmente para os pobres e marginalizados, que eram muitos. Prometiam não apenas

um alívio em relação às dificuldades cotidianas, mas também uma intervenção divina que seria capaz de trazer um novo tempo de paz e de prosperidade.

Imagem 6 – Fotografia do Monge José Maria de Santo Agostinho.



Fonte: Arquivo retirado do site Pinterest (n.d.)

Tal como ocorreu com o Padre Cícero e com Antônio Conselheiro, os monges se apresentavam como figuras sagradas e, assim, despertavam a simpatia do povo local. Em outras palavras, iniciaram suas atividades messiânicas dentro das tradicionais raízes religiosas; somente depois é que dirigiriam o seu movimento para o campo político.

A combinação de esperança espiritual e anseio por justiça social foi fundamental para mobilizar as pessoas ao redor do movimento. A congregação de pessoas foi de tal modo avassaladora que levou o grupo à luta armada, contra um exército bem equipado e treinado nas práticas da guerra. Em decorrência desses fatos, muitos seguidores morreram nos campos de batalha em defesa dos ideais prometidos pelos monges.

Após alguns anos, aconteceu o movimento dos Monges Barbudos do Lagoão, liderado por André Ferreira França, conhecido como Deca França. Juntamente com outro monge que também usava o nome João Maria, agora no ano de 1935, pregava na divisa entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, atraindo os moradores da região, em geral colonos alemães e italianos.

Ambos diziam que o fim do mundo estava próximo. Andavam descalços e tinham barba e cabelos longo; pelas pregações, atitudes e vestimentas, “impressionavam os proprietários de

terra e comerciantes que, em abril de 1938, ordenaram o massacre da comunidade pela polícia. Deca França foi fuzilado em 15 de agosto desse mesmo ano” (SILVA, 2010, p. 76).

A título de arremate para este tópico, resta claro que o movimento messiânico do Contestado se deu sob diversas lideranças, em sequência umas das outras. Além de impedir maiores assertivas sobre quantos eram, o movimento em muito se diferencia daquele ocorrido em Canudos, que foi movimento de liderança única.

### 3.6 Jacobina Maurer e os Muckers

Jacobina Mentz (1841-1874) nasceu em uma família de imigrantes alemães. A comunidade em que se inseria, Os Muckers<sup>6</sup>, se instalara nas encostas da serra gaúcha, nas imediações de São Leopoldo; sua família promovia práticas religiosas, conforme as tradições trazidas do país de origem, sob influências do protestantismo.

Aos oito anos de idade começaram a apresentar-se em Jacobina alguns fenômenos anormais, sem adequadas explicações médicas. Teve, na infância e na juventude, dissabores vários, aparentemente de ordem psíquica. Pelas influências da família, enveredou-se nos estudos de textos sagrados, apegando-se de tal modo ao conhecimento obtido que passou a fazer preleções para as pessoas do lugar. Era comum encontrá-la rodeada de ouvintes, na sala de casa, fazendo discursos religiosos, conforme SCHUPP (2004, p. 25), que também afirma:

Aquela gente simples da colônia, sem nenhuma, ou quase nenhuma instrução, e, portanto, incapaz de discernir a verdadeira da falsa interpretação, ali se quedava muda, pasmada, embebida, em respeitoso silêncio, suspensa da boca daquela mulher. Quanto mais extravagantes eram as interpretações de Jacobina, e quanto menos as entendiam, mais alevantado era o conceito que formavam da sua sabedoria, chegando a acreditar que era ela inspirada por um espírito superior. Por vezes, iam os devotos encontrá-la reclinada no leito, olhos abertos, cravados em um ponto, como se estivesse a contemplar visões. Sentenças esquisitas, proferidas compassadamente, exortações e profecias em tom empolado brotavam-lhe, então, dos lábios, e os assistentes, retransidos de pavor santo de mistura com uma veneração respeitosa, estavam convencidos de ter diante de si um ser sobrenatural.

Na juventude, conheceu João Jorge Maurer, que efetuava curas através de plantas medicinais; com ele iniciou tratamento de saúde e com ele se casou. Com o passar do tempo, as curas que antes eram efetuadas por João Jorge passaram para o domínio de Jacobina. Foi o que a tornou conhecida e respeitada em toda a região, conforme SCHUPP (2004); o povo local

---

<sup>6</sup> De origem controversa, a palavra *mucker*, em alemão, tem sentido pejorativo, indicando aquele que resmunga, cochicha, fala entre os lábios semicerrados.

estava convencido de que ela possuía um papel especial dentro do plano divino, o que fortaleceu a coesão social do grupo e o marcou seu isolamento em relação ao restante da sociedade.

Jacobina mostrou-se uma mulher carismática e influente; segundo seus seguidores, conversava com Deus e se dizia uma enviada d'Ele. Atraiu uma leva de seguidores que buscavam uma nova forma de espiritualidade e de esperanças futuras.

Imagem 7 – Fotografia de Jorge Maurer e Jacobina Maurer



Fonte: Arquivo retirado do *site* ResearchGate (1977?)

Os adeptos do movimento eram, em sua maioria, colonos pobres, de origem alemã, que haviam emigrado para o Brasil em busca de melhores condições de vida. No entanto, ao chegarem, encontraram dificuldades financeiras, isolamento social e um ambiente de grandes hostilidades, representadas tanto por parte de outros imigrantes, de outras nacionalidades, quanto por parte das autoridades.

Os Muckers, além de adotarem práticas e prédicas religiosas próprias dos protestantes, também teciam críticas às instituições tradicionais da época, como a Igreja Católica. Seus seguidores acreditavam na iminência do fim dos tempos e na necessidade de viverem de acordo com preceitos religiosos mais rigorosos.

De igual modo, repetindo movimentos anteriores, Jacobina Maurer também fazia promessas, ou ao menos deixava propositalmente que as promessas transparecessem. Prometia ao povo a construção de uma nova sociedade baseada em valores de justiça, igualdade e liberdade. Seus seguidores acreditavam que ela tinha uma missão divina e que sua liderança poderia levar a uma mudança radical na sociedade, o que é uma característica típica de movimentos messiânicos. Entendiam que as ofensas dirigidas à líder eram, na verdade, afrontas dirigidas diretamente a Deus e, portanto, intoleráveis.

No que diz respeito à liderança do movimento, os Muckers foram influenciados tanto por Jacobina Maurer quanto pelo seu marido, João Jorge Maurer. A ascendência de João Jorge sobre a população local, deu-se no começo do movimento; paulatinamente, a liderança foi exercida pelos dois, em conjunto, enquanto que, ao final, a liderança de Jacobina era inconteste e soberana, embora sem desprezar o auxílio do companheiro que lhe seguia com fidelidade.

### **3.7 Sergio Moro e a *Operação Lava Jato***

Sergio Fernando Moro nasceu em 1º de agosto de 1972, na cidade de Maringá/PR. Graduou-se em Direito pela Universidade Estadual de Maringá; concluiu o mestrado em 1996 e o doutorado em 2002, ambos na Universidade Federal do Paraná, com ênfase em processo penal. Referido personagem é casado com Rosângela Wolff Moro, que é advogada e atua na área do direito empresarial.

Durante sua trajetória, atuou como professor universitário e participou de programa de intercâmbio promovido pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos, em 1998, estudando os sistemas de lavagem internacional de dinheiro. Posteriormente, foi aprovado em concurso público e iniciou sua carreira como juiz federal em 1996, atuando em processos criminais de grande complexidade, especialmente relacionados a crimes financeiros.

Ganhou notoriedade como juiz da 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba, onde foi o principal responsável pelos julgamentos dos processos da *Operação Lava Jato*, nome que se deu para o conjunto de investigações de fatos delituosos em um amplo esquema de corrupção entre empreiteiras privadas e a estatal Petrobrás, bem como entre políticos e empresários.

Sua atuação nesses processos foi marcada por uma série de vícios relacionados com a não observância dos aspectos procedimentais legalmente previstos para as tramitações respectivas e também relacionadas aos desvios funcionais que macularam de modo irremediável as decisões por ele proferidas, levando-as às anulações posteriores nas vias

recursais. Suas decisões levaram à condenação de diversos empresários, dirigentes de estatais e políticos, incluindo o Presidente Lula, cuja condenação foi posteriormente anulada pelo Supremo Tribunal Federal<sup>7</sup>.

A *Operação Lava Jato* tem suas origens nas investigações relacionadas ao *Escândalo do Banestado*, da segunda metade dos anos 1990. No caso, o doleiro Alberto Youssef foi acusado de movimentar valores oriundos de corrupção fora do país. Inicialmente, a investigação focava operações de lavagem de dinheiro em postos de combustíveis e lava jatos em Brasília e Curitiba, o que deu nome à operação. A operação foi oficialmente deflagrada em março de 2014, com a prisão de Youssef e Paulo Roberto Costa, ambos peças-chave para o avanço das investigações, em episódios amplamente divulgados pelas mídias nacionais. Conforme MELLO (n.d., n.p.):

O nome *Lava Jato* vem do início da operação na descoberta de lavagem de dinheiro em postos de gasolina e lava a jato de automóveis. Em que pese tenha começado nesses pequenos pontos de comércio, a operação avançou recolhendo provas de um imenso esquema criminoso onde empreiteiras pagavam propina para pessoas em altos cargos políticos. Estima-se que o valor da propina variava entre 1% à 5% dos contratos licitatórios superfaturados da Petrobrás. O Ministério Público Federal, em seu site, diz que a empresa estatal de economia mista Petrobrás foi a principal vítima de todo o esquema de corrupção.

No decorrer da Operação, diversos outros processos foram abertos, cabendo ao ex-juiz a condução respectiva. Entretanto, vários vícios processuais foram perpetrados nestes processos, culminando com as anulações posteriores. Dentre eles destacam-se: a) o juízo de Curitiba não tinha competência, ou seja, não tinha poderes para a cognição e julgamentos respectivos, por falta de conexão com os fatos originariamente apurados; b) as denúncias apresentadas por Dallagnol estavam viciadas porque elaboradas sob orientação de Moro, que a um só tempo agiu como acusador e julgador; c) não havia provas sobre o recebimento das supostas vantagens, tendo a sentença apenas fundamento na convicção pessoal do ex-magistrado; d) vício nas coletas de provas obtidas por meio de colaborações premiadas, prestadas de modo forçado após longos períodos de prisão dos delatores; e) decisões em tempo recorde, ao custo de centenas de outros processos que ficaram sem andamento; f) prisão do

---

<sup>7</sup> Referidas condenações foram adotadas nos processos envolvendo o Sítio de Atibaia e o apartamento triples do Guarujá; segundo as sentenças, ambos teriam sido adquiridos com dinheiro ilicitamente recebido pelo Presidente Lula. Entretanto, o Supremo Tribunal Federal reconheceu, posteriormente, que referidos processos não poderiam ter sido julgados na Justiça Federal de Curitiba, para a qual cabiam apenas os relacionados diretamente com a PETROBRÁS. Tecnicamente, a Justiça Federal de Curitiba não era o juízo natural para tratar dos casos, e sim a do Distrito Federal, conforme jurisprudências anteriores.

Presidente Lula sem que houvesse trânsito em julgado das decisões, desrespeitando preceitos constitucionais.

Revelações feitas pelo site *The Intercept Brasil* mostraram trocas de mensagens entre Dallagnol e Moro que colocaram em dúvida a separação entre juiz e acusação. A credibilidade da operação foi abalada, especialmente após a anulação de diversas condenações pelo Supremo Tribunal Federal, sob argumentos de parcialidade e vícios processuais

Em 2021, o Ministério Público Federal extinguiu oficialmente a força-tarefa da *Lava Jato*, incorporando suas atividades a um grupo permanente de combate à corrupção. A imagem pública da operação, antes celebrada como símbolo de moralização, passou a ser vista com mais ceticismo, especialmente por setores que a enxergaram como instrumento de *lawfare*<sup>8</sup>.

Referida operação marcou profundamente o sistema jurídico e político brasileiros. Seus resultados influenciaram decisivamente os destinos políticos do país, impedindo que Lula concorresse às eleições presidenciais de 2018, com o que o caminho ficou aberto para a eleição de Jair Bolsonaro. Pior consequência, ainda, é a ausência de uma decisão justa e democrática que pudesse efetivamente punir corruptos e corruptores, o que não foi possível pelas ilegalidades praticadas pelo juiz da ocasião que se portou naqueles casos como um autêntico salvador da pátria, um quase-messias que se autoconcedeu a primazia de passar o Brasil a limpo, livrando-o de todos os males entranhados na política brasileira.

O ex-juiz em comento é uma pessoa desprovida de carisma e que não dá mostras de possuir adequado domínio da palavra, escrita ou falada; em síntese, não demonstra eloquência nos discursos. Não é erudito, embora demonstre conhecimento e domínio técnico sobre a legislação brasileira, especialmente na área do direito penal. Nas entrevistas deixa claro que tem dificuldades de pronunciar algumas palavras da língua pátria, mesmo as de uso corrente no meio jurídico, como já amplamente divulgado. Também não prima pela boa qualidade de redação, conforme se vê de texto que digitou nas mensagens trocadas com Deltan Dallagnol, mensagens estas posteriormente divulgadas pelo aplicativo *Telegram*, conforme:

Causa certa surpresa o momento da deliberação, quando da divulgação de diversos escândalos de corrupção envolvendo elevadas autoridades políticas e, portanto, oportunidade na qual nunca se fez mais necessária a independência da magistratura, para que esta, baseada apenas na lei e nas provas, possa determinar, de maneira independente e sem a pressão decorrente de interesses especiais, as responsabilidades dos envolvidos, separando os culpados dos inocentes. (MORO, 2017)

---

<sup>8</sup> Neologismo formado pela contração das palavras *Law* (Direito) e *warfare* (guerra), para significar o uso estratégico do direito para fins de deslegitimar, prejudicar ou aniquilar um inimigo, conforme Zanin, Martins e Valim (2020).

Em entrevista concedida ao jornalista Pedro Bial, em abril de 2019, o ex-juiz, perguntado sobre se tinha o hábito de leitura, afirmou que gostava de ler biografias, mas não soube dizer qual foi a última que teria lido; pela insistência do entrevistador, afirmou que não se lembrava do título da última porque, disse, “tenho uma péssima memória”. Diante da situação constrangedora, afirmou que tinha sido a do segundo presidente dos Estados Unidos da América do Norte, John Adams. Trata-se de episódio que denota seus poucos contatos com a literatura de costumes. (GLOBOPLAY, n.d.)

Imagem 8 – Manifestações de apoio a Sergio Moro



Fonte: <https://amazonas1.com.br/mbl-e-vem-para-rua-organizam-atos-pro-moro-no-domingo/>

Apesar dessas notórias deficiências, trouxe uma mensagem de esperança em um futuro melhor, rechaçando de modo veemente o *status quo* do momento, permeando o seu discurso moralizador com promessas de eliminação da corrupção reinante no país. Transmitiu credibilidade para uma parte da opinião pública através dos atos praticados, ainda que com graves vícios de instrução processual e de julgamento nas ações sob sua responsabilidade, de modo inédito no meio judiciário brasileiro. Teve capacidade para entender o momento pelo qual o país atravessava para exercer seus poderes de modo exacerbado, agindo sem limites de qualquer ordem, como faria um verdadeiro salvador da pátria.

A propósito, em diversas ocasiões fez uso do estereótipo dos super-heróis das artes internacionais para indicar ao público o papel de que estava imbuído frente à *Lava Jato*. Assumiu pública e explicitamente a condição de salvador da pátria, o homem capaz de solucionar o maior e mais grave problema do Brasil, qual seja, o da corrupção; não consta que

tenha se autointitulado messias nem que tenha dito ser o enviado divino, mas os seus seguidores assim o enxergavam, pela credibilidade nele depositada.

Citou, por exemplo, falas do Homem Aranha e do Batman, a quem implicitamente se comparava, conforme publicado no *site* noticioso UOL:

Moro arrancou olhares de surpresa e até alguns risos da plateia ao citar uma frase do Homem-Aranha para dizer o que achava da própria responsabilidade quanto ao combate à corrupção durante palestra em 2015. "Quanto maior o poder, maior a responsabilidade", afirmou. Responsável pelos casos da *Lava Jato* relativos à Petrobras, o magistrado também costuma explicar o esquema de propinas na estatal por meio de um clássico norte-americano. O filme "O Poderoso Chefão", de 1972, que trata da máfia italiana, já foi citado em algumas palestras do magistrado. [...]

"Com grandes poderes vêm grandes responsabilidades", é a tradução, em português, da frase utilizada por Moro em referência ao Homem-Aranha. A lição foi dada a Peter Parker por seu tio Ben, quando o protagonista descobriu que a vida de super-herói não é moleza. O juiz também recorreu a uma citação do filme "Batman, O Cavaleiro das Trevas" para dizer que a crise do Brasil é um momento passageiro. "A noite é sempre mais escura antes do amanhecer", disse. (UOL, 2017, n.p.)

Inequivocamente, o então magistrado assumiu a condição de salvador da pátria, quer dizer, propagou mundialmente a sua condição de grande líder no combate aos crimes de lavagem de dinheiro. Foram dezenas as palestras que ministrou, no Brasil e no exterior, conforme noticiado pela imprensa<sup>9</sup>. Virou celebridade internacional, aproveitando os holofotes que sobre ele se dirigiam naquele momento, tendo, inclusive, sua foto estampada em um imenso cartaz na estação de trens de Lisboa, na linha para Cascais, por ocasião de uma palestra na capital portuguesa.

Seus ânimos foram insuflados por aqueles que o seguiam de perto, tal como Deltan Dallagnol. Numa conversa havida entre os dois, e depois divulgada pelo aplicativo *Telegram* no episódio que ficou conhecido como *Vaza Jato*, assim o primeiro se dirige ao segundo:

Deltan – 22:19:29 – E parabéns pelo imenso apoio público hoje. Você hoje não é mais apenas um juiz, mas um grande líder brasileiro (ainda que isso não tenha sido buscado). Seus sinais conduzirão multidões, inclusive para reformas de que o Brasil precisa, nos sistemas político e de justiça criminal. Sei que vê isso como uma grande responsabilidade e fico contente porque todos conhecemos sua competência, equilíbrio e dedicação. (INTERCEPT BRASIL, 2019, n.p.)

Sergio Moro se aproveitou do momento para dizer sobre a necessidade de se ampliar os poderes da magistratura, que deveria ser levada a uma condição de independência (o que se

---

<sup>9</sup> <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/04/24/moro-vai-a-13-cidades-do-brasil-e-6-no-externo-dizer-que-crime-nao-compensa.htm>. Acesso em 26 set. 2025.

mostra de todo inconstitucional em face dos sistemas de freios e contrapesos inerentes à Constituição Federal e ao arcabouço jurídico brasileiro), buscando exemplos na *Operação Mãos Limpas*<sup>10</sup>, da Itália, conforme ainda as divulgações do *site Intercept Brasil* e os comentários do próprio aplicativo, que ora são adotados:

Quando disserta sobre as condições que viabilizaram a Operação Mani Pulite, Moro destaca o princípio de autonomia plena capaz de promover um ativismo judicial que se pusesse em confronto com a política: “independência judiciária, interna e externa, a progressiva deslegitimação de um sistema político corrupto e a maior legitimação da magistratura em relação aos políticos profissionais”.

Diante da superioridade moral do judiciário lavajatista, e negando aos políticos a possibilidade de promover o bem comum da sociedade, este princípio de autonomia, levado ao limite, romperia com o sistema de freios e contrapesos previsto na divisão de poderes da República. Concentra-se o poder de decisão nas mãos dos juízes - vistos como *heróis revolucionários* - como se eles não fossem passíveis a decisões imprecisas, a espírito de proteção corporativista ou, até mesmo, como se não pudessem sucumbir à tirania, ao não enxergarem limitação no próprio poder.

MORO: Causa certa surpresa o momento da deliberação, quando da divulgação de diversos escândalos de corrupção envolvendo elevadas autoridades políticas e, portanto, oportunidade na qual nunca se fez mais necessária a independência da magistratura, para que esta, baseada apenas na lei e nas provas, possa determinar, de maneira independente e sem a pressão decorrente de interesses especiais, as responsabilidades dos envolvidos, separando os culpados dos inocentes. (INTERCEPT BRASIL, 2020, n.p.)

Ainda sobre a *Operação Lava Jato*, Moro assim se expressou, conforme PEREIRA (2021, n.p.):

Considerando o grau de deterioração da coisa pública, revelado no mensalão e na Operação Lava-Jato, não deixa de ser justificado algum ativismo judicial contra a corrupção. Não se trata de defender interpretações criativas da Constituição. Trata-se de defender a igual e imparcial aplicação da lei contra o abuso sistemático do poder para fins privados. A lei deve valer para todos. O ativismo reside na estrita aplicação da lei mesmo contra interesses especiais. No Brasil, tal postura é revolucionária. (MORO, 2018 apud PEREIRA; SILVA, 2021)

O ex-magistrado deu pouca importância ao fato de que a *Operação Mãos Limpas* foi um fracasso, redundando, dentre tantas ocorrências negativas, na assunção de Silvio Berlusconi, em quatro ocasiões distintas, no cargo de Primeiro-Ministro do país. É justo reconhecer que esse fato foi por ele mencionado, mas em artigo científico publicado na Revista Jurídica do Centro de Estudos Judiciários do Conselho Federal da Justiça, no longínquo ano de 2004. Trata-se de artigo jurídico de pouca ou quase nenhuma repercussão na mídia, do qual se destaca:

<sup>10</sup> A operação, *Mani Puliti*, em italiano, se deu entre 1992 e 1996, para investigar casos de corrupção; inicialmente os trabalhos se concentraram em Milão e depois se espalharam pela Itália, sob a condução do procurador federal Antonio Di Pietro. O nome deriva da ideia de se acabar com a corrupção no ambiente público.

Não deixa ainda de ser um símbolo das limitações da operação *mani pulite* o cenário atual da política italiana, com o cargo de primeiro-ministro sendo ocupado por Silvio Berlusconi. Este, grande empresário da mídia local, ingressou na política em decorrência do vácuo de lideranças provocado pela ação judicial e mediante a constituição de um novo partido político, a Forza Itália. (MORO, 2004, p.60)

Entretanto, quando a *Operação Lava Jato* estava no auge dos seus trabalhos, já com grande repercussão no país e em grande parte do mundo, Moro não trouxe essa questão à baila, nem tampouco o fez a mídia nacional, ficando apenas as falas superficiais correlacionando as duas operações sem, no entanto, repetição da ressalva que se fazia necessária.

Quando da morte de Silvio Berlusconi, a CNN assim publicou, em junho de 2023, sobre os períodos em que esteve à frente do ministério: “Escândalos diplomáticos e sexuais, festas notórias e gafes marcaram trajetória de Silvio Berlusconi”. Na mesma matéria, continua o órgão de mídia, “Nova derrota se seguiu na forma de uma condenação em 2013 por fraude fiscal, um veredicto que significou que ele foi temporariamente barrado do parlamento e destituído de seu querido título, Il Cavaliere, ou o Cavaleiro” (BALMER, 2023, n.p.).

Conforme expõe RODAS (2022), em artigo publicado na revista jurídica CONJUR, de fevereiro de 2022 (n.p.):

A operação *mani pulite* foi deflagrada há 30 anos na Itália. Embora tenha desvendado um esquema de corrupção envolvendo políticos e empresários, a investigação não extinguiu a prática. Seu legado é majoritariamente negativo, pois estimulou a entrada de *outsiders* na política — que mostraram não ter práticas tão diferentes dos políticos “tradicionais”. E a “*Lava Jato*” inspirou a autoapelidada “*Lava Jato*” no Brasil, que igualmente promoveu abusos e desrespeitou o devido processo legal. Em 17 fevereiro de 1992, Mário Chiesa, diretor de um asilo de Milão filiado ao Partido Socialista Italiano, foi preso sob a acusação de achacar empresários em troca de suborno. De início, a detenção não gerou muito barulho e foi pouco noticiada. Ainda assim, o então primeiro-ministro Benito Craxi, também do PSI, foi a público criticar o aliado. Ao canal de televisão Tg3, o chefe de governo disse que Chiesa era um “ladrãozinho” que levantava suspeitas sobre um partido que nunca tivera um membro condenado por crimes contra a administração pública.

A intenção do ex-magistrado brasileiro, tal como as do procurador federal da *Mãos Limpas*, Antonio Pietro, era a de “limpar” o Congresso Nacional, para dele extirpar os congressistas profissionais ligados aos sistemas de corrupção vigentes no país, em fala que nos remete a uma das bandeiras levantadas pelos militares, quando do golpe de 1964, ocasião em que propagavam a necessidade de livrar o Brasil do comunismo e da corrupção.

Além da duvidosa escolha da *Operação Lava Jato* como espelho para os seus trabalhos, o ex-juiz também fez uma delimitação temporal equivocada ao eleger um determinado período da nossa história para extirpar a corrupção. Esse tema remonta ao Brasil colonial, consoante ROMEIRO (2017), estendendo-se seguramente até os dias de hoje através das práticas

desenvolvidas pelas diversas organizações partidárias e empresariais, seja na esfera pública, seja na esfera privada.

Imagem 9 – Cartaz de divulgação das palestras de Moro em Lisboa



Fonte: Arte retirada do site UOL. (TEIXEIRA, 2019)

A frase “ou restaura-se a moralidade ou nos locupletemos todos”, atribuída a Stanislaw Ponte Preta, cunhada nos anos 1960, mostra a presença, no tempo e no espaço, da corrupção e dos corruptores, muitos ainda vivos e operando no cenário brasileiro, sobretudo empresas da área da construção civil que ganharam vida e grandeza quando da construção da capital federal, Brasília, na segunda metade dos anos 1950. É impensável passar o Brasil a limpo deixando de lado os fatos verificados fora de determinada esfera político-partidária e os praticados por outros agentes ainda atuantes, mas pertencentes a diferentes esferas de atuação política que os articuladores da referida operação preferiram não apurar.

Exemplificando, a corrupção no âmbito da Petrobrás vem sendo denunciada desde ao menos os anos 1990, durante a gestão Collor de Mello; na ocasião, o operador da empresa, Pedro Paulo Leoni Ramos, foi implicado em investigações no âmbito daquela estatal, cujos resultados pouco ou nada contribuíram para que ao menos por ali houve alguma limpeza. As denúncias daquele esquema, não adequadamente apuradas, tiveram reflexos diretos nas operações investigadas pela *Lava Jato*, onde a figura do mesmo operador, Pedro Paulo, novamente veio à baila. É o que consta do requerimento de convocação da referida pessoa da lavra de Onyx Lorenzoni, protocolado junto à Mesa Diretora da Câmara Federal no ano de 2015, com as seguintes justificativas:

Informações recentes atestam que a principal sócia de Furnas na usina hidrelétrica é a GPI Participações e Investimentos. Ela é presidida por Pedro Paulo Leoni Ramos,

conhecido como PP, que foi secretário de Assuntos Estratégicos no governo de Fernando Collor de Mello. Nas investigações que levaram ao impeachment<sup>11</sup> do ex-presidente e hoje senador, PP foi apontado como operador de um esquema de corrupção ligado à Petrobrás e aos fundos de pensão de empresas estatais do Governo Federal. Ademais, o doleiro Alberto Youssef afirmou, em sede de delação premiada, que o Senador Fernando Collor de Mello recebeu propina de R\$ 3 milhões resultante de negócio da BR Distribuidora. Este negócio teria sido intermediado pelo supraconvocado, conforme nos noticia: “Segundo o doleiro, a operação com a BR Distribuidora foi intermediada por um emissário de Collor e do PTB, o empresário e consultor do setor de energia Pedro Paulo Leoni Ramos. Nessa ocasião, segundo Youssef, Ramos trabalhou como um operador do esquema, intermediando suborno. PP, como Leoni Ramos é conhecido, é amigo do senador desde a juventude. Foi ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos no governo Collor (1990-1992) e é dono de uma empresa de consultoria que também fazia negócios com Youssef, a GPI Participações e Investimentos. De acordo com Alberto Youssef, a propina resultou de um contrato no valor de R\$ 300 milhões assinado em 2012 entre uma rede de postos de combustíveis de São Paulo e a BR Distribuidora. O negócio era para que a rede deixasse uma marca de combustíveis e passasse a integrar o grupo de revendedores da BR Distribuidora. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015, p. 3-4)

Vale dizer, os mesmos personagens envolvidos nas denúncias dos anos 1990 também aparecem como envolvidos na *Operação Lava Jato*, como é o caso do ex-presidente Fernando Collor, do seu colaborador Pedro Paulo e do próprio Alberto Youssef, demonstrando que nada de novo havia no cenário nacional – embora, claro e inegável, de gravidade ímpar e que merecia uma apuração mais aprofundada e mais dilatada no tempo e no espaço, sem as amarras delimitadoras impostas pelo ex-magistrado.

O próprio Ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, outrora defensor da *Operação Lava Jato*, já reconhecia a existência da corrupção desde os tempos coloniais, indicando, inclusive, a sua origem, calcada, segundo ele, no patrimonialismo proposto pela colonização ibérica, conforme:

A corrupção no Brasil tem origens e causas remotas. Aponto sumariamente três. A primeira é o patrimonialismo, decorrente da colonização ibérica, marcada pela má separação entre a esfera pública e a esfera privada. Não havia distinção entre a Fazenda do rei e a Fazenda do reino - o rei era sócio dos colonizadores -, e as obrigações privadas e os deveres públicos se sobrepunham. A segunda causa é a onipresença do Estado, que exerce o controle da política e das atividades econômicas, pela exploração direta ou por mecanismos de financiamento a empresas privadas e de concessão de benefícios. A sociedade torna-se dependente do Estado para quase tudo o que é importante, sejam projetos pessoais, sociais ou empresariais. Cria-se uma cultura de paternalismo e compadrio, acima do mérito e da virtude. O Estado e seus representantes vendem favores e cobram lealdades. A terceira causa é a cultura da desigualdade. As origens aristocráticas e escravocratas formaram uma sociedade na qual existem superiores e inferiores, os que estão sujeitos à lei e os que se consideram acima dela. A elite dos superiores se protege contra o alcance das leis, circunstância que incentiva condutas erradas. (BARROSO, 2018, apud MIGALHAS, 2019, n.p.)

---

<sup>11</sup> N.A.: o impeachment é decretado pelo Congresso Nacional em processo conduzido pelo Supremo Tribunal Federal.

De todo modo, a ideia do então condutor dos processos contra o Presidente Lula era reproduzir no país a *Operação Mãos Limpas*, insistindo na necessidade de maior autonomia de julgamento, conforme o *site Telegram*, ainda com os comentários do próprio aplicativo, que também se adota nesta tese:

Moro: Fiz uma manifestação oficial. Parabéns a todos nós. 22:48:46 Ainda desconfio muito de nossa capacidade institucional de limpar o congresso. O melhor seria o congresso se autolimpar, mas isso não está no horizonte. E não sei se o STF tem força suficiente para processar e condenar tantos e tão poderosos.

Quando disserta sobre as condições que viabilizaram a Operação Mani Pulite, Moro destaca o princípio de autonomia plena capaz de promover um ativismo judicial que se pusesse em confronto com a política: “independência judiciária, interna e externa, a progressiva deslegitimação de um sistema político corrupto e a maior legitimação da magistratura em relação aos políticos profissionais” (Moro, 2004, p. 58). Diante da superioridade moral do judiciário lavajatista, e negando aos políticos a possibilidade de promover o bem comum da sociedade, este princípio de autonomia, levado ao limite, romperia com o sistema de freios e contrapesos previsto na divisão de poderes da República. Concentra-se o poder de decisão nas mãos dos juízes - vistos como *heróis revolucionários* - como se eles não fossem passíveis a decisões imprecisas, a espírito de proteção corporativista ou, até mesmo, como se não pudessem sucumbir à tirania, ao não enxergarem limitação no próprio poder.

Os poderes inerentes ao ex-juiz federal foram exercidos de modo exacerbado, para além do permitido pelo arcabouço legal e jurídico brasileiros, contando, para tanto, com as permissões dadas pelos Desembargadores do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, sediado em Porto Alegre. A magnitude dos abusos cometidos à frente dos processos da *Operação Lava Jato* levou a que o reduto em que se inseria, no ambiente forense da Justiça Federal passasse a ser chamado de *República de Curitiba*, tamanha a desenvoltura com que o ex-magistrado agia contra os réus, ao arrepio das regras procedimentais exigidas pelo ordenamento jurídico brasileiro.

Ademais, Moro abarcou para si a competência de outros processos, sobretudo os que envolviam o próprio Presidente Lula, quando, por força de lei, deveriam ser conhecidos e julgados na Justiça Federal do Distrito Federal, conforme posteriormente assim ocorreu.

Trata-se, sem dúvida, de um fenômeno que encontra paralelo na figura do messias Padre Cícero Romão Batista, que dizia: “Aqui, o prefeito, a Câmara, o juiz, o delegado, o comandante, a polícia, o carcereiro – sou eu!”, conforme QUEIROZ (1965, p.242).

É correto é dizer que o referido ex-juiz não trouxe explicitamente para o público que o seguia quaisquer preceitos de ordem religiosa, fugindo assim de uma das características básicas conformadoras do messias; entretanto, não menos correto é reconhecer que no curso da referida operação os temas de fé foram levados às ruas pelos seus seguidores, dentre estes uma

significativa massa de religiosos de todos os matizes – católicos, protestantes e neopentecostais em geral.

No mesmo ambiente da referida operação, Marcelo Bretas ficou conhecido como o *Moro carioca*. Em 2023, foi afastado das atividades judicantes, e, posteriormente, em junho de 2025, aposentado compulsoriamente “por irregularidades em sua atuação nos processos da Operação Lava Jato”, conforme julgamentos proferidos no âmbito do CNJ – Conselho Nacional de Justiça<sup>12</sup>.

### 3.8 Acólitos e apóstolos

Um traço comum nos movimentos messiânicos é a presença dos auxiliares diretos do messias, chamados de apóstolos ou subchefes, que compunham uma espécie de estado maior do líder. Eram eles que organizavam o grupo de seguidores e divulgavam as atividades, virtudes e qualidades do líder, permitindo a sedimentação das prédicas e a expansão do movimento.

Silvestre, da Cidade do Paraíso Terrestre, fez-se acompanhar de um acólito, na pessoa de um ex-soldado, assim como também mandava seus emissários para divulgar as atividades nas vizinhanças, sendo que doze deles eram tidos por *sábios*. Igual medida foi adotada por Jacobina Maurer, que nomeou doze apóstolos que prestavam auxílio a ela e ao marido (QUEIROZ, 1965).

No Reino Encantado, João Antônio dos Santos foi sucedido por seu cunhado, João Ferreira, que organizou uma complexa estrutura hierárquica: ele era o Rei e abaixo dele vinham parentes e achegados, como a sua esposa, que era a Rainha, e outros, *os maiores*, que o auxiliavam diretamente. Em Canudos, com Antônio Conselheiro, não foi diferente, havendo uma série de subchefes que dirigiam setores específicos do povoado (QUEIROZ, 1965), mas sem tantas delegações de poder.

Mudando o que tem que ser mudado, Marcelo Bretas e Deltan Dallagnol podem ser listados como fiéis seguidores e divulgadores das artes de Sergio Moro, assim como o foram os desembargadores do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, sediado em Porto Alegre, que garantiram as decisões da 13ª Vara Federal de Curitiba, sem o que não haveria a ascensão e o sucesso nacional do ex-juiz. João Pedro Gebran Neto, relator da *Lava Jato*, integrante da 8ª Turma do TRF-4, amigo de faculdade do ex-juiz, ganhou notoriedade ao revisar as decisões do colega, mantendo as condenações e aumentando ainda mais a pena contra Lula no caso do

---

<sup>12</sup> <https://www.cnj.jus.br/parcialidade-e-ilegalidades-bretas-e-aposentado-compulsoriamente-pelo-cnj/>. Acesso em 8 Jul. 2025.

Triplex do Guarujá. Leandro Paulsen, também da 8ª Turma do TRF-4, adotou as mesmas posturas de Gebran: não apenas confirmou as condenações de primeira instância, mas, igualmente, votou pelo aumento da pena

Fechando o tópico, é de se ver que, juntos, Paulsen e Gebran consolidaram a posição do Tribunal Regional Federal da 4ª Região com apoio irrestrito aos julgamentos da *Lava Jato*, servindo de importante respaldo sem o qual os intentos do ex-magistrado não se realizariam. O mesmo há de se dizer de Gabriela Hardt: atuando na 13ª Vara Federal em substituição a Sergio Moro, que assumiu o Ministério da Justiça e Segurança Pública no governo Bolsonaro, mostrou-se fiel seguidora do antigo colega ao reproduzir, quase que literalmente, as decisões viciadas do antecessor, decisões estas que, igualmente, vieram a ser anuladas pelo Supremo Tribunal Federal.

Consideradas as características básicas de cada um dos movimentos messiânicos estudados, ver-se-á, em sequência, como se dá a sua dinâmica, desde os vetores que contribuem para a sua formação até o colapso inexorável.

#### 4 MESSIANISMO: VETORES, LEGADO DE VIOLÊNCIA E COLAPSO

*“Viva a lei! Viva a lei...!” – e era o pipoco-paco.*

ROSA (2001, p. 93)

Neste capítulo serão abordados dois temas principais e que se interligam: o que trata da origem e formação dos movimentos messiânicos e o que trata do seu percurso até o momento em que entra em colapso, quando atos de violência determinam o ocaso do líder ou do movimento, ou de ambos. Com poucas variações, o fim é sempre o mesmo, embalado em atos descontrolados de força virulenta, por vezes banhados de sangue e morticínio.

No que diz respeito à formação dos movimentos, a ideia é mostrar que se originam de crises sociais verificáveis no meio social, como é o caso dos movimentos rústicos, ou são artificialmente criadas pelas lideranças com o intuito de propiciar a formação de grupos que lhes ajudem na busca de um fim específico, como é o caso do movimento que se formou ao redor da *Operação Lava Jato*.

Das duas situações emerge a figura do líder redentor, que se ampara nas promessas de um futuro melhor em meio às pregações religiosas. Tradicionalmente, diz-se que os movimentos são compostos por fanáticos e delinquentes, como CUNHA (1965) e CARNEIRO (1989); entretanto, outras linhas devem ser consideradas como causadoras desses fenômenos, influenciando as populações e levando-as para um ponto comum, qual seja, o da esperança na superação da crise. Sem negar a presença do fanático e do criminoso, também há de se considerar a relevância das questões relacionadas ao meio geográfico, à conjuntura econômico-social e o quadro político, como vetores dos movimentos messiânicos.

Já em relação ao colapso dos movimentos e o legado de violência que fica na sua esteira, devem ser compreendidos em três dimensões: de fora para dentro, dentro deles próprios e de dentro para fora. No primeiro grupo, trata-se da violência praticada pelos poderes constituídos, de moto próprio ou por provocação de entidades religiosas ou de elites dominantes, que percebem tais movimentos como ameaça à doutrina da fé e à ordem econômica, política e social. Esta é a mais frequente; costuma ocorrer quando práticas ou discursos desafiam estruturas de autoridade, sendo tais movimentos classificados como heréticos, subversivos ou perigosos por um ou outro motivo, rótulos que legitimam as ações repressivas.

No segundo grupo, a violência ocorre dentro dos próprios movimentos, como resultado de disputas de poder, combate às dissidências doutrinárias ou simplesmente como mecanismo de controle e dominação interna. Tais práticas são facilitadas pela autoridade do líder, que

perpetra punições as mais variadas, inclusive físicas, com execuções sumárias. No terceiro grupo, é de se identificar o cometimento de violência de dentro para fora, tal como ocorreu na sequência natural da *Operação Lava Jato*: a perseguição política inicial deu ensejo a um discurso de ódio num crescendo até culminar com a tomada da Praça dos Três Poderes, em Brasília, no dia 8 de janeiro de 2023, quando as forças da extrema direita atentaram contra o estado democrático de direito.

#### 4.1 Fanatismo religioso

O fanatismo, como um fenômeno complexo, manifesta-se em diversas esferas da vida humana, incluindo a religiosa e a política. Consubstancia-se como uma adesão extrema e inabalável em crenças ou ideologias de modo a levar a comportamentos radicais de intolerância e agressividade, atingindo pessoas externas ao movimento ou até mesmo no seu próprio seio.

Historicamente, o fanatismo pode ser rastreado até as primeiras civilizações, onde crenças religiosas e ideológicas moldaram sociedades. O termo fanatismo, como derivado do latim *fanaticus* – aquele que pertencente ao templo – inicialmente se referia a pessoas que demonstravam devoção extrema a divindades, de maneira que a expressão fanatismo religioso poderia soar redundante se não fossem suas diversas vertentes, que resvalam, exemplificando, para o messianismo e para o campo da política.

Consoante LOPES (2010, p. 24):

Na Baixa Idade Média e até os inícios do século XVIII em algumas regiões da Europa, o zelo religioso em torno aos dogmas daquilo que deveria ser a pureza da ortodoxia religiosa gerou numerosos e sangrentos conflitos. As Cruzadas Cristãs, bem como as Guerras de Religião entre católicos e protestantes, os processos de Caça às Bruxas e a perseguição aos hereges fustigados pelo Santo Ofício demonstram como a convicção e a imaginação em excesso, sobretudo no campo religioso, podem assumir a dimensão de um fervor irracional, obsessivo e incontrolável. A intolerância religiosa na Época Moderna foi um dos principais desdobramentos do fanatismo religioso, uma arma afiada sob o poder de facções guiadas por líderes supostamente inspirados.

.....

Nos meados do século XVIII o historiador e filósofo escocês David Hume afirmava que o fanatismo religioso era o princípio mais cego, obstinado e ingovernável capaz de atuar sobre a natureza humana. Segundo ele, a ira do povo ignorante era algo temível, independentemente do motivo que a originasse. Para Hume, a ira popular descontrolada vinha quase sempre acompanhada das consequências mais perniciosas, principalmente quando resultava de princípios que repudiavam qualquer controle da razão ou da lei.

Os maiores críticos do fanatismo religioso na Época Moderna - Montaigne, Bayle, Swift, Montesquieu, Voltaire, Hume, Diderot - convergem na constatação de que a mente fanática se auto-concebe como agente de uma iluminação superior. Fanáticos

em diferentes tempos se proclamaram instrumentos da revelação de um espírito divino, ou seja, de uma vontade sobrenatural. Se as suas ideias não são propriamente deste mundo, mas inspiradas por entes que supostamente conseguem ver além das meras circunstâncias humanas, a crença na pureza e na verdade incontestável de seus princípios atua como um poderoso combustível para impulsionar ações que requerem fervor e ímpeto sem limites.

Dentre as classificações possíveis, o fanatismo religioso e o político levam à intolerância e à violência extrema, internamente, ou de fora para dentro e de dentro para fora, vitimando os que não compartilham das mesmas ideias e das mesmas práticas; geralmente, coincidem com o fim do movimento ou, ao menos, com a morte do líder.

#### ***4.1.1 Traços de messianismo entre os povos originários***

Os povos originários da nossa terra possuíam uma diversidade de crenças religiosas, que variavam entre os diferentes grupos e tribos, envolvendo a adoração a seres sobrenaturais, espíritos da natureza e dos seus ancestrais. Não tendo um conceito único de Deus, como nas religiões monoteístas, acreditavam em várias entidades e forças que influenciavam suas vidas e o mundo ao seu redor.

Há registro de que, em 1539, teria havido um grande deslocamento desses povos, sob a orientação de um feiticeiro, ao que tudo indica, em busca de um pretenso futuro melhor que lhes fora prometido, havendo menção à *Terra Sem Males*, qual seja, o paraíso, conforme QUEIROZ (1965, p. 144):

Sob a orientação do feiticeiro Viaruzu, partira grande quantidade de tupis das costas brasileiras; dez anos depois chegavam os trezentos restantes à aldeia de Chachapoyas, no Peru, onde despertaram muita curiosidade. Embora certos cronistas invocassem o desejo de aventuras e de guerra dos tupinambás, para explicar o movimento, Gandavo, que conhecia muito bem a mentalidade desses índios, afirma que tinham partido para encontrar a terra “da imortalidade e do descanso eterno”.

Diversos outros movimentos foram observados nos primeiros anos da chegada dos portugueses: em 1569, conforme QUEIROZ (1965, p. 144), na Bahia, onde a fome e as doenças dizimavam os que foram aldeados pelos jesuítas, enquanto que os que sobreviveram se retiraram para as florestas; na ocasião:

Aproveitaram-se os fazendeiros, escravizando-os; e os cativos “imaginaram que lhes vinha falar um santo, o qual lhes mandava que se fossem para suas terras, e com isto se levantaram, matando alguns portugueses, pondo fogo a algumas fazendas, roubando o que podia. Conseguiram os jesuítas, não sem trabalhos, fazê-los regressar.

Movimentos deste jaez se verificaram em grande parte do território nacional, do nordeste ao sudeste, do sul do país até dentro do território paraguaio, na maior parte das vezes liderados por caciques-feiticeiros que se encontravam em acampamentos dos jesuítas ou nas suas proximidades. É por esta aproximação que os líderes se apropriam dos rituais religiosos trazidos pelos brancos e deixam de lado, aos poucos, as artes das feitiçarias. “Nestes dois primeiros séculos de colonização, movimentos violentos e não-violentos, movimentos indígenas e movimentos sincréticos, enriquecem a paisagem religiosa” (QUEIROZ, 1965, p. 148).

A referida autora registra que alguns destes movimentos se davam pela necessidade de os povos originários fugirem da fome e das doenças que os atacavam, motivação essa que também seria encontrada nos movimentos messiânicos rústicos. Na medida em que esses povos vão se entrosando com os brancos “cada vez vai ganhando o ideal da Terra sem Males ainda mais cores reformistas, isto é, seu objetivo é corrigir, num mundo celeste, o que existe de errado neste mundo” (QUEIROZ, 1965, p. 187), desembocando nos movimentos a que referida autora dá o nome de Movimentos de Santidade.

Tal se dá através da absorção, pelos líderes, dos ensinamentos e das prédicas obtidos junto aos jesuítas, de modo que costumes e crenças dos originários se fundem, sincreticamente, com o que lhes fora passado pelos religiosos: “a fé cristã que o missionário incutiu e fez enraizar aos índios não arrefeceu neles a crença nos seus mitos ou fetiches, nem evitou o seu culto a Jurupari, que rendem com descomunal fanatismo” (QUEIROZ, 1965, p. 189).

#### ***4.1.2 Fanatismo religioso nos movimentos rústicos***

A atuação dos grupos messiânicos apresenta diversos elementos característicos do fanatismo religioso, definidos como uma adesão extrema, irracional e intransigente a uma crença, acompanhada da negação da legitimidade de visões divergentes e de atitudes de obediência total a um líder carismático. Também neles se acham o culto à personalidade e a devoção ao líder considerado como intermediário entre Deus e os fiéis seguidores.

No caso da Cidade do Paraíso Terrestre se acha a figura central de Silvestre José dos Santos. Autoproclamado profeta e líder espiritual, Silvestre articulou uma comunidade fechada com base em promessas escatológicas e códigos morais rígidos, configurando um exemplo claro de fanatismo religioso como força organizadora e mobilizadora.

Tal como outros movimentos nordestinos, sua base de apoio foi formada por sertanejos marginalizados, carentes de assistência estatal e eclesiástica. A religiosidade popular era o centro da vida comunitária, expressa em práticas sincréticas, devoções a santos, crença em milagres e forte tradição oral. Nesse contexto, a figura do líder carismático e profético era vista como mediadora entre o povo e o sagrado, especialmente quando associada à promessa de uma nova ordem espiritual e social.

A análise dos discursos e práticas do movimento, conforme QUEIROZ (1965), evidencia a presença de fanatismo religioso, entendido como uma adesão absoluta a um sistema de crenças inflexível, com desvalorização do pensamento crítico, intolerância ao dissenso e sacralização da figura do líder. Silvestre era considerado pelos seus seguidores como uma figura messiânica, dotada de dons sobrenaturais, enviado por Deus para instaurar o Reino Celestial na Terra. Sua autoridade era vista como infalível e divina.

A Cidade do Paraíso Terrestre era imaginada como um espaço terreno de salvação espiritual, reservado apenas aos seguidores fiéis. Esse projeto espacial sagrado, com regras próprias, revela um isolamento do grupo em relação ao mundo *pecaminoso* exterior. Havia um forte discurso sobre a necessidade de purificação moral e espiritual. Aqueles que não aceitassem as doutrinas de Silvestre eram considerados inimigos da fé e, por vezes, vistos como merecedores da destruição divina. A separação radical entre *eleitos* e *perdidos* é típica dos movimentos fanáticos<sup>13</sup>.

Ainda com QUEIROZ (1965), o movimento promovia a ideia de que um juízo final se aproximava e que somente os convertidos à doutrina seriam salvos. Essa expectativa de fim do mundo e instauração de um novo tempo de justiça motivava ações radicais e intolerância religiosa. Nesta linha e com esta finalidade, a comunidade criada por Silvestre adotava práticas de controle severo dos comportamentos, impondo jejum, punições espirituais e regras de conduta estritas. Essa normatividade religiosa extrema favorecia o controle da consciência e a obediência total.

QUEIROZ (1965) argumenta que esses movimentos frequentemente desenvolvem características fanáticas quando perdem contato com instituições mediadoras e assumem a função de reorganizar a sociedade com base em princípios espirituais absolutistas, daí o fato de que a repressão ao movimento e sua posterior extinção sejam justificados pelo temor das

---

<sup>13</sup> “Para algumas ex-testemunhas de Jeová do Reino Unido, abandonar a crença não significa apenas abrir mão de uma religião, mas também se afastar de entes queridos. Em muitos casos, amigos e familiares são orientados a cortar todos os laços com essas pessoas, as levando ao isolamento e, em casos extremos, até a pensamentos suicidas”. <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-40780269>, Acesso em 16 set. 2025.

autoridades diante da radicalização da fé popular e de sua capacidade de mobilização coletiva junto aos projetos milenaristas e fanáticos.

O movimento da Cidade do Paraíso Terrestre constitui um caso emblemático de como a fé pode se transformar em fanatismo religioso. A sacralização do líder, a criação de um espaço sagrado, a doutrina da salvação exclusiva e a rejeição do mundo exterior configuram um sistema religioso fechado, intolerante e radical.

Esse fanatismo não deve ser interpretado apenas como desvio patológico da fé, mas como resposta simbólica e coletiva ao sofrimento social, ainda que assuma contornos autoritários e excludentes. Trata-se de um fenômeno que revela tanto a força da espiritualidade popular quanto os limites da ordem institucional em lidar com a religiosidade dos excluídos.

Não é diferente do ocorrido no caso do Reino Encantado, igualmente em uma região marcada por extrema pobreza, isolamento geográfico, precariedade educacional e desassistência estatal, ou seja, condições propícias para a busca por lideranças messiânicas que apontem alternativas para a sobrevivência moral, social e espiritual.

O cenário de religiosidade é o mesmo, baseado nas crenças em milagres e aparições várias divulgados por líderes carismáticos e profetas populares; é nesse contexto que surge João Antônio dos Santos, que afirmava ser enviado divino e que prometia a instauração de um Reino Encantado, onde reinariam a justiça, a paz e a salvação espiritual dos puros.

João Antônio era visto como alguém dotado de poderes sobrenaturais, intérprete legítimo da vontade divina, e, segundo os relatos de fiéis, capaz de realizar milagres. A reverência absoluta ao líder e sua sacralização são elementos clássicos do fanatismo, de tal modo que o movimento se afastou das normas e instituições sociais vigentes, vivendo sob suas próprias regras, com rígidos códigos morais. Rejeitavam tanto o Estado quanto a Igreja oficial, que consideravam corrompidos e demoníacos.

Neste passo, apenas os membros fiéis e obedientes ao Reino seriam eleitos e, portanto, salvos, restando para os demais a perdição, nas mesmas dimensões, portanto, do ocorrido na Cidade do Paraíso Terrestre.

O movimento do Reino Encantado exemplifica como o fanatismo religioso pode emergir em contextos de exclusão social e cultural, fundindo fé, identidade e sobrevivência num projeto coletivo de salvação. A sacralização do líder, a rejeição ao mundo exterior, a crença em um reino divino iminente e a obediência absoluta às regras internas do grupo são sinais claros de fanatismo.

Entretanto, é preciso analisar esse fanatismo não apenas como desvio irracional, mas também como expressão de resistência popular, de tentativa de reorganizar simbolicamente o

mundo em condições extremas. O fanatismo religioso, nesse sentido, é tanto sintoma quanto resposta – revelando as tensões profundas entre o povo do sertão e as instituições que deveriam acolhê-lo, mas que, historicamente, o negligenciaram.

Em Juazeiro do Norte, o que se verificou foi um movimento marcado pela religiosidade popular, com intensa devoção ao Padre Cícero, transformando o local em centro de romarias e de poder político-religioso, evidenciando não apenas um processo de mobilização coletiva com base na fé e no fanatismo religioso. Tal como ocorreu em Canudos, havia um estado de sofrimento e de miséria espiritual, apresentando-se a religiosidade como forma de organizar a vida e de projetar esperança. A religiosidade popular, com marcas do catolicismo e adaptada à cultura local, era permeada por práticas místicas, promessas de curas e crenças em milagres.

Muitos sertanejos submetiam suas vidas às orientações de Padre Cícero, atribuindo a ele poderes de cura, previsão e intercessão divina. Essa relação de obediência total reforça uma estrutura hierárquica de dependência e submissão espiritual. Além disso, cultivavam a ideia de que Juazeiro era um lugar sagrado, escolhido por Deus, o que transformou a cidade em polo de peregrinação. Segundo essa crença, Juazeiro seria o local propício para se obter perdão para os pecados pela simples presença na cidade ou pela proximidade do Padre. A sacralização do espaço é típica de movimentos com forte viés religioso-fanático.

Em 1889 ocorreu um episódio marcante, chamado de *milagre da hóstia*. Durante uma celebração, a beata Maria de Araújo teria recebido a comunhão das mãos do padre e, segundo relatos, a hóstia teria se transformado em sangue. Esse episódio foi interpretado pelos fiéis como um sinal divino, consolidando a crença de que Cícero possuía uma missão sagrada.

Posteriormente, ficou demonstrado que se tratava de uma farsa, perpetrada pela própria beata, embora com a conivência de Padre Cícero. Mas foi um dos fatores determinantes para que um grande número de pessoas, especialmente camponeses, acorresse para o local, pois viam no padre uma figura redentora, conforme QUEIROZ (1965, p. 235). O episódio da beata Maria de Araújo foi interpretado como milagre, mesmo tendo sido rejeitado pela hierarquia eclesiástica. A insistência dos fiéis na autenticidade do milagre e a recusa em aceitar a decisão da Igreja demonstram uma fé intransigente, característica de posturas fanáticas.

A fama de milagreiro percorreu o sertão, fazendo de Padre Cícero um verdadeiro santo, conforme QUEIROZ (1965, p. 235):

O prestígio do Padre Cícero não fazia senão crescer. Rodeado de verdadeira adoração, cristalizam-se em torno de seu vulto lendas e milagres que corriam o sertão, atribuídas a variadas figuras e que agora convergiam para ele. Os cantadores espalhavam em seus “romances” os prodígios mais extraordinários. Não era mais o Padrinho, era o

próprio Deus, era “uma das figuras da Santíssima Trindade”, como dizia o vate popular.)

O crescimento do culto que se devotava ao Padre Cícero despertou desconfiança por parte da Igreja Católica, que abriu investigações; em 1894, a Igreja considerou que se tratava de um fenômeno fraudulento. Como consequência, o Padre Cícero foi suspenso de suas ordens sacerdotais em 1896, sendo proibido de celebrar missas e administrar os sacramentos. Em 1926, a pena foi agravada, e ele foi excomungado e afastado oficialmente da instituição.

Essa tensão ilustra o caráter fanático de uma fé que rejeita qualquer autoridade externa à figura sacralizada do líder carismático. Essa veneração ultrapassa os limites do culto canônico católico, aproximando-se de um messianismo religioso com forte carga emocional e simbólica, movido pelo fanatismo dos seus seguidores. A devoção popular cresceu em proporções que superaram o controle da Igreja oficial, fazendo com que fosse venerado como santo mesmo em vida.

A adoração incondicional ao líder, a crença em milagres não reconhecidos pela Igreja e a sacralização do espaço físico constituem elementos típicos do fanatismo. No entanto, é preciso reconhecer que esse fanatismo também cumpriu funções sociais: ofereceu sentido, esperança e estrutura a uma população marginalizada. O desafio historiográfico é compreender esse fenômeno sem reducionismos, valorizando sua complexidade e suas múltiplas dimensões.

Canudos, por seu turno, também ocorre em ambiente marcado por extrema pobreza, instabilidade social e abandono estatal. A carência material e desamparo institucional permitiram terreno fértil para o discurso religioso messiânico. Antônio Conselheiro percorreu o interior nordestino pregando religiosidades e, depois, pregando contra os desmandos da República instaurada.

Embora o movimento de Canudos tenha raízes políticas, sociais e econômicas, é inegável que o fanatismo religioso foi um dos seus pilares estruturantes. A veneração messiânica de Antônio Conselheiro, a rigidez moral, o discurso apocalíptico e a intolerância à ordem republicana configuram um cenário típico de fanatismo religioso. A análise desse fenômeno exige uma abordagem para além da condenação moral, compreendendo-o como resultado de uma realidade de miséria extrema, em que a fé serviu tanto como refúgio quanto como instrumento de coesão e resistência.

A religiosidade sertaneja, marcada pelo catolicismo popular, pela oralidade e por práticas de fé sincréticas, não seguia rigidamente os moldes institucionais da Igreja Católica oficial. Nesse vácuo, líderes carismáticos, como o Conselheiro, ganhavam projeção ao se apresentarem como intérpretes legítimos da vontade divina.

Seus seguidores o viam como um enviado de Deus, um novo messias. Muitos acreditavam que ele possuía dons sobrenaturais, como a cura e a profecia, que é um indicativo típico do fanatismo religioso, em que o líder passa a ser visto como infalível e sagrado.

A comunidade de Canudos repudiava a República e recusava o registro civil e outras instituições republicanas, por considerá-las heréticas e anticristãs. Essa postura intransigente revela uma visão religiosa fanatizada, em que qualquer ordem diferente daquela defendida pelo líder era considerada demoníaca. A comunidade era vista como uma cidade santa, um espaço de purificação, e o mundo externo como corrompido. Isso reforça a mentalidade de seita religiosa, com forte antagonismo ao diferente e ao que era considerado pecador.

O discurso de Antônio Conselheiro tinha forte tom apocalíptico. Ele anunciava o fim dos tempos e a necessidade de purificação espiritual, o que mobilizava seus seguidores para uma luta religiosa existencial contra os inimigos de Deus, incluindo nesta condição o Estado e até a Igreja oficial.

A análise de Euclides da CUNHA (1995), notadamente marcada pelo viés cientificista e preconceituoso da época, descreve Canudos como um movimento de loucura coletiva, com características de fanatismo místico. Segundo ele, tratava-se de uma psicose religiosa em que o povo sertanejo, oprimido e ignorado pelo poder central, encontrava em Conselheiro uma esperança transcendental.

QUEIROZ (1965) interpreta Canudos dentro da tradição dos movimentos messiânicos camponeses, a que chama de rústicos, que são recorrentes em contextos de opressão e nos quais a fé torna-se instrumento não de resistência, mas também de alienação do grupo.

O próprio discurso de Conselheiro, registrado em panfletos e trechos compilados por estudiosos, revela seu caráter místico e intransigente. Ele pregava a penitência, o castigo divino e a salvação somente para os puros de espírito, o que fomentava um ambiente de fervor religioso e obediência cega.

No movimento da Guerra do Contestado o que se verificou foi um conflito de caráter sociopolítico, fundado em desigualdades fundiárias, exploração econômica e opressão institucional. No entanto, um dos elementos mais significativos – e muitas vezes negligenciado – desse movimento é a presença do fanatismo religioso, liderado por personagens messiânicos que mobilizaram a fé popular ao redor dos ideais de salvação espiritual e justiça divina, líderes esses que acabaram por transformar a fé religiosa em força mobilizadora de resistência armada, envolvida em conflitos políticos.

A religiosidade do povo do Contestado em nada se diferenciava da dos outros povos antes mencionados. Num ambiente de vulnerabilidade social e espiritual, a figura dos monges pregadores, especialmente o monge José Maria, passou a exercer papel dominante.

Referido monge foi figura central na configuração do movimento, alcançando tal posto ao se apresentar como curandeiro, profeta e defensor dos pobres. Após sua morte, passou a ser considerado um mártir; seus seguidores acreditavam que ele não havia morrido, mas que retornaria à frente de um exército de santos para instaurar o Reino de Deus na terra. Esse tipo de crença escatológica e messiânica também evidencia traços típicos de fanatismo religioso, que podem ser identificados na crença na ressurreição e no retorno do líder espiritual.

Após a morte do monge, difundiu-se a ideia de que ele voltaria com um exército celestial, no que seus seguidores acreditavam piamente, reforçando a característica clássica do fanatismo. Ao rejeitar a ordem estabelecida, pregando a substituição do mundo representado pela República, pelas autoridades e pela empresa estrangeira, divulgava a ideia de um reinado justo, divinamente instituído. O Estado era considerado perverso e anticristão, o que gerava uma atitude de combate à instituição dominante, associada ao pecado.

A par disso, havia uma obediência espiritual extrema, em que os monges detinham autoridade absoluta sobre os fiéis, determinando condutas, sacrifícios e até ações de guerra em nome da fé. Essa submissão à vontade do santo monge revela um fanatismo que transcendia a crítica racional, perfeitamente alinhada às narrativas milenaristas, pois acreditavam na chegada iminente de um tempo de justiça e redenção para os pobres e oprimidos, com base em revelações divinas.

O movimento do Contestado foi classificado como um movimento messiânico camponês por QUEIROZ (1965), que identificou nele o mesmo tipo de religiosidade radical que animou outros movimentos, como o de Canudos e Juazeiro. Segundo a mesma autora, o Contestado reunia as condições materiais e simbólicas para que o messianismo se tornasse força política. De todo modo, o Estado brasileiro tratou o movimento como um foco de fanatismo, enviando forças militares para erradicá-lo com extrema violência. A destruição de comunidades inteiras e a repressão aos monges revelam a incompreensão, ou intolerância, das autoridades diante do caráter religioso do movimento.

O movimento do Contestado não pode ser compreendido apenas como uma revolta camponesa por terra ou como uma reação à exploração econômica. Ele foi, acima de tudo, um movimento messiânico alimentado por uma fé inabalável em líderes espirituais que prometiam justiça divina e salvação. O fanatismo religioso presente nesse contexto resultava da fusão entre

misticismo, marginalização e desespero social, formando um imaginário coletivo no qual a guerra era vista como um caminho para a redenção espiritual.

Esse fanatismo, longe de ser apenas patológico, refletia a ausência de alternativas institucionais e o profundo abandono das populações rurais. Analisar o Contestado sob essa ótica permite compreender como a fé pode se transformar em instrumento de luta, mas também em crença inarredável, quando mediada por lideranças carismáticas em contextos de sofrimento coletivo.

Conclusões semelhantes sobressaem da análise da Guerra dos Muckers, um movimento de natureza complexa envolvendo elementos religiosos, sociais, étnicos e políticos. Jacobina Maurer passou a ser considerada profetisa e messias por seus seguidores, num movimento que revela características claras de fanatismo religioso.

O movimento dos Muckers desenvolveu-se em uma comunidade de imigrantes alemães marcada pelo isolamento cultural e dificuldades de integração com o restante da sociedade brasileira. A região, ainda em processo de colonização, era caracterizada por instabilidade econômica, baixa escolaridade, forte religiosidade e ausência de serviços públicos básicos. Nesse ambiente, as tensões entre diferentes grupos religiosos – luteranos tradicionais, católicos e grupos místicos – fomentavam disputas doutrinárias e sociais.

A liderança de Jacobina Maurer emerge das suas propaladas visões e êxtases místicos, passando, aos poucos, a pregar a iminência do fim dos tempos, a necessidade de purificação espiritual e a rejeição ao mundo exterior corrompido. Seus seguidores formaram uma comunidade coesa, avessa à interferência externa e com crenças exclusivistas.

A convicção de que ela possuía poderes sobrenaturais, inclusive a capacidade de curar, julgar e prever o futuro, fomentou uma devoção incondicional. A liderança espiritual absolutista é uma característica clara de movimentos fanáticos, aliada à doutrina da pureza e da salvação exclusiva. Seus seguidores acreditavam que somente os puros seriam salvos, e que os infiéis deveriam ser eliminados, retratando uma visão maniqueísta de mundo, que elimina a possibilidade de convivência de um com outro e se configura como um dos principais traços do fanatismo.

O grupo se afastava das práticas religiosas institucionais e da sociedade local, o que gerava tensões com vizinhos e autoridades. A negação do mundo exterior, visto como impuro e pecador, é típica de movimentos sectários e fanáticos. Daí para a adoção da violência como instrumento divino foi um passo: Jacobina teria ordenado ou autorizado ataques contra inimigos considerados ameaças espirituais ao grupo, culminando com casas de opositores queimadas e dezenas de pessoas assassinadas.

O uso da violência como instrumento sagrado reforça a irracionalidade e o radicalismo típico do fanatismo religioso. Um evento de início religioso deriva para o fanatismo religioso de modo a configurar um movimento ao redor da líder messiânica, cujo carisma assume contornos de culto extremado em um ambiente em que o sagrado justifica a violência.

QUEIROZ (1965) enfatiza como o discurso religioso se transformou em mobilização armada, com destaque para a intolerância absoluta ao diferente. Entendida como uma seita perigosa para as autoridades locais, passou a ser perseguida com vistas a sua completa eliminação. A Guerra dos Muckers também não pode ser reduzida a um conflito étnico ou local. Trata-se de um movimento marcado por um fanatismo religioso radical, alimentado pelo carisma de uma líder messiânica, pela exclusividade da salvação prometida, pelo isolamento do grupo e pela disposição à violência.

Jacobina Maurer, ao concentrar poder espiritual absoluto, tornou-se símbolo de um movimento que, ao rejeitar toda forma de mediação institucional ou racionalidade externa, mergulhou em uma experiência religiosa extrema; no entanto, ao radicalizar-se, transformou-se em um fenômeno de irracionalidade coletiva, com efeitos devastadores tanto para os seguidores quanto para a sociedade ao redor.

Menção há de ser feita, também, em relação ao papel desempenhado pela Igreja, que se vê prejudicada pelas pregações dos líderes messiânicos que não guardam consonância com seus cânones e tradições. Em oposição à ortodoxia definida pela Igreja, as práticas e representações do catolicismo popular sertanejo são traduzidas como doutrinas supersticiosas. A intransigência do catolicismo romano é radical; na convicção de ser o único administrador da Verdade Divina, pretende substituir o fanatismo e a superstição do povo e acaba por ferir os sentimentos religiosos que são profundos nas comunidades rurais.

#### ***4.1.3 Fanatismo e religiosidade na Operação Lava Jato***

A relação entre religião e política é tema recorrente na história nacional. Contudo, no contexto da *Operação Lava Jato*, esse vínculo adquire contornos graves e específicos ao ser instrumentalizado como estratégia de legitimidade moral e simbólica tanto por agentes públicos, notadamente dentro do Poder Judiciário, quanto por segmentos da sociedade civil, nas manifestações de rua. Mas não foi somente a religiosidade que marcou presença na *Lava Jato*, senão que também o fanatismo político mostrou a sua face.

Quanto à religiosidade, é imperioso reconhecer que o ex-juiz não fez menção explícita a textos religiosos ou doutrinas que tais para justificar sua atuação. Todavia, também é de se reconhecer que a *Lava Jato* foi apresentada como uma cruzada contra a corrupção, com Moro alçado à condição de combatente plenipotenciário do mal. Essa narrativa evocava, embora não diretamente, elementos religiosos típicos de combate ao pecado e à transgressão moral, o que permite associar as atividades judicantes a uma dimensão religiosa.

De outro tanto, muitos seguidores de Sergio Moro, conforme se explicitará mais adiante, usavam, direta e expressamente, símbolos e expressões religiosos para demonstrar apoio ao juiz e à operação que este comandava, reforçando a ideia de que a dimensão religiosa esteve presente em boa parte do tempo em que os trabalhos da referida operação se desenvolveram. Era uma forma de o movimento de apoiadores justificar a intervenção na vida política brasileira e a perseguição de adversários através das atividades do Poder Judiciário. Em outras palavras, não apenas os aspectos jurídicos propriamente ditos foram evidenciados, mas também o uso estratégico de elementos e símbolos religiosos pelos atores do sistema de justiça e componentes dos movimentos sociais.

É o caso do ex-procurador Deltan Dallagnol, que admitia, publicamente, a sua condição religiosa para justificar a atuação tortuosa na Operação de que foi partícipe. Com arrimo na reportagem da revista Carta Capital, a referida pessoa divulgava a sua atuação em eventos de igrejas como uma vocação cristã, beirando noções messiânicas:

Os agentes públicos investiram-se desta missão, de acordo com as bombásticas revelações da agência de notícias The Intercept Brasil, publicada no domingo 9, e colocaram a *Operação Lava Jato* como algo divino, acima do bem e do mal. “Dentro da minha cosmovisão cristã, eu acredito que existe uma janela de oportunidade que Deus está dando para mudanças”, disse Dallagnol, em palestra em uma Igreja Batista na Tijuca, Rio de Janeiro, em 2015, depois de afirmar que Deus colabora com a *Lava Jato*.<sup>14</sup>

Em diferentes ocasiões, Dallagnol utilizou linguagem religiosa para justificar e legitimar as suas posturas frente ao combate à corrupção. Ele próprio é membro da comunidade batista e adepto de práticas do protestantismo evangélico, com forte ênfase na moralização da vida pública. Diversos discursos, entrevistas e palestras indicam que o procurador entendia sua missão na Procuradoria da República e, portanto, na *Lava Jato*, não apenas como uma função estatal, mas como uma vocação espiritual, um chamado para realizar a obra de transformação moral do país.

---

<sup>14</sup> <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/o-messianismo-perverso-da-lava-jato/>. Acesso em 13 ago. 2025.

Esse aspecto ficou visível em palestras ministradas em igrejas e eventos religiosos, nas quais apresentava a *Lava Jato* como uma luta entre o bem e o mal, quase em chave maniqueísta, aproximando sua atuação judicial de uma missão de caráter salvador. A mistura da fé pessoal com a sua atuação na Procuradoria da República conflita com o princípio da imparcialidade e com a própria concepção de laicidade do Estado.

A sua trajetória, desde os tempos em que fazia concursos para a carreira jurídica, sempre foi permeada por intensa religiosidade, conforme consta de inúmeras entrevistas por ele concedidas e disponíveis na internet, sobretudo em *podcasts*<sup>15</sup>. Usando expressões como “precisamos, como igreja, tocar as trombetas”, “nós somos chamados para o reino, para atuar nas áreas de influência, para salgar inclusive a cultura”, “para ser a espada contra o crime”<sup>16</sup>, Dallagnol fez afirmações que se aproximam do fundamentalismo religioso, ou, dito de outro modo, se inserem no fanatismo de que trata este tópico da tese.

Nesta mesma linha também é de se destacar a atuação do ex-juiz Marcelo Bretas, um dos acólitos que, em tudo e por tudo, seguia os passos do líder Sergio Moro. Seguindo suas religiosidades, quando da prisão preventiva do ex-governador Sergio Cabral, do Rio de Janeiro, na chamada Operação Calicute<sup>17</sup>, em 2016, Bretas citou o Eclesiastes 8:11, no seguinte trecho, literalmente, do processo<sup>18</sup>:

Outro aspecto a ser valorizado é o efeito educativo que o rigor judicial certamente há de exercer sobre os milhares de administradores públicos de nosso país, pois não há maior incentivo à criminalidade do que o sentimento generalizado de impunidade por parte de quem se acha acima do próprio Estado de Direito. São atuais, portanto, os preceitos bíblicos consagrados no Livro de Eclesiastes (capítulo 8, versículo 11), que pontua: “Por que será que as pessoas cometem crimes com tanta facilidade? É porque os criminosos não são castigados logo;” (Bíblia Sagrada – Nova Tradução na Linguagem de Hoje).

No mesmo dia em que assinou a ordem de prisão do ex-Presidente da República, Michel Temer, no dia 18 de março de 2019, o referido magistrado compartilhou em sua conta no *Twitter* o provérbio, constante do versículo 16:18: “A soberba precede a ruína, e a altivez do espírito precede a queda”<sup>19</sup>. Embora essa citação não tenha sido incluída formalmente no texto da

<sup>15</sup> <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=2uUozcmmvX4>. Acesso em 03 set. 2025.

<sup>16</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=3KKjCV0Gsy4>. Acesso em 03 set. 2025.

<sup>17</sup> Operação desdobrada da *Lava Jato* de Curitiba e realizada na Justiça Federal do Rio de Janeiro.

<sup>18</sup> PROCESSOS nos 0509565-97.2016.4.02.5101 (Pedido de prisão preventiva, temporária, condução coercitiva e intimações), 0509566-82.2016.4.02.5101 (Medida Cautelar de Sequestro) e 0509567-67.2016.4.02.5101 (Pedido de Busca e Apreensão Criminal). 7ª. Vara Criminal da Justiça Federal do Rio de Janeiro, decisão proferida em 09 de novembro de 2016.

<sup>19</sup> <https://x.com/mcbretas/status/1107809405922394112>. Acesso em 08 abr. 2025.

decisão judicial em comento, é certo que a sua publicação às vésperas da prisão sugere uma conexão indesejada.

Tais referências, embora incomuns em textos jurídicos, foram utilizadas como forma de reforçar uma ética de justiça transcendente, vinculando a atividade judicante a um ideal moral superior. São elementos que ilustram a maneira como Marcelo Bretas integrou elementos de pessoal em sua atuação profissional, gerando debates sobre a separação entre convicções religiosas e a imparcialidade exigida no exercício da magistratura.

Imagem 10 - “A soberba precede a ruína, e a altivez do espírito precede a queda.”(Provérbios 16:18)



Fonte: Publicado na conta da rede social X, do próprio magistrado, em 18/03/2019<sup>20</sup>.

Esse tipo de linguagem, longe de ser neutra, carrega implicações importantes. Primeiramente, sugere, mais uma vez, uma concepção de justiça ancorada em valores religiosos pessoais, o que pode levantar questionamentos sobre a imparcialidade judicial e o caráter laico do Estado brasileiro. Em segundo lugar, aproxima o discurso jurídico da linguagem de grupos conservadores religiosos, facilitando a adesão simbólica da opinião pública a determinadas ações judiciais, assim como facilmente nele se vislumbra a fanática adesão do ex-magistrado aos postulados religiosos que cultua.

Nesta linha de raciocínio, a conduta moralizante de Moro despertou uma parcela significativa da população, que se deixou encantar pelas promessas do Brasil passado a limpo a todo e qualquer custo. O papel desempenhado pelas correntes religiosas conservadoras foi

<sup>20</sup> <https://x.com/mcbretas/status/1107809405922394112>. Acesso em 08 abr. 2025.

decisivo para o sucesso da empreitada que teve início em Curitiba, haja vista a efetiva participação de boa parte de evangélicos e católicos<sup>21</sup> nas manifestações públicas em apoio à *Lava Jato*. E é justamente por esta porta que o discurso religioso ganha corpo na seara eleitoral; o que começou com as posturas de Dallagnol com suas crenças religiosas passou para as citações bíblicas de Marcelo Bretas e daí se espalhou rapidamente para as lideranças das igrejas, com grande repercussão nas mídias nacionais.

Se não bastasse o fato de que diversas correntes religiosas dispõem dos próprios meios de comunicação, que propagam para todo o território nacional as pregações que misturam religião e política de extrema direita, há também o fato de que significativos setores do catolicismo vieram a aderir ao discurso dos evangélicos, sem maiores pudores. Basta lembrar que algumas igrejas católicas receberam, às vésperas do segundo turno das eleições presidenciais de 2022, o candidato Jair Bolsonaro; notório defensor de torturadores e crítico das políticas de direitos humanos, foi recebido no Santuário de Aparecida do Norte/SP, conforme amplamente noticiado pela imprensa:

Em busca de votos, Jair Bolsonaro levou a barulheira da campanha eleitoral até a Basílica de Nossa Senhora Aparecida, nesta quarta. Apoiadores do presidente converteram uma das principais datas da fé católica num ato de desrespeito religioso e de desprezo pela fé. A igreja, tomada por apoiadores, registrou momentos de comício político, com bolsonaristas glorificando o político e seu séquito diante do altar.

Na parte de fora do santuário, um grupo de bolsonaristas que acompanhava a visita do presidente agrediu a equipe da TV Aparecida, que cobria as festividades do 12 de outubro, Dia da Padroeira do Brasil. As imagens do santuário, tomado por bolsonaristas — alguns com copos de bebida — em nada lembravam a solenidade de um dia santo<sup>22</sup>.

Ademais disso, é interessante notar que a própria imprensa brasileira colaborou com o discurso religioso bolsonarista, do que é exemplo o fato de que a jornalista do Sistema Globo de Televisão, Delis Ortiz, apresentou Bolsonaro, então na Presidência da República, em 14 de junho de 2019, com um exemplar da Bíblia, misturando num só ato jornalismo, política e religião<sup>23</sup>.

SOUZA e SOUZA (2020) afirmam que as pautas conservadoras devem ser consideradas no fenômeno da ascensão de Jair Bolsonaro, convergindo os interesses dos segmentos evangélicos (e dos demais segmentos religiosos, incluindo os católicos, acrescentamos) com os

<sup>21</sup> Há que se evitar generalizações: entre evangélicos e católicos também se encontram pessoas progressistas, que defendem, por exemplo, liberdades democráticas e direitos humanos.

<sup>22</sup> <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/o-arriscado-ato-eleitoral-de-bolsonaro-no-local-sagrado-dos-catolicos/>. Acesso em 12 Ago. 2025.

<sup>23</sup> <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-recebe-biblia-de-jornalistas-apos-cafe-da-manha/>. Acesso em 12 Ago. 2025.

da extrema direta moralista e reacionária, ambos contrários aos avanços das pautas sociais e identitárias. “Questões como, por exemplo, o casamento homoafetivo, a descriminalização do aborto ou a promoção de uma educação sexual nas escolas públicas voltada para a tolerância à diversidade” (SOUSA e SOUSA, 2020, p. 10), só fez aumentar a aliança entre religiosos conservadores e políticos da extrema direita.

No encerramento deste tópico, vale mencionar também as manifestações de fanatismo político por parte do Procurador Federal Matheus Carneiro Assunção; referida pessoa adentrou ao gabinete da Juíza Federal, Louise Filgueiras, na sede do Tribunal Regional Federal, em São Paulo, ferindo-a no pescoço com golpes de faca; enquanto golpeava a vítima, gritava contra a corrupção. A imprensa assim noticiou os fatos:

De acordo com o Tribunal Federal da 3ª Região, o procurador entrou no prédio no dia 3 de outubro para participar de um congresso de combate à corrupção à administração pública. Para entrar no prédio, ele apresentou sua carteira funcional. Por volta das 18h, após deixar o evento, ele usou as escadas e entrou em diversos gabinetes de desembargadores federais. Um dos gabinetes que o procurador entrou foi do desembargador Paulo Fontes, onde estava a juíza federal Louise Filgueiras. A juíza tinha sido convocada para cobrir as férias do desembargador. O procurador atacou a juíza várias vezes com a faca. Ela conseguiu desviar da maior parte dos golpes, mas sofreu um corte superficial no pescoço e foi atendida pelos médicos do próprio Tribunal. Em seguida, o agressor foi contido por um servidor, que acionou a Secretaria de Segurança Institucional do TRF e a Polícia Federal. Testemunhas disseram que o procurador estava transtornado e que gritava que estava lá para acabar com a corrupção.<sup>24</sup>

Referido acontecimento se deu em outubro de 2019; não obstante o fato de se tratar de pessoa com graves perturbações mentais e que no momento se encontrava em surto psicótico, não é mera coincidência o fato de brandir palavras de combate à corrupção. Referidas palavras estavam em perfeita consonância com os propósitos propalados por Sergio Moro. Trata-se, ademais de um procurador federal que se reconhecia como responsável pelo combate à corrupção no país, seguindo certamente o exemplo deixado pela *Operação Lava Jato*, notadamente o exposto por Deltan Dallagnol.

## 4.2 Cangaço, violência e criminalidade

Mesmos os movimentos que se formam a partir de raízes religiosas e sociais servem de palco para episódios de violência, envolvendo atos criminosos pelas disputas de poder

<sup>24</sup> <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/02/03/procurador-da-fazenda-que-esfaqueou-juiza-no-trf-3a-regiao-e-encontrado-morto-em-sp.ghml>. Acesso em 13 Ago. 2025.

territorial e político. São aspectos característicos dos movimentos messiânicos de massa e reativos, basicamente nada se registrando, neste aspecto, nos de caráter acomodativo.

Os movimentos da Cidade do Paraíso Terrestre, do Reino Encantado, de Canudos, da Guerra do Contestado e dos Muckers apresentaram elementos de conflito e presença de indivíduos com histórico criminoso. O do Padre Cícero, embora se destacando por seu pacifismo em virtude da forte influência religiosa e social, acabou por se envolver em sangrentas disputas armadas contra os poderes constituídos do Ceará. Apesar de sua natureza mais pacífica, episódios de violência e disputas de poder também ali ocorreram, especialmente em momentos de conflito político e social na região.

Em Canudos, o ajuntamento de milhares de seguidores formou uma espécie de comunidade autônoma, que resultou em conflito com a igreja e, depois, com os republicanos, com desfecho sangrento em face de intensos combates. Ali houve relatos de participação de indivíduos com histórico criminoso, além de ações de grupos armados que contribuíram para a violência (CUNHA, 1995).

No Sul do Brasil, o Movimento do Contestado foi marcado pela resistência popular contra a exploração econômica e a presença de forças militares. Além das tensões sociais, há registros de participação de indivíduos com antecedentes criminais, além de ações de grupos armados que alimentaram o clima de violência e conflito, conforme já mencionado. De igual modo, é o que ocorreu com os Muckers, cuja oposição às autoridades civis e religiosas levou aos conflitos armados e atos de violência.

Esses movimentos frequentemente atraíam seguidores de diferentes origens, o que por vezes resultava em episódios de violência e disputas internas. Em suma, os movimentos messiânicos no Brasil, embora tenham raízes espirituais e sociais legítimas, frequentemente estiveram associados a episódios de violência, participação de criminosos e conflitos armados. A presença de cangaceiros e outros indivíduos com histórico delinquente contribuiu para a complexidade dessas manifestações, refletindo as tensões sociais, econômicas e políticas do país ao longo do tempo.

#### **4.3 O meio como condição para os movimentos messiânicos**

Os diversos movimentos messiânicos classificados como rústicos verificados no Brasil foram compostos por uma diferenciada gama de seguidores, de todas as idades e gêneros; todavia, verifica-se que primordialmente foram agrupamentos formados por pessoas pobres,

desprovidas dos mínimos cuidados e abandonadas pelo poder público, tanto no regime imperial quanto no republicano. Tratava-se, pois, de uma massa que sofria toda sorte de dificuldades e privações; sem ter coisa alguma de assistência e sem ter com quem contar, não lhe restava alternativa outra que não fosse seguir os messias que se apresentavam com propostas sedutoras de mudanças no estado de coisas, com um discurso bem elaborado e recheado de preceitos e pregações religiosas.

Todavia, não é o que a historiografia registra, ao menos em sua maior parte. A obra de CUNHA (1995), pioneiro nos estudos do movimento liderado por Antônio Conselheiro, realizados no local dos acontecimentos e no calor das refregas sangrentas, é recheada de informações preconceituosas a respeito da composição do movimento. Como se trata de obra com informações preciosas sobre o evento, notadamente em relação aos aspectos físicos e geográficos da região do Vaza Barris, foi dela que vários outros pesquisadores se serviram para as suas interpretações, reproduzindo, deste modo, o mesmo viés preconceituoso da origem, acabando por fixar, ainda que involuntariamente, uma ideia equivocada sobre as razões que agregaram os seguidores do Conselheiro.

Esta mesma interpretação equivocada que se iniciou com a obra euclidiana foi alimentando outros estudos que vieram em sequência, relacionados a outros movimentos; é o caso, pois, das alusões e afirmativas preconceituosas a respeito dos seguidores do Padre Cícero, do Beato José Maria e de Jacobina Maurer.

De outro lado, e no que se relaciona com o movimento formado na esteira da *Operação Lava Jato*, poucos ainda são os estudos sobre as origens e condições sociais, econômicas e políticas dos que se engajaram nas manifestações verificadas em praticamente todo o país. Mas é certo, por verificação empírica em vista do calor das manifestações públicas, que as condições sociais, econômicas e políticas que envolveram os seguidores deste movimento são outras, diversas das que se encontram nos movimentos rústicos, apontados neste trabalho.

Também é necessário reconhecer que as manifestações públicas em defesa da *Lava Jato* ocorreram primordialmente nas vias públicas, com maior número de pessoas nas ruas das principais cidades. Todavia, não é de se desprezar a adesão havida também no meio rural brasileiro, em todas as regiões do país, provocando o deslocamento de pessoas para as áreas urbanas nos dias em que ocorreram as manifestações – e isso força a conclusão de que não se tratou de um movimento exclusivamente urbano, conforme já delineado acima.

Nesse passo, a geografia dos movimentos messiânicos pode trazer luz adequada para as hipóteses anteriormente levantadas.

### 4.3.1 *A palestina nos tempos de Jesus*

Nos tempos de Jesus, a Palestina se achava ocupada pelo exército romano, que garantia a dominação política da área. Havia uma compreensível frustração por parte do povo judaico, que se achava predestinado à obtenção de um futuro grandioso, que lhe fora prometido por Deus.

A questão que se colocava era natural, qual seja: como alcançar esse futuro de prosperidade sob dominação estrangeira, que retirava do povo a liberdade de ações? As respostas eram dadas pelos religiosos, fazendo surgir profetas e candidatos a messias, inclusive com propostas milagrosas que teriam o condão de libertar o povo do jugo romano e encaminhá-lo ao encontro do destino grandioso a que aspiravam.

Na palestina de então, conforme FERREIRA (2015, p. 336):

alguns movimentos messiânicos surgiram nessa situação histórica. Aqueles que foram explorados e roubados, possivelmente, recordaram-se dos seus referenciais históricos: hebreus livres, Moisés, Josué, Abimelec, Jefté, o jovem pastor/camponês Davi, os profetas Amós, Oséias, Isaías, Miquéias, Zacarias, os líderes camponeses macabeus etc. Muitos assumiram os movimentos messiânicos.

CHEVITARESE (2006) explica que aquele ambiente estava longe da ideia idílica, dado que a exploração econômica era levada a graus absurdos. Do valor obtido com as suas produções, os trabalhadores tiravam a contribuição obrigatória para com o dízimo da igreja, mais a quantia necessária para pagamento do aluguel da terra e dos instrumentos agrícolas e, ainda, para os impostos cobrados pelos romanos – e o que lhes sobrava mal era suficiente para a sobrevivência. É um quadro que demonstra a grave situação de pobreza que se impunha à população da época, mas que não se devia unicamente ao jugo do império romano.

Era um quadro, portanto, que propiciava o aparecimento de uma série de messias, ou de candidatos a tanto; dentre todos, aquele que deu certo, no sentido de que produziu um movimento que cresceu em ritmo acelerado e se espalhou no tempo e no espaço, mesmo depois do seu desaparecimento, foi Jesus. Outros, que surgiram antes ou depois, não tiveram a mesma recepção das massas, certamente por conta do carisma de que era imbuído e também por conta da ideia da ressurreição, que até hoje é esperada pelos cristãos.

Outro aspecto que justifica o fenômeno mundial do cristianismo é o fato de que as pregações de Jesus tinham um caráter humanitário, com mensagens de paz, de amor, justiça e fraternidade capazes de alcançar todas as pessoas, muito além, portanto, dos muros do território em que pregava.

A força das mensagens cristãs cativava mesmo aqueles que eram desprovidos de fé religiosa, que não eram afeitos às escrituras sagradas. Assim foi de tal modo que acabaram por ser incorporadas a ordenamentos jurídicos de alcance internacional, como é o caso das Declarações de Direitos Humanos, que reproduzem a ética cristã como caminhos que solidificam as sociedades democrática e, sobretudo, humanista. Também foram lembradas na Revolução Francesa, com o *slogan Liberdade, Fraternidade e Igualdade*, e, entre nós, no preâmbulo da Constituição Federal vigente (BRASIL, 1988), que preconiza uma Constituição

para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias (BRASIL, 1988).

A geografia moderna floresceu em meados do Século XX ao atentar para o fato de que o meio exerce influência sobre o homem e sua forma de organização social. Nos anos 1930, os geógrafos franceses analisaram o espaço sob a ótica dos processos políticos, econômicos e sociais, incorporando à geografia esses mesmos aspectos como forma de superação dos estudos meramente contemplativos até então realizados pelo campo.

Neste sentido, a natureza é fornecedora de possibilidades para que o homem a modifique, tornando-o o principal agente da ação e, portanto, agente geográfico, conforme ROSA (2019). Data também desta época a preocupação dos geógrafos com o espaço sagrado, fazendo aproximações geográficas sobre as religiões, conforme PEREIRA, 2013).

Ainda segundo PEREIRA (2013, p. 13):

as ações humanas sobre o espaço, a fim de o entender, refletem um modo de pensar que, no caso da citação acima, remete às questões religiosas que buscam um sentido para este mundo: o “propósito divino”. Da mesma forma, as ações religiosas compartilham de questões geográficas, como as maneiras e estratégias de dispersão de sua fé ou as territorialidades exercidas por certas Instituições (GIL FILHO, 2006). Assim, a relação entre Geografia e Religião é viva e visível. Sabendo que o ser humano age atribuindo significações sobre o seu espaço, é possível vislumbrar pela perspectiva da Geografia Humana, ou melhor, da Geografia da Religião, uma busca por aprofundar compreensões do fenômeno religioso – procurando apreender os processos religiosos na dinâmica espacial humana (HENKEL, 2005, p.12).

Mudando o que tem que ser mudado, é de se fazer o mesmo raciocínio em relação aos movimentos messiânicos, no sentido de que a natureza, ou o meio em que se inserem, exerce influências sobre o homem e sobre a suas formas de organização, sendo capaz de levá-lo à

violência extremada por motivos fúteis ou ao fanatismo religioso, conforme as condições de vida que experimenta em determinado local.

Discorrendo sobre os níveis de vida e de sociabilidade dos grupos sociais, CÂNDIDO (2001, p. 29) explica que deve haver um equilíbrio entre as necessidades e os recursos disponíveis para satisfação destas necessidades:

a existência de todo grupo social pressupõe a obtenção de um equilíbrio relativo entre as suas necessidades e os recursos do meio físico, requerendo, da parte do grupo, soluções mais ou menos adequadas e completas, das quais depende a eficácia e apropriada natureza daquele equilíbrio. As soluções, por sua vez, dependem da quantidade e qualidade das necessidades a serem satisfeitas. São estas, portanto, o verdadeiro ponto de partida, todas as vezes que o sociólogo aborda o problema das relações do grupo com o meio físico.

As necessidades produzem, como manifestação primária, iniciativas do ser humano, as quais vão se complicando na mesma proporção em que se complicam as necessidades, “de tal modo a podermos dizer que as sociedades se caracterizam, antes de mais nada, pela natureza das necessidades de seus grupos, e os recursos de que dispõe para satisfazê-las” (CÂNDIDO, 2011, 29). De se concluir que “o equilíbrio social depende em grande parte da correlação entre as necessidades e sua satisfação. E, sob este ponto de vista, as situações de crise aparecem como dificuldade, ou impossibilidade de correlacioná-las”, ainda conforme CÂNDIDO (2011, 29).

Quando se trata de verificar as causas que concorreram para a formação dos movimentos messiânicos, sobretudo os rústicos, necessário é analisar as relações entre os adeptos dos movimentos e o meio em que vivem, sob pena de se chegar a conclusões precipitadas.

Considerando as diversas peculiaridades que constituem o objeto de estudo da Geografia, é necessário realizar uma análise que correlacione os elementos da vida dos indivíduos seguidores dos movimentos messiânicos — como empregabilidade, condições financeiras e culturais, nível de escolaridade, usos e costumes — com o espaço geográfico em que vivem. Essa correlação deve abranger os aspectos naturais do território, como a topografia dos povoados, o clima, a vegetação e a hidrografia, bem como as condições políticas locais e nacionais. Todos esses fatores interagem entre si e influenciam diretamente o desenvolvimento humano, tanto sob a perspectiva individual quanto coletiva.

Não é de se olvidar, entretanto, a ressalva que se faz sobre o geografismo, expressão utilizada por SODRÉ (1982, p. 127) de modo crítico; assim o faz para chamar a atenção para o fato de que a geografia não pode se pretender como a única ferramenta capaz de explicar as relações humanas com o seu meio. O indivíduo não é fruto exclusivamente do meio; outros

fatores condicionantes estão na religiosidade da pessoa e forma de governo vigente em seu meio, apenas exemplificativamente.

No ponto, pois, a expressão geografia do messianismo pode ser interpretada de diferentes formas, dependendo do contexto em que é utilizada. No geral, refere-se à relação entre a crença na vinda de um messias ou líder salvador e o espaço geográfico onde ele se manifesta. Isso inclui a distribuição espacial do messianismo e como ele se espalha em diferentes regiões conforme o contexto histórico e conforme as dinâmicas sociais que o impulsionam.

O espaço geográfico pode influenciar a forma como as crenças messiânicas se desenvolvem. Não necessariamente o fará, conforme QUEIROZ (1965, p. 354); mas é certo que ambientes isolados, crises econômicas e desigualdades favorecem a emergência de líderes que prometem as mudanças radicais sonhadas pelos liderados. Com mais razão de ser ao se observar que o carisma que envolve a figura do líder messiânico se consubstancia na força necessária para garantir a atração das pessoas em quadro de desesperança; assim acontece por esperteza do líder, que sabe fazer a leitura do momento de crise e dos anseios da população, ou, então, simplesmente pela vocação religiosa que o faz se aproximar dos desassistidos com o objetivo puro de lhes propiciar o bem e lhes incutir esperanças de melhores condições de vida.

Em termos de geopolítica, no entanto, o messianismo pode provocar impactos ideológicos na política local ou, conforme o caso, na política global, como ocorre com líderes carismáticos que assumem papéis quase messiânicos em movimentos nacionalistas ou revolucionários. O conceito pode ser explorado em estudos religiosos, sociológicos, históricos e políticos, sempre considerando a interseção entre crença messiânica e território.

É sob esta égide que se faz necessária a análise geográfica e geopolítica dos principais movimentos messiânicos rústicos ocorridos no Brasil e que foram acima delineados, de modo a que se possa entender como fatores topográficos, climáticos, econômicos, sociais, culturais e políticos funcionaram estrategicamente para emoldurar as relações na sociedade brasileira.

#### ***4.3.2 Nordeste brasileiro no Século XIX***

A segunda metade do século XIX foi marcada por profundas transformações no cenário social, econômico e ambiental do Nordeste brasileiro. Essa região, tradicionalmente caracterizada por seu clima semiárido, sofreu os impactos de um conjunto de variáveis

estruturais que comprometeram a subsistência de sua população e intensificaram as desigualdades sociais.

O clima árido, com baixíssimos índices pluviométricos e distribuição irregular das chuvas, é um traço característico do Polígono das Secas, região mais afetada por períodos de estiagem prolongada. Grandes secas atingiram o Nordeste nesse período, sendo as mais significativas de 1877-1879, considerada uma das mais devastadoras da história do Brasil. Estima-se que mais de meio milhão de pessoas tenham morrido ou migrado em decorrência da fome, da sede e das epidemias associadas à escassez de água e alimentos (FACÓ, 1972).

Essas secas prolongadas impactaram severamente os recursos hídricos da região, com a seca de rios intermitentes e o esgotamento de açudes, intensificando a vulnerabilidade dos pequenos produtores e trabalhadores rurais. A falta de políticas públicas e de infraestrutura adequadas agravaram ainda mais os efeitos das estiagens.

No plano econômico, a região passou pelo declínio dos engenhos de açúcar, que até então representavam a base da economia nordestina. Esse processo foi impulsionado tanto pela concorrência externa quanto pela transferência dos centros econômicos para o Sudeste, onde a expansão da cafeicultura em São Paulo e Minas Gerais atraiu investimentos, infraestrutura e, sobretudo, mão de obra nordestina, aprofundando o processo de desestruturação econômica regional.

Referido declínio, no entanto, não alterou o domínio sobre as terras. A concentração dela nas mãos de poucos era uma realidade, contribuindo para a eclosão dos movimentos sociais. Conforme FACÓ (1972, p. 131):

Temos, assim, uma série de fatores conjugados no surgimento de fenômenos como Juazeiro. O básico, naturalmente, é o regime de propriedade da terra, numa economia quase totalmente agropecuária. É o regime latifundiário com suas relações de produção pré-capitalistas. Mas ele só não basta para explicar o aparecimento em massa dos bandos de cangaceiros ou dos redutos de fanáticos. Se assim fosse, num determinado período de nossa história, tais bandos e tais redutos ter-se-iam espalhado pelo Brasil inteiro. A enfermidade se encontrava, decerto, disseminada pelo organismo todo do imenso País. Mas seus pontos de manifestações constituem aquelas zonas onde se reúnem ou coincidem outros fatores coadjuvantes, como o isolamento da região dada em relação Nas cidades, o atraso cultural maior, maior influência do clero na exacerbação das tendências místicas, fato já observado por Euclides da Cunha quando condenava os padres missionários como um agente prejudicialíssimo ao contato com as massas ingênuas dos sertões. Porque alucina o sertanejo crédulo, alucina-o, deprime-o, perverte-o.

A Proclamação da República, em 1889, introduziu novas formas de administração política e fiscal, com a cobrança de impostos sobre os pequenos produtores e trabalhadores, agravando ainda mais as condições de vida nas zonas rurais nordestinas. No entanto, o novo

sistema de governo manteve intacta a situação degradada na área rural, demonstrando o mesmo desinteresse anterior para com as mudanças nas estruturas agrárias do país, muito em função de que as elites que propuseram a mudança de regime eram as mesmas que se beneficiariam daquele estado de coisas. Conforme SILVA (2013, p. 4):

Essas oligarquias eram originadas historicamente da aristocracia imperial, que haviam se desencantado com o centralismo político do regime monárquico e pediam insistentemente autonomia para cuidar dos seus negócios. O que significava também poder criar em cada província e depois estado da federação, sua própria estrutura de poder garantindo amplo domínio regional sem a interferência do governo central.<sup>3</sup> Aliado a estes aspectos políticos, a questão ambiental fomentou temor e desespero nas populações miseráveis do nordeste. As secas que assolaram os sertões de Pernambuco e Paraíba foram motivos de suspensão dos trabalhos rurais, fome e deslocamento das populações famintas para a região sudeste, principalmente com a grande seca de 1877-79. Com este quadro os episódios históricos envolvendo a questão agrária inicia-se com o evento de Canudos e Contestado. No Nordeste, o fenômeno Antônio Conselheiro, gerou inquietação do governo no final do século XIX, já no período republicano. Imortalizado nas páginas de Os Sertões de Euclides da Cunha, o arraial do Belo Monte passava por uma experiência camponesa que ameaçava destruir o mundo planejado pelos latifundiários e os positivistas da República. A monarquia era o regime ideal para Antônio Conselheiro e seus seguidores, seguindo a tradição e a política moral.

Ao mesmo tempo, milhares de nordestinos, enfrentando a fome e a morte pelos caminhos, se deslocaram para o Amazonas, em busca de trabalho nos seringais. Essa migração teve início ainda no final do século XIX e acentuou-se nas primeiras décadas do século XX. Estima-se que, entre 1870 e 1910, cerca de 500 mil pessoas rumaram do Nordeste para o Amazonas; em sua maioria, eram agricultores e trabalhadores rurais que viam na extração do látex uma chance de melhorar as condições de vida.

Esse contexto foi analisado por FACÓ (1972), numa abordagem crítica sobre a estrutura fundiária e o papel dos coronéis no controle do poder local, além de relacionar os movimentos messiânicos e de resistência popular, como o cangaço e o messianismo sertanejo, às contradições sociais e econômicas resultantes da decadência da ordem colonial e da exploração sistemática da população pobre nordestina. Aquela migração não foi apenas uma busca por trabalho, mas uma fuga de um contexto de miséria e opressão (FACÓ, 1984) marcada por um desejo de sobrevivência e pela esperança de um futuro melhor.

A abolição da escravatura (1888), também trouxe consequências significativas para a estrutura agrária e econômica da região nordestina. De acordo com FACÓ (1972), a transição do trabalho escravo para o assalariado não foi apenas uma mudança de mão de obra, mas um verdadeiro choque para os grandes proprietários de terra. Esses senhores de engenho, que até

então dependiam da força de trabalho escravo para a produção de açúcar e algodão, viram-se repentinamente obrigados a reestruturar suas práticas agrícolas.

A necessidade de pagar salários aos trabalhadores, que muitas vezes eram escassos e desmotivados, resultou em aumento significativo dos custos de produção. A par disso, destaca-se que os senhores de engenho estavam acostumados com o trabalho dos escravizados, e como tal tratavam também a mão de obra livre, com a mesma violência e insensatez.

Tratando da crise econômica que assolava o nordeste brasileiro na época, assim se posiciona GIRÃO (2000, p. 234)

O desaparecimento do trabalho escravo, uma série de grandes estiagens 1877-78, 1888-89, 1900, 1901, 1902, 1915, 1919, a crescente emigração para o Amazonas, a incúria e, quando não, a ineficiência da ação governamental, conjuraram-se para manter sem maiores surtos a produção algodoeira até 1921. A seca de 1915 quase aniquilou os algodoeiros cearenses e com a intenção de recompô-los o presidente Benjamim Barroso adquiriu em 1916 semente de algodão mocó (*Gossypium vitilolium*) seridoense do R. G. do Norte, espalhando-as pelos agricultores sertanejos. No jardim do Palácio da Luz, a título de demonstração, plantou dois pés, que floresceram e frutificaram exuberantemente.

A edição da Lei Áurea não foi acompanhada de políticas públicas eficazes que pudessem facilitar a transição para uma economia livre. A falta de infraestrutura, como estradas e transporte adequado, e a escassez de mão de obra qualificada contribuíram para a deterioração das condições econômicas. FACÓ (1972) destaca que muitos proprietários, incapazes de se adaptar a essa nova realidade, enfrentaram a falência e a perda de suas terras.

Os reflexos negativos da abolição se manifestaram também na sociedade nordestina, que viu o surgimento de movimentos sociais e de resistência, como o cangaço, que se tornaram emblemáticos desse período de crise. O cangaço, liderado por figuras como Lampião, emergiu como uma resposta à opressão e à miséria, refletindo a insatisfação popular diante da desigualdade e da falta de oportunidades. Ao tratar da cena em que Volta Seca<sup>25</sup>, ainda menino, se apresenta a Lampião para lhe oferecer um franguinho e implorar autorização para ingressar no grupo, assim expõe LIMA (2020, p. 25)

Dez anos – era a idade do futuro Volta Seca – dez anos, nas caatingas, às vezes valem mais que dezesseis nas praias. Dificuldades e sofrimentos são grandes mestres da vida. Soltam até a língua precocemente, ou a fazem eMUDEcer quando preciso, e geram destemores incríveis. Cabeça baixa, entre desconfiado e altivo, o garoto magricela arriou a franguinha que mantivera na axila, e pôs a descoberto a sua tenacidade.

---

<sup>25</sup> Volta Seca foi o último dos cangaceiros de grupo de Lampião a ser libertado, depois de cumprir 20 anos de prisão; o personagem Volta Seca, de Capitães de Areia, de Jorge Amado, foi construído com base na sua vida pregressa.

Esse quadro representa os principais motivos para o empobrecimento da região, que não contava com qualquer tipo de assistência estatal, nem durante o Império nem depois de proclamada a República. É de se agregar, ainda, que o novo regime passou a cobrar impostos, agravando ainda mais o estado de penúria então reinante, sem as contrapartidas que seriam de se esperar das autoridades republicanas. Não por acaso o movimento de Canudos surgiu no contexto da política do encilhamento, crise gerada pela escassez de dinheiro e pelo aumento dos impostos no Brasil que transitava entre a monarquia e a república.

Acrescente-se a esse quadro de pobreza extrema e abandono material, o fato de que as modificações havidas com a decretação da laicidade do estado desagradaram a Igreja Católica, que não aceitava a assunção, pelo estado, da realização do casamento, do batismo e do registro da propriedade imóvel, dentre outras atividades que eram próprias dos religiosos.

Não é por outro motivo, segundo FACÓ (1972), que no sertão nordestino a pobreza leva a dois únicos caminhos possíveis: as sendas do crime, ou seja, o cangaço, e as sendas religiosas, traduzidas no fanatismo dos movimentos que seguiram os messiânicos que, como é próprio das épocas de crise, pululavam na região.

O pobre não tinha escolha: ou o crime, ou a religião. Não se trata, pois, de simples fanatismo religioso, como se essa fosse a predestinação de todo um povo. Era apenas o exercício de uma das duas opções que poderia salvar o pobre e esquecido, desprezado pelo estado, da morte por inanição. CARNEIRO (1989, p. 184) assim confirma:

O principal contingente que acorria a Juazeiro era constituído por sertanejos desesperados, sem nenhum recurso para satisfazer às mínimas necessidades. Se o padre Cícero praticava “milagres”, não se deve entender que fossem eles de origem celestial. Não. Os milagres eram a assistência que o sacerdote lhes dava, o alimento para matar a fome, o remédio para vencer a doença, o cobertor para mitigar o frio. Além disso, os conselhos que o padre dizia atuavam poderosamente naquela massa ignorante e abandonada de tudo e de todos. Havia ali os rebeldes, os enfermos, os velhos, os trabalhadores, os desocupados, os revoltados, os cangaceiros, os assaltantes, os ingênuos, os curiosos. Todos se sentiam, de algum modo, identificados com o sacerdote, que, suspenso de ordens, aparecia como vítima de perseguições eclesiásticas e que, portanto, “também era irmão no sofrimento”.

Mais especificamente ao movimento de Juazeiro, assim assevera CARNEIRO (1989, p. 184), citando José Maria Belo:

O padre Cícero não diferia muito em sua ação da exercida por Antônio Conselheiro, contra cujo arraial, em Canudos, havia combatido as forças republicanas. Ambos eram

produto do mesmo ambiente de fanatismo ingênuo, de sofrimentos recalcados, de retardamento social.

Suspensão das ordens sacerdotais, convertera-se o padre Cícero numa espécie de profeta dos sertões secos do Nordeste. As rudes populações da vasta região que se estende do *hinterland* do Piauí à Bahia, abandonadas pelo governo, entregues aos próprios instintos, reconheciam-lhe, humildemente, na autoridade. Era o “padrinho universal”: sob a sua poderosa proteção, abrigavam-se igualmente as almas simples e os cangaceiros, endurecidos no crime. À sua voz levantar-se-iam batalhões de crentes, dispostos a tudo.

Não se tratava, portanto, de uma índole bandoleira, criminosa, a dizer, como se o povo do lugar tivesse inclinações natas para o crime. De novo, era a segunda opção a seguir: ao invés de morrer de fome, lutavam pela sobrevivência, participando de bandos armados e se empregando como jagunços dos senhores de terra – estes, também em situação econômica delicada e temerosos de perder seus bens.

Estes senhores praticavam relações que FACÓ (1972) caracteriza como sendo próprias dos senhores feudais – dispensando aos trabalhadores tratamentos destinados aos semisservos, tal era o tamanho e a violência do regime de exploração vigente no campo, na ocasião.

Cerca de 80 % da população vivia na zona rural no Brasil de então, número significativo para um período de pobreza generalizada no meio sertanejo, especialmente no nordeste. Mas a situação de penúria do campesino não era exclusiva do povo nordestino. No sul do país também tais problemas se verificaram, embora com algumas outras conotações e peculiaridades.

#### ***4.3.3 Condições de vida no sul do Brasil***

No Sul do país, foi grande o afluxo de pessoas por decorrência de políticas governamentais, já a partir do Segundo Império. A Guerra do Paraguai deixou cicatrizes profundas, causando preocupação o fato de que se tratava de uma região miseravelmente povoada e, portanto, mais suscetível às invasões dos países vizinhos.

A política desenvolvida na ocasião foi a de facilitar a vinda do imigrante europeu, sobretudo alemães, italianos e pomeranos, que aqui chegavam para ocupar e lavrar as terras, que lhes eram facultadas. Era uma política oficial de povoamento, de assentamento rural, que servia, a um só tempo, para a colonização da região sul e sua ocupação para proteger fronteiras.

Eram, na maioria esmagadora, analfabetos, embora muitos com profissões definidas, como sapateiros, ferramenteiros e pequenos artesãos, por exemplo. Ao chegarem ao Brasil, encontraram uma realidade muito diferente da que lhes fora prometido: as terras a eles destinadas eram distantes dos centros mais desenvolvidos, com precaríssimas condições de

acesso e sem qualquer infraestrutura. Eram áreas de mata densa, em terrenos acidentados e montanhosos, que precisavam ser desmatadas para permitir o início de qualquer cultivo. Não havia estradas, escolas, hospitais, comércio e nem apoio técnico. Começaram praticamente do nada, apenas com a força de trabalho.

No lugar das terras férteis, encontraram solos difíceis de serem cultivados, além de muitas áreas ocupadas pelos povos originários e por posseiros, que lhes eram, evidentemente, hostis, provocando conflitos de toda ordem. Nestas condições adversas, os europeus sofreram com doenças, isolamento e trabalho exaustivo, redundando numa vida de imensa pobreza. Com as notórias dificuldades de comunicação em vista da língua local por eles desconhecida, foram vítimas de intermediários, que extorquiam os estrangeiros nas operações comerciais e outras. Eram enganados duplamente: pelas autoridades que não cumpriam as promessas e pelos intermediários

As condições climáticas na região sul eram diferentes das do nordeste; as relações dos colonos com a terra também eram diferentes das relações semifeudais encontradas no Nordeste. Mas, em comum, enfrentavam a total falta de estruturas e de apoio governamentais. Ficaram, pois, à mercê dos grandes proprietários. FACÓ (1972, p. 15) afirma que eram os escravos brancos dos senhores de terra, tamanha sujeição à qual se resignavam.

As condições de penúria e de pobreza praticamente se equivaliam, de modo que a população rural brasileira, como um todo, de norte a sul, experimentava, num lugar e no outro, situação desesperadora, de abandono, sem perspectivas de obter alteração na qualidade de vida e sem condições de verem um futuro melhor.

#### **4.4 Duas opções: fanatismo religioso ou cangaço**

Nos dois polos, sul e nordeste, imperava também a falta de educação básica para todos. No sul, especificamente, os europeus não falavam português, o que os levava a se fecharem em seus círculos restritos, agrupando-se conforme a identidade de línguas e do território de origem. As dificuldades extremas eram comuns a todos; para os do nordeste, como dito antes, restavam o crime ou o fanatismo religioso. Para os do sul, o fechamento em grupos seletivos, ao redor de um líder, pessoa de proeminência entre os seus pares; pouca ou nenhuma sociabilidade e interação havia com outros habitantes do lugar.

É nesses ambientes hostis que as pessoas são levadas para o crime ou, então, para o fanatismo, acompanhando os beatos que prometem uma vida melhor e afastada da miséria

(FACÓ, 1972, p. 13). É nos movimentos messiânicos que se renovam as esperanças de realização da vida digna.

O quadro geral de miséria gestou, entre os deserdados da terra, os diversos líderes messiânicos que se espalharam pelo Brasil. A população, imersa de todo no sonho religioso, vivia sob a preocupação doentia de outra vida, resumia o mundo na linha das serranias que a cingiam. Não cogitava de instituições garantidoras de um destino mais adequado; eram-lhes inúteis essas instituições, conforme CUNHA (2002, p. 115).

Ademais disso, no nordeste, a dita alma do matuto não era republicana, tampouco era monarquista. FACÓ (1972, p. 80) assevera que três anos antes da Proclamação da República, em 1886, “o chefe da polícia da Bahia recebe ofício do delegado da vila de Itapicuru de Cima sobre a constante presença do Conselheiro e seus adeptos em seu município, com atitudes inquietantes para as autoridades”. As andanças e pregações do Conselheiro se dão, pois, mesmo durante o Império; vale dizer, o movimento ao seu redor não se deu por contrariedades com a República.

As expressões de fé eram frutos da histeria, baseadas no fanatismo antigo, marca de uma sociedade primitiva, parada no tempo e que a República, nascida no litoral, com ela não se preocupou, dela se esqueceu porque simplesmente não a quis conhecer (PRADO, 2010). Euclides tomou para si a tarefa de descrever esta gente, pois não haveria uma República jacobina, ou liberal, ou positivista, se esta não incluísse o povo da rua.

Segundo FACÓ (1972, p. 69), Euclides viu apenas fanatismo e cangaço por conta dos seus “preconceitos e de suas falsas concepções antropológicas e geográficas”, por conta dos quais “não percebeu a essência da luta dos habitantes de Canudos, vendo unicamente o seu fundo religioso, de fanatismo”. Todavia, esse preconceito veio de ser disseminado por estudiosos que vieram na sequência, mal influenciados pela análise euclidiana.

Ainda com FACÓ (1972, p. 69), “Pandiá Calógeras repetia que Canudos fora um simples reduto de fanáticos. Fanatismo sertanejo é como se intitula um dos capítulos de sua obra Formação Histórica do Brasil”, entendimento que contrasta com o de NOGUEIRA (1974, p. 6) que, ao se referir a Antônio Conselheiro, assim escreve:

Passa a sofrer a desgraça alheia. Aos que guardam ódio e a sede de vingança em seus corações, Antônio Maciel, que tudo perdoara e tudo esquecera, com a maior sinceridade lhes desperta o espírito cristão e junto com o desgraçado recita as orações populares do Pai Nosso e Ave Maria.

Acolhe com carinho principalmente as vítimas da politicagem infrene, do fisco voraz e das arbitrariedades policiais. Quantos, para tranquilidade de espírito, enxergando as virtudes daquele homem, lhe pedem para ficar em sua companhia, trabalhando naquelas obras pias, em que se ganhava a vida de modo honesto.

Com a devida vênia, em igual equívoco incorre QUEIROZ (1965, p. 232), quando descreve a situação do povoado por ocasião da chegada do Padre Cícero Romão Batista: “um antro de ladrões de cavalos, ébrios e desordeiros”, como se essas características fossem da própria natureza do habitante local, ou seja, inatas a eles. O mesmo é de se dizer de CARNEIRO (1989, p. 196), que ignora as condições socioeconômicas dos seguidores do Monge José Maria, no episódio do Contestado, ao afirmar:

O misticismo sertanejo – transformado em fanatismo – aliou-se, desta vez no sul, ao banditismo, e ambos foram explorados politicamente para a eclosão dos graves acontecimentos desenrolados na região contestada entre Paraná e Santa Catarina, a partir de 1912. Expedições punitivas foram rechaçadas, como em Canudos, com grande número de baixas entre as forças estaduais, forçando os dois Estados a solicitarem a intervenção federal.

De se observar que o referido autor, a par de desfilar loas em favor dos combatentes do exército brasileiro, sequer alude à questão fulcral da intervenção dos seguidores do beato José Maria nas escaramuças entre Santa Catarina e Paraná: defendiam eles as terras que lhes eram usurpadas pelo executivo federal para passagem da ferrovia e pouco tinham de interesse nos limites contestados entre os dois estados brasileiros.

Em relação ao sul do país, há exemplos de sobra dessas visões deturpada dos seguidores dos Muckers e do Contestado. A propósito, a Guerra do Contestado deve ser compreendida como uma reação à imposição de um modelo de desenvolvimento que desconsiderava as necessidades e os direitos das populações locais. Os seguidores de José Maria viam na luta armada uma forma de reivindicar não apenas a posse da terra, mas também a dignidade e a autonomia de suas comunidades. A ferrovia, que deveria ser um símbolo de progresso, tornou-se um estopim para um conflito que expôs as profundas desigualdades sociais e a luta por reconhecimento e direitos.

As concepções trazidas por MONIZ (1978), antes mencionadas, de marcadas influências marxistas, são combatidas por NEGRÃO (2001, p. 120), para quem referidas análises seriam peças de ficção e não propriamente fruto de análise científica:

Entre os inúmeros autores que estudaram os maiores movimentos messiânicos ocorridos no Brasil, distingue-se uma espécie de ‘vertente ficcionista’. Segundo essa vertente, os messias teriam sido líderes revolucionários das massas camponesas e suas ‘cidades santas’, comunidades socialistas precursoras do futuro das sociedades modernas. Peças antes políticas que fruto de pesquisas históricas, essas interpretações consistiram em um contraponto à ideologia oficial, que postulava serem aqueles movimentos retrógrados, antiprogressistas. Talvez tenham exercido um papel salutar,

no sentido de formular uma imagem mais positiva dos movimentos, mas passaram longe das motivações e intenções reais dos líderes e liderados das sublevações enfocadas.

Referida crítica é, de certo modo, atraente, porquanto seria mesmo rematado exagero enxergar nos movimentos messiânicos rústicos que se espalharam pelo território brasileiro objetivos revolucionários, de caráter marxista. Mas também é força concluir que os aspectos relacionados ao meio (e não só eles, é de se frisar) foram decisivos para a amplitude dos movimentos referidos, de modo que uma análise que encontre um equilíbrio entre as duas formulações dos autores ora em comento haverá de melhor e mais adequadamente resumir a polêmica.

Assim é que também as questões envolvendo a religiosidade de um povo num ambiente de crise política pode levar à eclosão e expansão dos movimentos ao redor daquele que se apresenta como sendo capaz de obter as soluções almejadas pelos seguidores

#### 4.5 O Brasil nos tempos da *Lava Jato*

Para melhor compreensão do atual estado de coisas no Brasil de 2025, é necessário voltar a alguns aspectos do cenário político, ao menos a partir do Golpe Militar de 1964. Entre as principais bandeiras para o seu sucesso estava a pregação contra o *iminente perigo* da tomada do poder pelos comunistas. Apesar da falácia, foi o suficiente para que o argumento tocasse boa parte da sociedade civil e da mídia que apoiaram a derrubada de Jango, então legítimo ocupante do Palácio do Planalto.

Com a volta dos civis ao poder, em 1985, o Brasil passou a ser governado, com alguma calmaria, pelos políticos de centro direita até 2002, ano em que Lula foi eleito para a chefia do executivo nacional. Com isso, ruídos emanaram das forças conservadoras, que passaram a se agitar, sobretudo com a reeleição do líder petista para um segundo e consecutivo mandato.

Já em 2005 ocorreram os processos do que se convencionou chamar *Escândalo do Mensalão*<sup>26</sup>. Na ocasião, lideranças petistas foram severamente condenadas pelas práticas delituosas, enquanto que os políticos do espectro centro-direita, criadores e praticantes dos mesmos atos em anos anteriores, pouco ou quase nada foram molestados.

---

<sup>26</sup> O nome deriva do fato de ter havido pagamentos mensais para que congressistas aprovassem as propostas políticas de interesse do Presidente Lula. Referida prática foi iniciada durante o Governo Eduardo Azeredo, em Minas Gerais, alguns anos antes. O operador dos negócios escusos foi o publicitário Marcos Valério, que atuou tanto em Minas Gerais como em Brasília, posteriormente.

Paralelamente aos processos do *mensalão*, tiveram início, em meados dos anos 1990, em Curitiba, apurações em face do Banco do Estado do Paraná, que se achava envolvido em remessas irregulares de divisas para o exterior, facilitadas pelas operações do doleiro Alberto Youssef. O caso foi objeto de ações judiciais na 13ª Vara Criminal da Justiça Federal de Curitiba/PR, com participação ativa de Sergio Moro na condução dos processos respectivos.

Posteriormente, em março de 2014, novas denúncias surgiram contra o mesmo Alberto Youssef, agora acusado de lavagem de dinheiro entre postos de gasolina e lava-jatos de Curitiba e a PETROBRÁS. Ao mesmo juiz Sergio Moro coube a condução destes processos, o que lhe permitiu, com o apoio decisivo dos órgãos de mídia, ampliar as investigações para todo e qualquer denúncia que envolvesse a estatal do petróleo e agentes políticos do grupo petista, em flagrante usurpação de competência de outros órgãos da Justiça Federal.

De fato e de direito, não cabia àquele juízo processar e julgar os casos relacionados com o Triplex do Guarujá, o Sítio de Atibaia e o imóvel de São Paulo, pretensamente apresentados ao Presidente Lula em troca de favores prestados a empreiteiras. E assim é porque referidos processos não estavam vinculados ao caso PETROBRÁS, de maneira que o processamento e julgamento destes casos se impunha à Justiça Federal de Brasília, como posteriormente foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal.

É com o avanço das investigações da *Operação Lava Jato* que o ex-juiz faz ataques diretos aos políticos de centro-esquerda, especialmente contra o Presidente Lula, elevado à condição de corrupto-mor do país. De nada adiantaram o bom desempenho da economia e a plena empregabilidade entre os anos 2002 e 2012; as pregações do ex-magistrado ecoaram rapidamente pelas ruas, criando (artificialmente) uma crise baseada na hipotética imoralidade administrativa que teria como foco o grupo ao redor de Lula.

Resultado deste estado de coisas foi, dentre outros, a deposição da Presidenta Dilma Rousseff, em 2016, em evidente equívoco do então Ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, que não poderia, constitucionalmente, decretar o *impeachment* de Dilma e ao mesmo tempo manter o seu vice, Michel Temer, no exercício do poder executivo, eis que ambos praticaram os mesmos atos a ela imputados.

Com a crise de poder criada por Moro e propositalmente reverberada pelos órgãos de imprensa, criou-se o vazio político através do qual aflorou o representante máximo da extrema direita, Jair Bolsonaro. Ambos, Moro e Bolsonaro, demonstravam altas ambições no cenário nacional, o que acabou se concretizando, ao menos em parte: o segundo foi eleito Presidente da República e o primeiro, na imediata sequência, exonerou-se do Judiciário para assumir o

Ministério da Justiça e da Segurança Pública, sem esconder a pretensão de suceder Bolsonaro na Chefia do Executivo nacional.

Ao fim e ao cabo, o prejuízo foi experimentado pelo Presidente Lula, que foi injustamente encarcerado, em abril de 2018, e pela própria nação, que assiste aos ataques ao estado democrático de direito e às instituições públicas como fruto do que foi plantado em Curitiba.

#### **4.6 Criminalidade, violência e colapso dos movimentos messiânicos**

O encontro entre fanatismo religioso, condições sócioeconômicas degradadas e criminalidade desemboca, inexoravelmente, em atos de violência que culminam com o colapso do messias ou do movimento por ele liderado, quando não colapsam ambos ao mesmo tempo.

O movimento da Cidade do Paraíso Terrestre foi iniciado por desertores das milícias públicas. Hierarquicamente organizado, era um contingente de cerca de 150 homens, com treinamento militar, de modo que foram vistos como potenciais ameaças à ordem monárquica. Trata-se de movimento reconhecido como de caráter beligerante, conforme QUEIROZ (1965).

Preocupado com a possibilidade de insurgência, foi autorizada uma campanha militar para investigação e repressão. Tropas foram enviadas à Serra do Rodeador e de pouco valeu a resistência local: para mais de 50 pessoas foram assassinadas, além de dezenas de outras presas, representando o colapso do movimento e da própria liderança, provocado de fora para dentro.

No movimento do Reino Encantado, João Antônio dos Santos afirmava que o reino só desencantaria após episódios de sangue, pelo sacrifício de pessoas. Expulso João Antônio do lugar, a liderança foi assumida pelo seu cunhado, João Ferreira, que retomou a mesma pregação anterior. O resultado foi catastrófico: os seguidores perpetraram sacrifícios entre seus próprios pares, resultando em dezenas de mortes, entre homens e mulheres idosos, jovens e crianças, incluindo a do próprio João Ferreira, por atos de dentro do grupo. Um terceiro, Pedro Antonio, liderou o que restava do movimento, que, de sua vez, foi morto pela polícia. O sobrevivente, líder inicial João Antônio dos Santos, foi posteriormente preso em Minas Gerais e assassinado pela guarda enquanto era reconduzido para seu estado de origem.

O Padre Cícero Romão também esteve diretamente envolvido em atos de violência e sangue. O ápice dos ataques está relacionado com a Sedição de Juazeiro, ocorrida entre 1913 e 1914. Trata-se de um conflito armado em que as tropas fiéis ao Padre Cícero lutaram contra as do governador do Ceará, Franco Rabelo, que acabou deposto do cargo pelo Presidente Hermes

da Fonseca. Foi um evento sangrento, de dentro para fora do movimento, com grande impacto no cenário político da época.

Interessante, no caso, é observar que os acontecimentos de sangue não significaram, nesse caso, o colapso do líder e muito menos do seu movimento. Padre Cícero morreria 20 anos depois, deixando uma extensa legião de seguidores, como a dizer que o movimento, agora pacífico e eminentemente religioso, permanece vivo e atuante.

A violência de fora para dentro foi a que se verificou com os ataques perpetrados pelos militares brasileiros ao movimento de Canudos. Foram esses ataques que decretaram o fim sangrento do próprio Conselheiro e dos seus seguidores, vitimados pelas quatro expedições enviadas pelo exército brasileiro ao sertão baiano. Não sobrou sequer um barraco em pé, com destruição total e completa do arraial.

Na Guerra do Contestado a violência ocorreu de dentro para fora do movimento e, depois, de fora para dentro. Os seguidores do monge José Maria foram severamente punidos pelas forças militares quando iniciaram os conflitos armados pela posse da terra. A repressão militar foi devastadora, aniquilando por completo o movimento e suas lideranças. Vítimas de artilharia pesada, incluindo canhões, todos foram mortos, sem distinção de idade e de gênero, incluindo aqueles que apenas se mostravam simpáticos aos monges.

Também foi a violência da repressão das forças públicas que dizimou os Muckers, no Rio Grande do Sul. O caráter messiânico do movimento causou uma série de incômodos nas populações vizinhas, gerando conflitos tanto com outros colonos quanto com autoridades religiosas e civis, sendo reprimido pelas autoridades locais. Como resultado, perseguições e mortes em série; em 1894, após uma série de confrontos, o movimento foi desmantelado por completo.

É de se recordar que entre os Muckers também foram registrados atos de violência, internamente: antes do ataque externo aniquilador, alguns adeptos demonstraram intenções de se desligar do movimento e foram perseguidos pelas lideranças; “durante três dias, homens, mulheres, velhos e crianças, sem excetuar as de peito, foram assassinadas, toda espécie de ataques foram efetuados, a colônia viveu em estado de pavor” (QUEIROZ, 1965, p. 229).

#### ***4.6.1 Violência e ódio na esteira da Lava Jato***

A partir do sucesso da *Operação Lava Jato*, o Brasil passou a experimentar uma série de atos de violência, primeiramente por parte de pequenos grupos políticos e, depois, mais

recentemente, por parte de grupos da extrema direita que insistem em atividades golpistas. O Movimento Livre, por exemplo, ganhou corpo em 2013; o que era originalmente um grupo que pedia passe livre nos transportes públicos acabou descambiando para a violência patrimonial, nas principais capitais. Mais adiante, em 2014, as manifestações violentas de rua passam a mirar a Copa do Mundo, em protesto contra a sua realização. O mesmo aconteceu nas proximidades das Olimpíadas do Rio/2016, sempre com atos de depredações e vandalismo, mirando bens públicos e privados, mais uma vez.

Não por coincidência, em 2014 a agremiação petista iniciava a quarta gestão seguida na Presidência da República; derrotado nas urnas, Aécio Neves, candidato da direita, publicamente afirmava que Dilma Rousseff não governaria – e a história mostraria que ele tinha razão, na medida em que, em 2016, a Presidenta foi apeada do poder, conforme explicitado antes.

A conjugação destes fatores ocorreu juntamente em paralelo aos trabalhos da *Operação Lava Jato*. Impulsionadas pela mídia, as atitudes de Moro e suas declarações antipetistas foram para as ruas; a partir de então, todas as mazelas do país eram carregadas para o Presidente Lula, já nessas alturas elevado à condição de símbolo da roubalheira e da corrupção.

O próprio Supremo Tribunal Federal e seus ministros passaram a ser alvos de ameaças; na noite de 13 de junho de 2020, apoiadores do então Presidente Bolsonaro lançaram foguetes sobre a sua sede<sup>27</sup>, num claro recado sobre o que ainda viria. E, de fato, em 8 de janeiro de 2023, como ponto culminante das agressividades expandidas a partir da conduta de Sergio Moro, ocorreu a invasão, por bolsonaristas, da Praça dos Três Poderes, em Brasília, ocasião em que os prédios do Executivo, Legislativo e Judiciário foram parcialmente destruídos

Em síntese, é evidente que o espaço aberto pelo ex-juiz de Curitiba foi decisivo para a canalização dos projetos da extrema direita brasileira que, enfim, se viu novamente no comando do país. A afirmativa se sustenta porque, para o povo menos informado e de raciocínio mais imediatista, as denúncias feitas por um juiz soavam como inquestionáveis; a crença era a de que jamais um juiz falsearia os fatos dentro de um processo judicial. Mais ainda, era a primeira vez que um juiz tinha, nos jargões populares, a coragem de acusar e prender um ex-Presidente da República. As falas e as atitudes de Moro eram como lei e, pois, merecedoras de todos os créditos.

---

<sup>27</sup> <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/14/grupo-de-apoiadores-de-bolsonaro-lanca-fogos-de-artificio-contr-o-predio-do-stf.gh.html>. Acesso em: 13 ago. 2025.

Imagem 11: Fotografia do ataque da extrema direita, em Brasília, em 08 de janeiro de 2023.



Fonte: <https://oglobo.globo.com/opi-iao/pablo-ortellado/coluna/2024/05/o-carater-golpista-do-8-de-janeiro.ghml>.

Quando confrontado com a hipótese de deixar o Judiciário para ingressar na política, Moro era enfático na negativa: “Jamais. Jamais. Sou um homem da justiça e, sem querer criticar, não sou um homem da política”, conforme afirmou em entrevista ao Jornal *O Estado de São Paulo*, em novembro de 2016<sup>28</sup>. A aparência de seriedade foi contagiante, abrindo espaço para a chegada da extrema direita ao poder justamente no vazio que se obteve com a demonização da esquerda.

Conforme já afirmado alhures, Moro, posteriormente, não foi ministro por causa de Bolsonaro; pelo contrário, Bolsonaro é que foi eleito por conta de Moro<sup>29</sup>, reforçando a ideia de que os traços messiânicos presentes na sua atuação como magistrado arrebanharam multidões capazes de eleger um Presidente da República. Justamente esses traços messiânicos é que serão demonstrados no capítulo em sequência.

## 5. UM MESSIAS TOGADO?

*O diabo na rua, no meio do redemunho*<sup>30</sup>.

ROSA (2007, p. 27)

Este último capítulo se destina a demonstrar que, das atividades de Sergio Moro nos processos judiciais em comento, ecoaram algumas das principais características do

<sup>28</sup> Estadão <https://www.estadao.com.br/Politica>. Acesso em: 13 ago. 2025.

<sup>29</sup> <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-ovo-da-serpente-sergio-moro-stf/>. Acesso em: 13 ago. 2025.

<sup>30</sup> Na folha de rosto da obra referenciada, aparece a grafia redemoinho, diferente da grafia no corpo do texto; igualmente é o que ocorre com a edição da José Olympio Editora, RJ, 1980: na p. 11, redemunho, na folha de rosto, redemoinho

messianismo<sup>31</sup>. Ver-se-á que o ex-juiz atuou, se não como um autêntico messias, ao menos o fez de modo a que ecoassem de seus atos os elementos próprios dos tradicionais messias.

Assim é que serão alinhavados os pontos de contato entre as atitudes de Moro e as dos líderes messiânicos acima estudados para a consecução da tese. Em tópicos, será visto que engendrou uma crise capaz de formar um movimento de massas; propagou intensamente a sua condição de único ser capaz de eliminar os fatores da crise por ele criada; aproveitou-se das manifestações religiosas havidas dentro e fora da *Operação Lava Jato* para conseguir seus intentos; afastado dos holofotes, cedeu seu papel de líder do movimento para Bolsonaro que, de seu turno, levou seus seguidores aos atos extremos de vandalismo que se verificaram em Brasília, no 8 de janeiro de 2023.

Adverte-se, antes de se enfrentar os temas, que as crises ensejadoras do messianismo, a conformação do movimento, a ascensão do líder messiânico, bem como a derrocada do líder e do movimento vão se dando por episódios e eventos que se entrelaçam e se justapõem, de modo que não podem ser compreendidos uns sem se atentar para os outros. Assim ocorre com o messianismo clássico e, mais ainda, com os episódios estudados nesta tese.

### 5.1 A crise engendrada por Sergio Moro

Preliminarmente, é imperioso reconhecer que, durante o período das investigações da *Lava Jato*, havia, sim, corrupção nos órgãos da administração pública, conforme cabalmente comprovam as devoluções de quantias polpudas ao erário, feitas por pessoas físicas e jurídicas, de notório conhecimento. Entretanto, o que se destaca também é que a corrupção é historicamente praticada no Brasil, desde que por aqui aportaram os colonizadores portugueses, e assim permanece até os dias de hoje, por mais lamentável que seja.

Não é um vício único e exclusivo deste ou daquele político em particular, nem da corrente política esta ou aquela, como sugerido por Moro. O tema ganhou mais notoriedade com a redemocratização do país, quando José Sarney assumiu a chefia do executivo federal. Com os novos ares, foi possível discutir o tema mais abertamente; assim ocorreu com as graves denúncias e apurações relacionadas com o Governo Collor e, depois, no primeiro mandato do Presidente Lula, nos processos do *mensalão*.

---

<sup>31</sup> É mais comum a presença de messias não institucionalizados; todavia, o contrário também ocorre, com a presença de messias que se formam e atuam de dentro de instituições.

É lastimável a derrocada da *Operação Lava Jato* pela perda de tempo e pelo desgaste da máquina judiciária sem que os fatos lesivos pudessem ser, de fato e de direito, retirados da vida pública nacional. Reputações foram manchadas de modo indelével, vidas pessoais e familiares foram objeto de transtornos incomensuráveis, como é o caso do próprio Presidente Lula e de João Vaccari Neto, cujas condenações vierem a ser anuladas por decisão do Supremo Tribunal Federal.

O panorama político do país mudou com a instalação do ódio nas relações sociais, sobretudo com o advento da extrema direita e de tudo o que de pernicioso ela representa, sem que o seu objetivo maior fosse alcançado. E não por outro motivo a não ser pela inconstitucional condução dos processos respectivos.

Fato é que a *Operação Lava Jato* representou o maior conjunto de investigações sobre corrupção e lavagem de dinheiro da história do Brasil. Apesar de sua relevância para expor práticas ilícitas no âmbito empresarial e político, a condução de Sergio Moro extrapolou as barreiras constitucionalmente estabelecidas para o exercício da função judicante, de modo a provocar uma grave crise institucional justamente quando o país atravessava um período de estabilidade democrática e econômica.

No tempo imediatamente antes da deflagração dos trabalhos respectivos, o país apresentava indicadores positivos; vinha de um ciclo de crescimento econômico<sup>32</sup> sustentado pela diversificação do comércio exterior e por políticas efetivas de distribuição de renda através de programas sociais, o que redundava em índices de empregabilidade historicamente elevados e exclusão do país do Mapa da Fome em 2014<sup>33</sup>. Além disso, as instituições democráticas funcionavam com normalidade, sob um ambiente de respeito à Constituição Federal vigente, com eleições periódicas e de acatamento aos resultados das urnas, imprensa livre e um Judiciário que gozava de autonomia. Esse cenário favorecia uma imagem de consolidação democrática perante a comunidade internacional, sem maiores indícios de que crises graves ocorreriam.

No entanto, Sergio Moro fez com que a referida operação adquirisse contornos midiáticos inéditos no país; ao invés de manter a discrição própria que se exige da magistratura, o ex-juiz adotou práticas que amplificavam a repercussão dos processos e depreciavam a honra de figuras de relevo da política nacional. Exemplificando, promoveu a condução coercitiva do

---

<sup>32</sup> O crescimento do PIB cresceu 4% em 2006, 6,1% em 2007 e 5,2% em 2008, conforme <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/11/brasil-revisa-para-cima-crescimento-do-pib-de-2008-para-52.html>. Acesso em 20 ago. 2025

<sup>33</sup> <https://g1.globo.com/saude/noticia/2023/11/27/como-o-brasil-saiu-do-mapa-da-fome-em-2014-mas-voltou-a-ter-indices-elevados-de-miseria.ghml>. Acesso em 20 ago. 2025.

Presidente Lula, em ação amplamente televisionada, propiciou o vazamento seletivo de delações premiadas e de material colhido em interceptações telefônicas em momentos estrategicamente estabelecidos e manteve uma relação simbiótica com os órgãos de mídia, em uma estratégia de manipulação da opinião pública.

Especificamente em relação à condução coercitiva do Presidente Lula, ocorrida em 4 de março de 2016, sob forte aparato policial, diversos juristas de relevo, como Lenio Streck<sup>34</sup> e Cristiano Zanin, criticaram a medida, dando-a como autoritária e em afronta à Constituição Federal. Sobre o tema, o Supremo Tribunal Federal, em decisão de junho de 2018<sup>35</sup>, declarou inconstitucional o instituto da condução coercitiva, ao argumento de que tal não foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988, por ferir o princípio da presunção de inocência.

Dos votos proferidos na ocasião, destacam-se trechos da lavra do então Ministro Ricardo Lewandowski, hoje aposentado:

O ministro Ricardo Lewandowski também acompanhou a corrente majoritária, e afirmou que se voltar contra conduções coercitivas nada tem a ver com a proteção de acusados ricos nem com a tentativa de dificultar o combate à corrupção. “Por mais que se possa ceder ao clamor público, os operadores do direito, sobretudo os magistrados, devem evitar a adoção de atos que viraram rotina nos dias atuais, tais como o telejulgamento de audiências sob sigilo, as interceptações telefônicas ininterruptas, o deferimento de condução coercitiva sem que tenha havido a intimação prévia do acusado, os vazamentos de conversas sigilosas e de delações não homologadas e as prisões provisórias alongadas, dentre outras violações inadmissíveis em um estado democrático de direito”, disse..<sup>36</sup>.

Se já não fosse o bastante, tal conduta também contraria o exposto texto do artigo 5º, inciso LXIII, da Constituição Federal (BRASIL, 1988), segundo o qual o preso tem direito ao silêncio, não podendo, jamais, ser instado a produzir provas contra si próprio. Resta claro o *nonsense* de se obrigar alguém a comparecer perante a autoridade para que ali lhe informem sobre o direito de ficar calado, o que leva à seguinte pergunta: por que a condução coercitiva se o réu, ou o investigado, pode ficar em silêncio?

Tais procedimentos não apenas distorceram o princípio da imparcialidade e negam a garantia dos direitos fundamentais relacionados com o devido e justo processo legal, mas também, corroeram a confiança que se depositava nos poderes constituídos, abalando a legitimidade das instituições democráticas. O Poder Executivo passou a ser visto como

<sup>34</sup> <https://www.conjur.com.br/2016-mar-04/streck-conducao-coercitiva-lula-foi-ilegal-inconstitucional/>. Acesso em 20 ago. 2025.

<sup>35</sup> <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=381510>. Acesso em 20 ago. 2025.

<sup>36</sup> <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=381510>. Acesso em 20 ago. 2025.

sinônimo de corrupção; o Poder Legislativo, por sua vez, foi associado a práticas ilícitas generalizadas, minando a credibilidade no sistema de representação política. O discurso judicial não apenas julgava indivíduos, mas condenava simbolicamente a política nacional.

Imagem 12: fotografia da condução coercitiva de Lula



Fonte: <https://jornalggm.com.br/noticia/policia-federal-foi-mal>

Fomentou-se uma narrativa antipolítica, abrindo espaço para discursos autoritários e populistas, que foram vistos como alternativas à *velha política*. A confiança da sociedade na democracia foi fragilizada pela crise de legitimidade, com impactos de longo prazo, levando os espectros direitistas e reacionários à prática de atos extremistas e violentos.

Outro tópico de destaque na conduta indevida do ex-magistrado é o que se refere ao proposital vazamento das colaborações premiadas, sem respeitar o sigilo devido. Embora a questão do sigilo das ações penais seja discutível, o fato é que a reserva de informações sobre o conteúdo dos processos nesta seara deve ser conferida quando for necessário evitar a exposição pública dos réus, sobretudo enquanto não declarada a sua culpabilidade por decisão transitada em julgado. Também é assente que a publicidade dos atos do processo não pode servir para ampliar os fatos alegados contra o réu e que ainda não foram objeto de apreciação final; desse modo se evita que fatos ainda não comprovados sejam amplamente divulgados apenas para depreciar a imagem desta ou daquela pessoa.

Nos casos da *Operação Lava Jato*, o ex-juiz disponibilizava peças do processo para a imprensa na sexta-feira, quando eram fechadas as edições das revistas semanais que circulariam no fim de semana. A repetição deste fato provocava a expectativa da comunidade leitora sobre a denúncia da vez, em desrespeito à intimidade dos indiciados.

A exposição promovida por Sergio Moro foi excessiva e deliberada. Segundo matéria jornalística publicada pela Empresa Brasileira de Notícias:

Durante os quase sete anos de *Operação Lava Jato*, os noticiários veicularam informações vazadas, documentos sigilosos e delações premiadas, que eram tratadas como provas de crimes. Para especialistas, a imprensa se omitiu ao não jogar um olhar crítico sobre os fatos.

Na avaliação de Ana Mielke, coordenadora executiva do Intervozes - coletivo de Comunicação Social – a imprensa agiu como porta-voz da *Operação Lava Jato*, de forma tendenciosa.

Segundo o professor de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, Rogério Christofoletti, a imprensa brasileira tratou a *Lava Jato* como um espetáculo, e sem olhar crítico. Para ele, o noticiário acabou interferindo na condução das investigações e nos resultados.

Também na avaliação do professor de Criminologia e Direito Penal da Universidade de São Paulo, Maurício Dieter, a cobertura midiática interferiu na operação. Segundo ele, “não haveria *Lava Jato* sem a colaboração da imprensa”.

Na avaliação atual do ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, o saldo da operação foi “negativo”. Ele acredita que as instituições “falharam muito” e que o apoio midiático sobre os casos acabou inibindo até mesmo ações da suprema corte<sup>37</sup>.

Paradigmático foi o episódio da indevida divulgação da escuta telefônica envolvendo Lula e Dilma Rousseff, em março de 2016. Na ocasião, o ex-Presidente não estava indiciado, enquanto que a ex-Presidenta, que tinha foro privilegiado e só poderia ser processada perante o Supremo Tribunal Federal, nunca o fora, nem antes e nem depois. Apesar disso as conversas entre essas duas pessoas foram vazadas para a imprensa, em flagrante violação ao direito de imagem respectivo.

VECHI (2019, p. 164) assim trata do assunto:

O magistrado em sua posição midiática de um ativismo punitivo edificou a posição de um grande defensor da moral pública contra a corrupção. Os bens simbólicos dessa posição legitimaram a deformação do campo político e a mancha na visibilidade dos agentes políticos ligados ao evento. O Judiciário serviu a mídia tal qual essa amplificou o fenômeno para o Judiciário. A ex-presidente Dilma Rousseff, transformada em corrupta sem qualquer relação com o crime de corrupção, faz com que a saída de acordo com o populismo punitivo seja a prisão e punição. Cada nova criminalização é uma aproximação do perito autoritário para toda população.

A pena para os agentes políticos já está dada e os respectivos já foram sentenciados à execração pública a partir da divulgação de tais conversas sem o devido cuidado com as provas de uma investigação criminal. A violação dos direitos e princípios constitucionais não são suficientes para frear a ânsia punitiva. Mesmo após ser

<sup>37</sup> <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2024-03/especialistas-dizem-que-cobertura-jornalistica-interferiu-na-lava-jato>. Acesso em 20 ago. 2025.

considerada ilegal a exposição de tais conversas, as consequentes estigmatizações jamais serão recuperadas.

Conforme as investigações avançavam, mais pessoas entravam no rol de indiciados; e, consequência, mais as notícias se espalhavam, alavancando o nome de Sergio Moro nos cenários nacional e internacional. Consagrou-se o ex-magistrado por meio das divulgações espetaculares que fazia sobre as decisões praticadas nos processos, ajudado por aqueles que seguiam os seus passos, tais como Deltan Dallagnol, Marcelo Bretas e Gabriela Hardt.

Imagem 13: capa da revista veja de 16 mar. 2016



Fonte: <https://veja.abril.com.br/coluna/felipe-moura-brasil/o-desespero-da-jararaca/>

A prática do *Lawfare* – guerra por meio do processo judicial para destruição do inimigo – estava exposta. Ali “o Direito deixava de ser uma instância de resolução pacífica de controvérsias para se metamorfosear, perversamente, em uma arma do Estado para abater os inimigos de turno” (ZANIN, 2020, p. 21). O mesmo autor em questão (2020, p. 21) aponta que o Papa Francisco abordou o tema, em junho de 2019, na Cúpula Pan-americana de Juízes sobre Direitos Sociais e Doutrina Franciscana para manifestar preocupação

relativamente a uma nova forma de intervenção exógena nas arenas políticas dos países através da utilização abusiva de procedimentos legais e tipificações judiciais. O *lawfare*, além de colocar em sério risco a democracia dos países, é geralmente usado para minar processos políticos emergentes e tende a violar sistematicamente os direitos sociais. A fim de garantir a qualidade institucional dos Estados, é essencial detectar e neutralizar esse tipo de práticas que resultam de uma atividade judicial imprópria combinada com operações multimidiáticas paralelas.

Ainda sobre o tema, BOLDT (2020, p. 1218) assim assevera:

Essa perspectiva sinaliza para a atual transformação na legitimação do direito e do processo penal. Contra o “inimigo” as regras do jogo podem ser violadas, pouco importando os riscos dessa estratégia para a democracia. Assim, o processo penal, que no Brasil nunca foi acusatório, transformou-se em mero instrumento de condução política. De forma mais geral, as distorções oriundas de maxiprocessos como a *Lava Jato* tem produzido não apenas o desmantelamento do sistema de direitos e garantias fundamentais, mas a cristalização dos valores pragmáticos da segurança e da eficiência.

A referida prática tem como característica básica o uso enviesado dos processos judiciais, seja pela repetição demasiada de ações temerárias contra uma determinada pessoa, seja pela utilização distorcida do arcabouço jurídico-processual estipulado no ordenamento jurídico. Exemplo do primeiro caso é o que ocorreu com a jornalista Elvira Lobato, do Grupo Folha de São Paulo, que, no ano de 2007, sofreu centenas de processos ajuizados em diversas comarcas das diversas regiões do país, por membros da Igreja Universal do Reino de Deus e sob orientação desta. Nas ações, o pedido (condenação em danos morais) e causa de pedir (pretensas ofensas morais) se repetiam em todas elas. O fato causou à jornalista significativas despesas, com deslocamentos para pontos distantes do território nacional e pagamento de honorários advocatícios – e tudo isso como represália pelas reportagens contrárias ao interesse daquela igreja, que foram publicadas na Folha de São Paulo<sup>38</sup>.

Enfim, criada artificialmente a crise e insuflada a comoção popular, a formação do movimento social de apoio público às atividades de Sergio Moro deu-se quase que naturalmente, conforme a seguir.

## 5.2 A formação do movimento de apoio a Moro e à *Lava Jato*

De acordo com PRADO JÚNIOR (2019, p. 64):

O herói juiz Moro é aquele que parte da sociedade sempre pediu: alguém capaz de aniquilar o inimigo comum (na ótica de seus partidários) e mostrar aos outros supostos inimigos que a partir daquele momento na sociedade estaria sendo reestabelecida certa ordem. E essa ordem é aquilo que parte da sociedade entende como o melhor para que ela mesma consiga respirar, viver e o herói deve pelejar por isso. Moro vai ao encontro dos anseios da população e principalmente ao que a imprensa o incumbiu: salvar a direita que recém saíra do armário (SOUZA, 2016)

<sup>38</sup> <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/mpf-processa-igreja-universal-por-assedio-judicial-contrajornalista/>. Acesso em 21 ago. 2025.

Faz sentido a assertiva, na medida em Moro entendeu o pensamento médio de parcela do brasileiro, de índole conservadora e retrógrada, que atendeu aos apelos em prol do apoio à operação. Em manifestações públicas, entrevistas e até mesmo em documentos oficiais, o ex-juiz destacava que era necessário a população permanecer mobilizada para o êxito da *Lava Jato*. Tal posicionamento era uma forma de conclamar os cidadãos a atuar como guardiões de suas decisões, o que representava uma extrapolação de seu papel institucional.

Durante os momentos mais críticos da operação, como na divulgação das escutas telefônicas de Lula, Moro sustentava que a transparência e o apoio social eram indispensáveis para que a Justiça não fosse intimidada pelos poderosos. A mídia tradicional repercutiu intensamente suas falas, estimulando manifestações de rua em favor da operação e do juiz.

Conforme LIMA (2018, p. 27):

O texto jornalístico é pensado para atender a esse leitor que busca algo além da notícia cotidiana, do furo jornalístico. Entre o lido e o escrito há uma identificação com o leitor, ou seja, a conquista de seu coração e sua mente. Textos e imagens conquistam a simpatia ou a antipatia do leitor. Para criar essa identificação as revistas se utilizam de muitas estratégias, como imagens, cores, diagramações e maneiras como essas marcas linguísticas vão auxiliar na construção de um discurso atual das revistas semanais (CRESTANI NETO, 2014). Nestes termos a mídia pode e deve ser pensada como uma esfera de representação. Não apenas a representação de sujeitos como também de ethos discursivo: imagem de si (MAINGUENEAU, 2008). O ethos discursivo é parte constitutiva da enunciação. Compreendemos ainda que o “jornalismo, ao (re)produzir imagens visuais e mentais, produz discursos, ou seja, interdiscurso, pois está em constante relação com outros discursos, de diversas formações discursivas” (BERTASSO, 2015, p. 106). Podemos inferir que o jornalismo constrói sentidos sobre a realidade a partir dos discursos que emitem e as capas das revistas são o primeiro contato com o público leitor.

Arelado à questão está o tema do processo de mediação, assim abordado por SILVA e SIMÕES (2020, n.p.):

Outro elemento importante do contexto contemporâneo que deve ser pensado em articulação a essa busca da visibilidade se refere à mídia e aos processos de mediação. Essa é apontada por Driessens (2012) como uma das forças modeladoras do fenômeno da celebração. Outras duas forças destacadas pelo autor são a personalização, já que há uma ênfase no indivíduo que se torna célebre, e a mercantilização, na medida em que elas são produzidas por indústrias que integram as sociedades capitalistas. Assim, o valor da visibilidade e da fama, a mediação, a personalização (ou o individualismo) e a mercantilização ajudam a compor o cenário contemporâneo em que as figuras célebres emergem – de diferentes maneiras

É por este prisma que diversos interesses convergiram para um ponto em comum, qual seja, o combate à corrupção que, de resto, é um tema caro a todos os que se preocupam com a

moralidade pública. O destaque midiático contribuiu para a formação do movimento político apoiando Moro e a sua caminhada. Cartazes, camisetas e slogans que circulavam nas ruas associavam sua figura à de um salvador da pátria, conferindo-lhe um capital simbólico que ultrapassava o âmbito jurídico. Tal dinâmica culminou, anos depois, na transição de Moro para a carreira política, primeiro como ministro da Justiça no Governo Jair Bolsonaro, e depois como candidato a cargos eletivos.

De acordo com suas palavras (MORO, 2004, p. 61):

Além disso, a ação judicial não pode substituir a democracia no combate à corrupção. É a opinião pública esclarecida que pode, pelos meios institucionais próprios, atacar as causas estruturais da corrupção. Ademais, a punição judicial de agentes públicos corruptos é sempre difícil, se não por outros motivos, então pela carga de prova exigida para alcançar a condenação em processo criminal. Nessa perspectiva, a opinião pública pode constituir um salutar substitutivo, tendo condições melhores de impor alguma espécie de punição a agentes públicos corruptos, condenando-os ao ostracismo.

Em outras palavras, defendia a ideia de que a exigência de provas para a condenação de um indiciado deveria ser substituída pela opinião pública, que condenaria a pessoa ao ostracismo – e, diga-se, mesmo sem provas dos atos imputados.

Seja como for, as mídias deram espaço para as falas do ex-juiz reafirmando a ideia de que uma crise de moralidade sem precedentes assolava o país. Como destacado antes, Moro fornecia informações privilegiadas para as revistas e estas reverberavam-nas, contribuindo de modo decisivo para que os apoios fossem carreados para ele e para a operação respectiva. Houve, pois, perfeita sintonia entre os atos de Moro e a exposição midiática exacerbada.

FONTES *et al.* (2016) elaboraram criterioso levantamento quantitativo acerca das divulgações de mídia relacionadas com a referida operação. Antes dos números propriamente ditos, destacaram o papel das mídias como intermediárias entre as atividades dos representantes do povo nas esferas de poder e o próprio povo, a quem devem, ao fim, prestar contas:

Como sabemos, nas sociedades contemporâneas complexas, os cidadãos são incapazes de participar de maneira ativa e contínua das ações políticas, delegando seus poderes a representantes políticos que devem tomar as decisões em seus nomes. Os desenhos institucionais dos estados modernos tentam apresentar um conjunto de regras e medidas de controle dos representantes, que precisam prestar contas ao povo e ser responsivos às suas demandas. Porém, tais mecanismos apresentam limitações e, na prática, boa parte da mediação entre a esfera política e a civil se dá através dos media, com destaque para as empresas produtoras de informação profissional (i.e., jornalismo) e para as redes sociais online.

Como o contato entre as duas esferas tende a ser reduzido ou mesmo nulo nas sociedades contemporâneas, o domínio desta esfera de visibilidade pública dá grande poder aos media (Gomes, 2004; Miguel, Birolli, 2010; Thompson, 2002). As informações consumidas pelo público não são experimentadas por ele próprio,

mas mediadas pelas empresas de comunicação que o público qualifica como credíveis, e essas empresas não dão publicidade a todos os fatos necessários para a formação da opinião individual. Em suma, importa como se dá a cobertura dos meios jornalísticos e midiáticos em relação aos atores políticos ((FONTES et al. 2016, p. 239-240).

Sobre a relevância das divulgações relacionadas com escândalos políticos, assim escrevem FONTES et al. (2016, p. 241:

Esse imenso potencial das revistas semanais coloca em destaque o jornalismo praticado por elas e a capacidade de abordar os assuntos relevantes. Ao invés de se prender ao jornalismo factual, ao qual estão atrelados os portais de notícia e os jornais diários, as revistas podem escolher temas de maneira mais segmentada e aprofundada (Tavares, 2008). As matérias que aparecem nas revistas dialogam com as edições anteriores, com todos os acontecimentos da semana que passou e com os eventos futuros (Schwaab, Tavares, 2009). **No caso de escândalos políticos, há evidências de que as revistas semanais podem ser o seu epicentro, tanto iniciando-os (desvelando malfeitos da elite política ou empresarial) quanto alimentando-os, vulgo, mantendo-os na esfera de visibilidade pública e, conseqüentemente, na discussão pública** (Chaia e Teixeira, 2001; Prior, Guazani e Araújo, 2015). (grifos nossos).

Os referidos pesquisadores escolheram como fonte as matérias de capa das revistas *Veja*, *Época*, *IstoÉ*, por serem as mais vendidas no país, e da *Carta Capital*, embora esta tenha menor penetração entre os leitores. Juntas, as quatro editavam, à época dos levantamentos, 1 milhão e 700 mil revistas por semana (FONTES, et al., 2016), números significativos para a formação da opinião pública brasileira. Os pesquisadores limitaram os levantamentos entre abril de 2014 e setembro de 2015, quando encontraram 17 matérias na *Carta Capital*, 18 na *Época*, 15 na *IstoÉ* e 32 na *Veja*.

Em princípio, de certo modo se justifica o elevado número de publicações por se tratar de tema candente e de notório interesse público. Todavia, o dado relevante que a pesquisa mostra se refere à falta de fontes fidedignas para as revistas embasarem as matérias:

Chama a atenção, de início, o número significativo de matérias de Carta, Época e Veja que não utilizaram nenhuma fonte ao longo do texto. A que mais se destaca é Época, que teve quase metade das matérias sem nenhuma declaração de personagem, autoridade ou especialista. A ausência de discursos que não sejam o do jornalista contraria o que se espera de um texto noticioso. Desta forma, a única revista que atendeu ao esperado foi IstoÉ, com apenas uma matéria sem fontes. ((FONTES et al., 2016, p. 252)

A questão ganha outra e maior dimensão quando se verifica a abertura ilimitada dos meios de comunicação fora do tradicional ambiente das revistas, jornais impressos e programas de rádio e televisão; com o fenômeno das redes sociais, toda e qualquer pessoa, com ou sem formação acadêmica ou científica, passa a ter ampla liberdade de divulgar informações enviesadas, sem qualquer tipo de regulação, seja por desconhecimento ou por maldade.

A propósito do tema, assim se posiciona CELENTE (2024, n. p.)

A transformação causada pela descentralização do poder da comunicação em massa, outrora fortemente concentrado nas mídias tradicionais como rádio, televisão e mídias impressas, a qual vem sendo transferida para a predominância das mídias digitais, tais quais as redes sociais e os portais de notícias online, às quais não possuem leis de regulamentação específica, simultaneamente à ascensão da ideologia da extrema direita global, são fatores que favoreceram a manipulação em massa da opinião pública em torno de temas políticos em proporção global, fomentada pela desinformação e pelo discurso de ódio. A produção abundante de conteúdo manipulador provocou os usuários a se posicionarem e se manifestarem politicamente nas redes, ampliando potencialmente a polarização política. A participação política foi alimentada pela ideologia política do chamado Tradicionalismo, voltado para impor uma agenda de destruição para buscar a construção de um novo modelo de sociedade, com ideologias que incluem características novas, e também outras mais antigas, tais como o fascismo e o nazismo.

O uso indiscriminado das redes sociais potencializa a divulgação de notícias falsas ou, deturpadas, causando prejuízos irreparáveis à reputação de pessoas e de entidades em geral. A regulação das redes sociais praticamente inexistente; o delicado tema encontra obstáculos no Congresso Nacional. As *Big Techs* americanas, como Google e Meta, dominam os mercados globais, com constantes inovações tecnológicas causadoras de impactos significativos na economia, na sociedade e no cotidiano das pessoas e dos próprios países, em escala mundial. Oferecem serviços específicos, como *internet*, computação em nuvem e redes sociais e inteligência artificial de uso indiscriminado, permitindo divulgações de informações as mais variadas e disparatadas possíveis, capazes de (de)formar a opinião pública, inclusive com a propagação de mensagens de ódio e de violência.

Voltando aos noticiosos das grandes mídias, em 13 de março de 2016, a revista *Época* noticiou a presença de artistas globais em manifestações de rua, contra a corrupção<sup>39</sup>. Dias depois, em 31 julho de 2016, o jornal paranaense *Gazeta do Povo* noticiou a ida, que se previa para os dias seguintes, de atores globais para Curitiba, onde manifestariam apoio a Sergio Moro e suas medidas contra a corrupção. Na sequência, o site G1<sup>40</sup>, da rede Globo, assim confirmou o referido evento, em 8 de agosto de 2016:

Um ato de apoio ao juiz Sergio Moro, responsável pelos processos da *Operação Lava Jato* na primeira instância, ocorreu na tarde desta segunda-feira (8) em frente à Justiça Federal de Curitiba. Artistas estavam entre os manifestantes. As atrizes Susana Vieira e Luana Piovani, o ator Victor Fasano e o cantor Fagner, que já escreveu uma música em homenagem a Moro, participaram do ato.

<sup>39</sup> <https://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/bruno-astuto/noticia/2016/03/artistas-participam-dos-protestos-contracorrupcao.html>. Acesso em 21 ago. 2025.

<sup>40</sup> <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/08/artistas-e-manifestantes-fazem-ato-favor-do-juiz-sergio-moro-em-curitiba.html>. Acesso em 21 ago. 2025.

"Nós estamos defendendo ele [Sergio Moro]. Então, meu amor, se ninguém sabe, nós estamos defendendo a integridade dele. A nossa cara tá junto do Moro. Eu acho que é isso. E a nossa grande preocupação é que as coisas *MUDEm*", disse Susana Vieira. (SIC)

Caetano Veloso recebeu Deltan Dallagnol em sua casa, em agosto de 2017, para tratar de assuntos ligados ao combate à corrupção<sup>41</sup>; na mesma época, o cantor e compositor também posou para fotografias em atos de rua, ao lado do ex-juiz Marcelo Bretas<sup>42</sup>, manifestando-lhe apoio. É importante, por justiça, esclarecer que Caetano, posteriormente, reconheceu os equívocos em que incorrera e se desligou dos apoios à referida operação.

Fato é que estas manifestações vieram na esteira das primeiras então realizadas pelo Movimento Passe Livre, no início de 2012; essas manifestações engrossaram, depois, as do Não Vai Ter Copa que, de seu turno, engrossaram as manifestações de rua em apoio ao ex-juiz e à *Operação Lava Jato*, num efeito cascata avassalador, culminando com o apoio a Bolsonaro.

O movimento Não Vai Ter Copa, que começou de forma discreta, aos poucos ganhou destaque nos órgãos de mídia, inclusive na internacional, do que é exemplo a manchete do jornal eletrônico *El País*, da Espanha, que perguntava, em 27 de janeiro de 2014, por que o Brasil estava contra a copa. Na mesma reportagem, destacou a violência do movimento, tanto por parte dos manifestantes quanto por parte das forças policiais<sup>43</sup>.

Sobre a simbiose entre as manifestações do Passe Livre e do Não Vai Ter Copa, é de se ver que:

No dia 10 de dezembro do ano passado, Dia Internacional dos Direitos Humanos, foi lançado um manifesto do movimento com o título "Se não tiver direitos, não vai ter Copa". "(...) Junho de 2013 foi só o começo! As pessoas, os movimentos e os coletivos indignados que querem transformar a realidade afirmam através das diversas lutas que sem a consolidação dos direitos sociais (saúde, educação, moradia, transporte e tantos outros) não há possibilidade do povo brasileiro admitir megaeventos como a Copa do Mundo ou as Olimpíadas. Isso significa que as palavras de ordem no combate a esses governos que só servem às empresas e ao lucro devem ser: 'Se não tiver direitos, não vai ter Copa!'", dizia um trecho do manifesto. E seguia adiante: "Nossa proposta é barrar a Copa! Mostrar nacionalmente e internacionalmente que o poder popular não quer a Copa!". Depois, o manifesto se referia às manifestações contra o aumento da tarifa de transportes que detonaram a onda de protestos em junho: "Os dirigentes políticos disseram que era impossível atender a pauta das manifestações pela revogação do aumento, entretanto o poder popular nas ruas nos mostrou que realidades impossíveis podem ser transformadas, reivindicadas e conquistadas pelo povo. E mesmo assim dirão: 'mas isso é impossível!' Então nós diremos: 'o impossível acontece!'". Cinco movimentos assinam o manifesto. O mais conhecido deles talvez seja o Movimento Passe Livre (MPL), um dos principais catalisadores dos protestos políticos em junho com a pauta do modelo de transporte público. Os outros são o

<sup>41</sup> <https://oglobo.globo.com/politica/o-dia-em-que-caetano-veloso-recebeu-em-casa-procurador-do-powerpoint-21838699>. Acesso em 21 ago. 2025.

<sup>42</sup> <https://oglobo.globo.com/politica/no-ato-com-caetano-artistas-juizes-em-apoio-bretas-ninguem-assume-um-ato-mal-colocada-21747368>. Acesso em 26 ago. 2025.

<sup>43</sup> [https://brasil.elpais.com/brasil/2014/01/28/opinion/1390865170\\_116679.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/01/28/opinion/1390865170_116679.html). Acesso em 26 ago. 2025.

Fórum Popular de Saúde do Estado de São Paulo, articulação que reúne diversos coletivos em defesa das melhorias na saúde pública; o Coletivo Autônomo dos Trabalhadores Sociais, que reúne, principalmente, assistentes sociais que atuam em São Paulo; o Periferia Ativa, fundado por comunidades da zona sul e da região metropolitana da capital paulista; e o Comitê Contra o Genocídio da População Preta, Pobre e Periférica, que combate a violência da polícia e dos grupos de extermínio ligados a ela que atuam nas periferias.<sup>44</sup>

Referidas manifestações também foram infladas com o apoio público de significativa parcela do Poder Judiciário. Em 17 de março de 2016, membros da Justiça Federal da Seção Judiciária de Rondônia realizaram ato “em defesa do Estado Democrático de Direito, das prerrogativas do Poder Judiciário e do Ministério Público Federal, e ainda em apoio à atuação do juiz Sergio Moro”, conforme noticiado no site da Justiça Federal de Rondônia<sup>45</sup>.

Em 28 de abril de 2017, juízes e policiais federais repetiram o mesmo apoio. A Associação dos Juizes Federais do Rio de Janeiro e do Espírito Santo defenderam os atos praticados na *Lava Jato*, tal como o fizeram os membros da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal na mesma ocasião<sup>46</sup>.

No tocante ao julgamento *do habeas corpus* impetrado por Lula junto ao Supremo Tribunal Federal, em abril de 2018, pelo qual se buscava a ilegalidade da prisão sem trânsito em julgado, os ministros, por maioria de votos, foram contrários à tese da defesa e aprovaram a prisão mesmo com recursos ainda pendentes de julgamento<sup>47</sup>, o que mostra o alinhamento, na época, dos Ministros daquela corte aos desdobramentos da *Lava Jato*.

As atividades relevantes do movimento em defesa de Moro prosseguiram para além da finalização dos processos, ou seja, mesmo após a prolação das sentenças condenatórias. Em ao menos duas ocasiões os populares voltaram às ruas das principais cidades do país para defendê-lo: quando do vazamento das conversas e acordos ilegais havidos entre Moro e Dallagnol, que colocava em dúvida os trabalhos judiciais, e, depois, quando das decisões do Supremo Tribunal Federal que levaram à anulação das condenações.

Pelas conversas divulgadas pelo *Intercept* viu-se que Moro combinou com os acusadores os termos em que deveriam ser apresentadas as denúncias contra Lula, o que maculou definitivamente a sua atuação como juiz do caso. Exerceu, a um só tempo e nos

<sup>44</sup> <https://apublica.org/2014/02/quem-grita-nao-vai-ter-copa/>. Acesso em 26 ago. 2025.

<sup>45</sup> <https://www.trf1.jus.br/sjro/noticias/juizes-federais-fazem-manifestacao-em-prol-do-estado-democratico-de-direito-e-apoio-ao-magistrado-sergio-moro>. Acesso em 26 ago. 2025.

<sup>46</sup> <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-04/juizes-e-policiais-federais-fazem-ato-no-rio-em-apoio-operacao-lava-jato>. Acesso em 26 ago. 2025.

<sup>47</sup> Julgamento ocorrido em 04 de abril de 2018, no Pleno do STF. Carmem Lúcia, Luís Fux, Roberto Barroso, Rosa Weber, Alexandre de Moraes e Edson Fachin votaram em favor da prisão. <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=374437>. Acesso em 26 ago. 2025.

mesmos processos, de modo consciente, o papel de acusador e de julgador, tal como eram os hábitos dos inquisidores medievais. Pressentindo o que estava por vir após o vazamento das conversas, as massas saíram às ruas para defender os atos de Moro e os da própria *Lava Jato*.

Naquele momento, o executivo federal já era chefiado por Jair Bolsonaro, enquanto que Sergio Moro dirigia o Ministério da Justiça e da Segurança Pública, fato este que realçava as finalidades políticas dos trabalhos que tiveram lugar na Justiça Federal de Curitiba. Significa que os atos de rua, naquele momento, visavam não somente à defesa do ex-juiz, mas também, a do próprio então presidente, como apurou reportagem da BBC News Brasil, cuja manchete indagava sobre as motivações de quem foi às ruas para defender Sergio Moro e a *Lava Jato*<sup>48</sup>; no corpo da matéria, aparecem também os apoiadores de Jair Bolsonaro, revelando a passagem de comando do movimento, conforme ver-se-á mais adiante.

Outras manifestações voltariam a ocorrer; na noite de 31 de maio de 2020, um grupo de bolsonaristas fez protesto contra o Supremo Tribunal Federal, disparando fogos de artifício sobre o prédio e gritando palavras de ordem.

As indicações ora colacionadas confirmam que as manifestações públicas em defesa de Moro e da *Operação Lava Jato* foram paulatinamente ganhando reforços substanciais, incluindo servidores dos poderes públicos. Houve uma junção de pensamentos e atos dos diversos setores da sociedade, canalizados para um ponto central. Com a presença de artistas globais, com o apoio das mídias, com os votos dos Ministros do Supremo Tribunal, era natural que as vozes das ruas ecoassem em uníssono contra o Presidente Lula e em favor do ex-juiz, com traços messiânicos de comoção social.

É de se lembrar, ainda, do significativo e volumoso apoio dado pelos diversos segmentos religiosos, mas esse tema será tratado de modo mais amiúde no item 5.4, que mais adiante será exposto.

Sergio Moro pediu que as ruas o apoiassem na sua luta empreitada. Segundo ele, repetindo o que já dissera anteriormente, “esses casos envolvendo graves crimes de corrupção entre figuras públicas poderosas só podem ir adiante se contarem com o apoio da opinião pública e da sociedade civil organizada”, conforme palestra proferida na sede do Ministério Público Federal em São Paulo, em 29 de março de 2016<sup>49</sup>. Como se tratou de evento oficial, referida atitude mostra que Moro agiu de dentro das instituições para fora delas; fazendo um rápido paralelo, é o que ocorreu com o Padre Cícero Romão que, ordenado padre pela Igreja

<sup>48</sup> <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48820975>. Acesso em 27 ago. 2025.

<sup>49</sup> [https://www.youtube.com/watch?v=\\_eL9pcNkX84](https://www.youtube.com/watch?v=_eL9pcNkX84). Acesso em 26 ago. 2025.

Católica, usou da batina para angariar adeptos e formar o movimento de Juazeiro do Norte, acima visto com mais vagar.

Criada a crise e movimento, restava o surgimento do messias, que dirigiria seus seguidores em busca da redenção de todos os males – vale dizer, no caso, de todos os males advindos da corrupção nacional.

### **5.3 Moro se apresenta como o messias**

A transição de Sergio Moro de magistrado para a condição de messias é fruto tanto das suas falas e atitudes quanto da construção da sua imagem pelos órgãos de imprensa, pelos religiosos e pelas mídias sociais, resvalando ainda pelos esforços da própria esposa.

Rosângela Moro colaborou para a formação da imagem do messias togado, sobretudo ao criar uma página no Facebook com o nome “eu MORO com nele” (SILVA e SIMÕES, 2020, p. 6), atualmente desativada. E é a própria (MORO, 2020) quem narra, na condição de testemunha, alguns episódios relacionados com a exposição pública do marido e os reflexos dali advindos.

Entremeando falas sobre assédios que teria sofrido em eventos de que participava junto com o marido, MORO (2020) relata que, em julho de 2015, o marido foi aplaudido em um restaurante; impressionados, ambos saíram do local. O episódio se propagou pelas redes sociais e foi repetido em outros restaurantes e em espaços abertos, sempre, segundo ela, deixando-os constrangidos.

Sem questionar os limites dos constrangimentos experimentados pelo casal, o fato é que o movimento de apoio estava nas ruas e nos locais de acesso aberto. Moro tratava de construir uma imagem ao gosto dos conservadores, enfatizando que o combate à corrupção deveria ser permanente e que a operação simbolizava um marco civilizatório no Brasil.

Transmitia a ideia de que a operação era um divisor de águas, e, implicitamente, de que sua atuação pessoal era o fator central para esse avanço. Ao reiterar tais discursos, o juiz colocava-se no papel de protagonista da limpeza ética que se fazia necessária; assim o fez tal como um messias, mais do que um mediador neutro, como exigia o cargo de magistrado. A referida postura alimentou a percepção de que somente sob sua liderança seria possível alcançar o objetivo a que se propusera.

Segundo estudos feitos por MEIRELES (2015, n.p.), atributos físicos e características de vida particular foram usados para a construção da imagem de Moro. Já não era mais a figura

do típico messias, de barbas e cabelos longos e desgrenhados, de vestes puídas e pés no chão ou em calçados rotos:

Boa aparência, estatura acima da média, corpo em dia com a academia. Esse poderia ser o perfil do galã da nova novela das nove. Na realidade, trata-se das descrições em destaque na internet a respeito do juiz Sergio Moro – o paranaense que ganhou fama em meio às incontáveis fases da *Operação Lava Jato*.

No Facebook, várias páginas foram criadas em apoio ao juiz. Uma delas, com o nome de Sergio Moro, já acumula mais de 20 mil curtidas, algo que pode até surpreender à primeira vista; juiz, em princípio, não é um cargo que convoca os holofotes da mídia, nem é particularmente alvo da apreciação pública.

Em jornais internacionais, como o espanhol El País, o magistrado já chegou a ser apelidado como “homem-aranha”, em menção ao super herói dos quadrinhos. Além disso, no Brasil, durante as manifestações do dia 16 de agosto, entre cartazes de ‘Fora Dilma’, também podia-se ver dizeres como “Je suis Moro”.

Era o messias togado, na judicatura; ou então, o messias celebridade, bem apessoado, na vida pública. Seguindo seus apontamentos, MEIRELES (2015, n.p.), acrescenta que Moro não foi o único incensado como juiz combatente da corrupção, havendo precedentes entre os togados, como no ano de 2005:

Mas não se pode dizer que é o deslumbramento com a imagem do juiz seja um caso isolado. O modo como a figura de Sergio Moro ganha visibilidade entre a sociedade é o mesmo que aconteceu com o agora ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa. Na época, Barbosa participava do julgamento dos réus do mensalão, e sua postura dura frente aos acusados, bem como suas frases de efeito, estimularam o imaginário social – o que lhe rendeu até indicações ao cargo de presidente da República.

Incensado pela mídia e população, não serão necessárias muitas mais fases da *Operação Lava Jato* para colocar o jovem Moro no horizonte das eleições de 2018. Independente de uma análise de suas qualidades políticas, é no mínimo lamentável o clima emocional – e a facilidade – com que heróis e vilões são criados, elevados e destruídos, abdicando de leituras mais detalhadas e profundas. Aparências e performances contam muito entre nós.

O jornal eletrônico Ação Popular, a partir da edição de 26 de dezembro de 2015, publicou várias matérias elogiando o modo de vida do ex-magistrado, enaltecendo suas qualidades como juiz e como pessoa<sup>50</sup>. Inspirado em textos da revista Veja, o jornal paranaense fomentava a imagem de uma pessoa de modos simples, que andava de bicicleta pelas ruas de Curitiba para ir ao trabalho. Segundo o jornal, por conta dos destaques obtidos na *Lava Jato*, Moro teve que tirar das suas rotinas estes prosaicos hábitos.

Ademais, referido jornal mostrava a complexidade de um juiz que combinava rigor e generosidade ao atender as necessidades urgentes de um país paralisado pela impunidade e

<sup>50</sup> <https://acaopopular.net/jornal/a-cabeca-de-moro-capitulo-i/>. Acesso em 29 ago. 2025.

abalado pelos índices grotescos de corrupção. As matérias vinham recheadas de afirmações destacando a bondade do ex-magistrado mesmo nas condenações, quando deixava de aplicar a pena máxima, preferindo penas de menor impacto na vida dos réus.

Paralelamente à imagem que se formava sobre a sua pessoa, Moro fazia analogia entre a *Lava Jato* e a *Operação Lava Jato*. Para ele, a experiência italiana demonstrava que um sistema judicial eficiente poderia desarticular redes de corrupção entranhadas nas estruturas do Estado e do setor privado. A comparação entre Brasil e Itália não era apenas técnica, mas também simbólica.

Ao reivindicar para si a herança da *Lava Jato*, construía uma narrativa que o vinculava às autoridades italianas que se tornaram heróis nacionais, tal como Antonio Di Pietro. Sua fala não apenas informava, mas também legitimava as decisões perante a opinião pública.

Ao se apresentar como o único capaz de erradicar a corrupção no Brasil, ao apropriar-se da herança da *Operação Lava Jato* e ao conclamar pelo apoio popular, Moro assumiu uma posição messiânica que extrapolava os limites do Judiciário para se aproximar de um projeto político e pessoal de poder.

Se, por um lado, sua atuação fortaleceu momentaneamente a confiança popular no combate à corrupção, por outro, comprometeu a credibilidade institucional da justiça brasileira, contribuindo para uma crise de legitimidade do Poder Judiciário. A espetacularização da *Lava Jato*, centrada na sua figura, transformou o combate à corrupção em arena política, de modo que a neutralidade judicial foi sacrificada em nome da construção de um messias, predestinado a salvar o país das mazelas administrativas.

O legado dessa postura ainda se faz sentir no cenário brasileiro contemporâneo: de um lado, a desconfiança da população em relação ao Judiciário; de outro, a consolidação de movimentos sociais e políticos que tomaram a *Lava Jato* como bandeira, projetando Sergio Moro para além do espaço jurídico, interferindo decisivamente nas eleições presidenciais. Em última *ratio*, a história da *Lava Jato* e de Moro revela os riscos de quando o juiz abandona a posição de árbitro para assumir a de um messias, salvador da moralidade, protagonizando um enredo que mistura Justiça, política, espetáculo midiático, religião e comoção popular.

As entrevistas, as comparações internacionais e os apelos populares construíram um ambiente de espetáculo judicial, em que Lula foi apresentado como o maior símbolo da corrupção nacional. A parcialidade de Moro não foi apenas uma questão de bastidores processuais, mas esteve também diretamente relacionada à sua postura pública e discursiva.

Observando a existência de um empoderamento excessivo dos juízes brasileiros, desde a Constituição Federal de 1988, TELES (2023) observa que as decisões judiciais na linha deste

fenômeno acabam por trazer transtornos ao Estado Democrático de Direito. Este empoderamento, levado ao limite, no sentido de permitir inteira discricionariedade para a interpretação do direito como forma de decidir, leva ao que se chama de solipsismo<sup>51</sup>, que é a decisão tomada unilateralmente pelo juiz segundo as suas particulares vontades, mesmo que ao arrepio das normas havidas no ordenamento jurídico. Em apoio à afirmação, a autora busca a lição de Lenio Streck<sup>52</sup> para assim esclarecer o fenômeno na esfera judicante:

*Epistemologicamente, o Solipsismo representa o coroamento da radicalidade do indivíduo moderno em seu sentido mais profundo. Isso quer dizer que o solipsismo é, de certa forma, o resultado da própria modernidade, ou seja, derivado do paradigma filosófico que encontrou na subjetividade do homem o ponto de fundamentação última para todo o conhecimento do mundo. Trata-se de um fundamentum inconcussum absolutum veritatis, um fundamento definitivo e indubitável que sustenta todo o conhecimento possível, encontrando a sua morada a partir das meditationes de Prima Philosophia de Descartes, na subjetividade individual do Sujeito (STRECK, 2017, p. 273)*

Moro negou obediência aos limites constitucionalmente estabelecidos para assim chegar ao seu intento. Ainda com suporte em Lenio Streck, referida autora segue afirmando que é necessário parar de insistir na tese de que o produto da interpretação do direito pode ficar a cargo do arbítrio e convicção única do Juiz. Ao contrário, o caso a ser resolvido deve se submeter a uma decisão eminentemente jurídica, sob a égide da Constituição Federal. Em síntese, não cabe ao juiz escolher a opção que lhe pareça mais adequada.

Precisamente é o que ocorreu com o ex-magistrado, ao menos em quatro situações distintas: ao orientar Deltan Dallagnol sobre como formular os termos da acusação contra o Presidente Lula; ao criticar a atuação da procuradora Laura Tessler na condução das audiências, conforme explicitação abaixo; ao abraçar para si a competência de jurisdição alheia com o objetivo de julgar os casos envolvendo o Presidente Lula; e ao constranger pessoas com prisões por longo período para forçar a colaboração premiada<sup>53</sup>.

Esta ideia de messianismo ecoando nas decisões de Sérgio Moro decorre, portanto, não apenas das suas falas em palestras e em entrevistas e nem apenas dos seus escritos fora dos autos, senão também que de atos oficiais praticados no exercício da função.

<sup>51</sup> Do latim *solis*, sozinho, e *ipse*, mesmo: sozinho em si mesmo; ideia de o conhecimento do mundo está submetido a um único sujeito.

<sup>52</sup> Lenio Streck traz um exemplo solipsismo ao discorrer sobre o caso do juiz Claytoney Ferreira, do Pará, que decidiu que o fornecimento de medicação para um obeso estava condicionado à prática de exercícios físicos. Fonte: <https://www.conjur.com.br/2023-dez-14/decisao-de-juiz-fitness-do-para-e-direito-fofo/>. Acesso em 30 ago. 2025.

<sup>53</sup> Estabelecida pela lei 2.850/13, de combate às organizações criminosas, a colaboração premiada é elaborada pela autoridade policial, pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública e, depois, homologada pelo juiz do processo. Assenta-se na ideia de que o colaborador pode obter benefícios no processo penal.

De juízes despreparados ou de atitudes propositalmente enviesadas na esfera jurisdicional não faltam exemplos. Ao descrever o julgamento a que foi submetido Volta Seca, acima citado, assim escreve Cide Seixas na introdução da obra de LIMA (2020, p. 7):

Advogados e juízes que se encarregaram dos processos dos temidos bandoleiros, como mostram os documentos da época, demonstraram o mais gritante despreparo para fazer justiça, deixando-se contaminar pelos clamores da opinião pública, exaltada e fundada no ódio generalizado.

A seguir, a menção e considerações sobre esses atos, extra e endoprocessuais, com ecos messiânicos.

### **5.3.1 Atos extraprocessuais**

Restou comprovado que Sergio Moro orientou Deltan Dallagnol na redação das denúncias apresentadas para sua cognição e julgamento. Referida prática é totalmente irregular porque nega vigência ao sistema acusatório, que é o previsto no ordenamento jurídico brasileiro. Embora a questão acerca de o Brasil adotar ou não um sistema penal acusatório puro ou misto, com resquícios do sistema inquisitivo, esteja presente nos debates doutrinários (KHALED JÚNIOR, 2020), para os limites desta tese serão apontadas apenas as características básicas de cada um destes sistemas.

O sistema inquisitivo outorga poderes para que uma única pessoa exerça a função de acusador e de julgador da própria acusação. É o sistema que vigorava até os fins da idade média, conforme os usos e costumes da inquisição do Santo Ofício. Com a evolução das ciências jurídicas<sup>54</sup>, passou-se à adoção do sistema acusatório, em que uma pessoa acusa e outra julga. É também neste particular que Moro infringiu o sistema penal brasileiro, porquanto formulou, ou ajudou a formular, as acusações contra Lula e depois ele mesmo fez a instrução processual e proferiu o julgamento que, por óbvio, haveria de ser pela condenação do réu, enfeixando poderes indevidamente.

As mensagens divulgadas pelo *Intercept Brasil* mostram o evento à exaustão – que nunca foi negado pelos envolvidos. A prática demonstra que a vontade de condenar o réu já se fazia presente antes mesmo de iniciados os processos. Quando não substituiu o procurador, o

---

<sup>54</sup> Em uma das leituras possíveis de *O nome da rosa*, de Umberto Eco (2019), é curioso ver como a literatura de ficção aborda a passagem do sistema inquisitivo para o acusatório; é Frei Guilherme de Baskerville quem assim procede, em confronto com o velho inquisidor Bernardo Gui, durante as investigações sobre os crimes ocorridos na abadia.

ex-juiz trabalhou em conjunto com ele para conduzir as denúncias, conforme apontam os diálogos disponibilizados na íntegra pelo referido *site*:

16 de outubro de 2015

Deltan – 23:53:00 – Caro Juiz, seria possível reunião no final da segunda para tratarmos de novas fases, inclusive capacidade operacional e data considerando recesso? Incluiria PF também.

17 de outubro de 2015

Moro – 08:41:56 – Penso que seria oportuno. Mas segunda sera um dia difícil. Terça seria ideal.

Moro – 10:53:00 – A não ser que seja segunda pela manhã

Deltan – 22:43:54 – Terça 9am, pode ser?

Deltan – 22:44:00 – Ou 10?

18 de outubro de 2015

Moro – 03:02:28 – 1030

19 de outubro de 2015

Moro – 11:41:24 – Marcado então? Decreei nova prisão de três do Odebrecht, tentando

não pisar em ovos. Receio alguma reação negativa do STF. Convm talvez vcs avisarem pgr.

Deltan – 13:13:44 Marcado. Shou

Moro – 15:47:32 – Para informar, soltei daí o Cesar Rocha.

Deltan – 17:39:49 – Ok. Ficou ótima a decisão

Para além dessa interferência na formulação da denúncia, Moro reclamou da incapacidade da procuradora federal Laura Tessler, quando da inquirição de testemunhas, ainda conforme o *Intercept*:

Moro — 12:32:39 — Prezado, a colega Laura Tessler de vcs é excelente profissional, mas para inquirição em audiência, ela não vai muito bem. Desculpe dizer isso, mas com discrição, tente dar uns conselhos a ela, para o próprio bem dela. Um treinamento faria bem. Favor manter reservada essa mensagem.

Dallagnol — 12:42:34 — Ok, mantereí sim, obrigado! (INTERCEPT BRASIL, 2019, n.p.)

Logo após, a procuradora foi substituída (CONJUR, 2019, n.d.), indicando que a reclamação do ex-juiz provocou alteração na escala dos procuradores que atuavam nos casos. Insta agregar que alguns dias depois, seria ouvido em audiência, como de fato foi, o Presidente Lula, agora com outros procuradores para as perguntas que entendiam necessárias.

Ao provocar a substituição da procuradora e ao indicar os termos e os limites da acusação, Moro se mostrou onipotente e onipresente, ocupando os dois lugares de fala, como se fosse o único capaz de acusar, provar, condenar e executar a pena, tudo a um só tempo.

### 5.3.2 Atos endoprocessuais

No bojo do processo, Sergio Moro também praticou atos em que ecoam sua condição de messias. Assim foi pela usurpação de competência alheia e, também, pelas prisões de outros réus como modo de forçar a colaboração premiada.

O sistema de competências é estabelecido no ordenamento jurídico para, dentre outras razões, delimitar previamente as esferas de atuação dos órgãos do Poder Judiciário. Para as denúncias relativas aos imóveis a competência era da Justiça Federal do Distrito Federal, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento realizado em 22 de abril de 2021<sup>55</sup>. O fundamento da decisão se firmou no fato de que os casos não guardavam relação com as denúncias relacionadas com a Petrobrás e, por isso, não poderiam ser apreciados na *Lava Jato*. A anulação das decisões, pois, restaurou a constitucionalidade dos eventos.

É o que também se inclui no rol das atitudes messiânicas de Sérgio Moro: na condição de predestinado a salvar a pátria da imoralidade, a usurpação de competência apenas confirmava a ideia de que ele, e apenas ele, é quem poderia julgar as denúncias formuladas contra o Presidente Lula. Ao assumir a competência de modo indevido e contrariando preceitos constitucionais, afastava a atuação de outro juízo a quem naturalmente caberia cuidar dos casos.

Acrescenta-se que, no curso dos processos foram obtidos diversos acordos de colaboração premiada, sem obediência às normas que regulam a matéria. É o que ocorreu nas colaborações firmadas por Paulo Roberto Costa, Alberto Youssef e Pedro José Barusco Filho, pelas quais muitas regalias foram conferidas aos colaboradores para além do previsto na lei. Tais fatos foram pacientemente colacionados por FERRARI (2020, p. 50), que assim se expressa:

Partindo-se da análise dos termos de acordo de colaboração de figuras centrais do esquema de corrupção, realizados no âmbito do maior esquema de investigação dos últimos tempos no Brasil, a Operação Lava-Jato, é possível verificar que as cláusulas acima mencionadas foram concedidas pelo órgão acusador com total discricionariedade, não possuindo nenhum amparo legal. Ocorre que, diferentemente do que ocorre na esfera privada, ao administrador público somente é permitido fazer o que a lei autoriza<sup>12</sup>. É aqui surge o problema posto no presente estudo: tais acordos de colaboração seriam válidos, legais e constitucionais? Qual o valor probatório que se deve dar a tais colaborações? Ou seja, é possível admitir o uso e a valoração desse acordo enquanto meio de prova?

A referida pesquisadora aponta a ilegalidade das provas obtidas por esse meio, o que, é de se repetir, assim foi feito pela ideia da onipotência de Sergio Moro. Vale dizer, sem medir

<sup>55</sup> <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=464566&ori=1>. Acesso em 31 ago. 2025.

esforços e sem se preocupar com desvios de conduta, caminhava resolutamente em direção à salvação do país.

Outra crítica às colaborações premiadas se deve ao fato de que foram precedidas de prisão dos colaboradores; entre colaborar e permanecer preso, muitos fizeram a primeira opção. Foi o que aconteceu com Marcelo Odebrecht: de início contrário à colaboração, mudou de postura depois de ser condenado a 10 anos de prisão e levado para o cárcere, mesmo sem trânsito em julgado<sup>56</sup>.

Antonio Pallocci Filho permaneceu preso de setembro de 2016 até novembro de 2018, obtendo a liberdade depois de assinar o primeiro acordo de colaboração premiada<sup>57</sup>. Lúcio Funaro, preso em junho de 2016, foi solto em agosto de 2017 após assinar o mesmo tipo de acordo<sup>58</sup>. São exemplos dos casos mais notórios, dentre uma série de outros assemelhados; forçoso é concluir que as colaborações, nestas condições, são frutos menos da vontade de colaborar e mais dos aspectos psicológicos negativos que afligem o colaborador.

No ponto, a tortura para obtenção de confissão já foi institucionalizada em eras passadas; por lamentável que seja, é tão antiga quanto a humanidade (WOLOSZIN, n.d.). Pelo terror que provoca, pela crueldade dos atos envolvidos, enfim, por tudo o que nela há de mais escabroso, é de se esperar que tais métodos sejam para sempre afastados das atividades humanas.

Ademais disso, há um evento que se enquadra tanto nos atos extraprocessuais como nos endoprocessuais, que se refere à colaboração firmada por Antônio Palocci Filho. Ocorre que o termo só foi juntado aos autos três meses após ter sido assinado, mas imediatamente antes do primeiro turno das eleições presidenciais de 2018. Depois da juntada, o sigilo da delação foi quebrado por Sérgio Moro, de modo a permitir ampla divulgação pelas mídias. Segundo o Ministro Gilmar Mendes, a ocorrência foi “cuidadosamente planejada para gerar um verdadeiro fato político”<sup>59</sup>, capaz de influenciar o resultado das eleições daquele ano.

As referidas práticas resultaram em anulação de diversos dos atos decisórios de Sergio Moro, pelo Supremo Tribunal Federal. O Ministro Dias Toffoli entendeu que, ao propor um treinamento para a procuradora federal Laura Tessler, Moro promoveu “a mistura da função de

<sup>56</sup> <https://www.jota.info/justica/o-que-marcelo-odebrecht-levou-em-conta-para-aceitar-fazer-delacao-premiada>. Acesso em 31 ago. 2025.

<sup>57</sup> <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2018/11/29/operacao-greenfield-antonio-palocci-fecha-acordo-de-delacao-premiada-com-a-pf-em-brasilia.ghtml>. Acesso em 31 ago. 2025.

<sup>58</sup> <https://g1.globo.com/politica/noticia/lucio-funaro-assina-acordo-de-delacao-com-a-procuradoria-geral-da-republica.ghtml>. Acesso em 31 ago. 2025.

<sup>59</sup> <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=461996&ori=1%3E>. Acesso em 02 set. 2025.

acusação com a de julgar, corroendo-se as bases do processo penal democrático”; acrescentou que, pela atuação conjunta e coordenada entre juiz e procurador, “não se pode falar em processo criminal propriamente dito, até mesmo porque não há defesa possível no ambiente retratado nestes autos, nem há contraditório ou devido processo legal”<sup>60</sup>.

É de se frisar que também estas práticas estão inseridas no tema abarcado pelas teorias do *Lawfare*, a guerra jurídica para destruir pessoas e instituições. Em síntese, BOLDT (2020, p. 1219) afirma que:

No Brasil da *Operação Lava Jato*, a exceção foi justamente observar os direitos dos acusados. O direito e o processo penal foram colonizados pelos fins políticos e a narrativa oficial perpetua o que Ferrajoli chamou de “subsistema penal de exceção”. São prisões preventivas decretadas para constranger réus a delatarem, teorias que excepcionam provas ilícitas, relativização das nulidades absolutas, banalização da justiça negocial (em especial da colaboração premiada), conduções coercitivas injustificadas, ampla aceitação de denúncias genéricas, expansão das hipóteses de responsabilidade penal objetiva etc. Tudo se torna legítimo quando a finalidade é erradicar a corrupção.

Uma série de outros eventos demonstram a consciente exacerbação de poderes, como a ilegal escuta telefônica dos advogados do indiciado e da ex-primeira dama, Marisa Letícia, de conhecimento público e notório. É também, mas não só, por estas razões que se demonstra a prática de atos que vão muito além do que competia a Sergio Moro; desprezou o ordenamento jurídico ao abarcar para si, e somente para si, a tarefa de, a qualquer custo, condenar o Presidente Lula como forma de limpar o país das imoralidades administrativas, segundo afirmativas dele mesmo.

Não é exagero, pois, concluir que desta onipresença e onipotência também sobressaem os ecos messiânicos confirmadores da tese ora apresentada. No ponto, não se constitui em exagero afirmar a configuração de um messianismo jurídico, de par em par com o religioso, o sociológico e o político.

#### 5.4 O caráter religioso nas ações da *Lava Jato*

O Brasil é um Estado laico, conforme o Art. 19, I, da Constituição Federal (BRASIL, 1988), a impor o exercício da função estatal sob as normas jurídicas, não por fundamentos religiosos. Assim o é desde o advento da república, ou ao menos deveria ser. Quando um agente

<sup>60</sup> <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-anula-processos-contr-a-antonio-palocci-na-lava-jato/>. Acesso em 02 set. 2025.

estatal rompe com o preceito constitucional, abrem-se as portas que se questione a sua (im)parcialidade. É o caso flagrante das práticas de Dallagnol e de Marcelo Bretas, já aventadas.

Sergio Moro não se destacou pelo uso de preceitos religiosos nas suas condutas; não consta que tenha considerado versículos bíblicos ou apelos desta ordem. Segundo divulgado pelos órgãos de imprensa, o ex-juiz é membro da Associação dos Juristas Evangélicos – AJURE, entidade criada por Damaris Alves, ora colega de bancada no Senado Federal; participou, inclusive, de congressos da entidade<sup>61</sup>. Todavia, é um fato que ele próprio não divulga e nem usa como justificativa dos seus atos.

Raros são os políticos que não buscam apoio nas religiosidades, sobretudo quando em campanha eleitoral. Sérgio Moro também o fez, ao posar para fotografia diante da estátua do Padre Cícero Romão, em 7 de fevereiro de 2022, vésperas das eleições presidenciais daquele ano. Na ocasião, esteve em Juazeiro do Norte para receber o título de Cidadão Juazeirense, outorgado pela Câmara Municipal do município cearense<sup>62</sup>. Certamente buscava apoio eleitoral dos devotos do messias; coincidência ou não, Padre Cícero dizia ser o prefeito, a Câmara, o juiz, o delegado, o comandante, a polícia e o carcereiro, tudo ao mesmo tempo, de Juazeiro do Norte, assim propagando a sua onipotência e onipresença junto aos seus seguidores.

Imagem 14: Fotografia de Sérgio Moro diante da estátua de Padre Cícero



Fonte: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/02/07/bolsonaro-moro-titulo-terra-padre-cicero.htm>

<sup>61</sup> <https://apublica.org/2019/06/associacao-de-juristas-evangelicos-fundada-por-damara-alves-amplia-lobby-no-governo/>. Acesso em 02 set. 2025.

<sup>62</sup> [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/02/07/interna\\_politica,1343121/apos-erro-de-bolsonaro-moro-posa-com-estatua-de-padre-cicero.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/02/07/interna_politica,1343121/apos-erro-de-bolsonaro-moro-posa-com-estatua-de-padre-cicero.shtml). Acesso em 02 set. 2025.

De certo modo, portanto, Moro atrelou a sua imagem a instituições e símbolos da esfera religiosa, mas depois de ter deixado a toga. É certo, todavia, que, durante os trabalhos da *Lava Jato*, Sergio Moro tirou proveito direto das manifestações religiosas promovidas pelos que o auxiliaram, de um modo ou de outro, nos processos sob sua condução, desde Deltan Dallagnol e Marcelo Bretas até as lideranças dos diversos credos religiosos do país, que foram às ruas em seu apoio.

#### **5.4.1 Deltan Dallagnol e a Igreja Batista de Bacacheri**

Peça-chave nos processos em comento, o ex-Procurador da República produziu e divulgou amplamente, em coletiva de imprensa realizada em setembro de 2016, um *Power Point* em que o Presidente Lula era apontado como o comandante máximo do amplo esquema de corrupção identificado pela *Lava Jato*. O espetáculo midiático da ocasião alavancou de modo exponencial os acontecimentos da referida operação e lhe rendeu, pelas falsas imputações, uma condenação em pecúnia por danos morais causados ao então acusado, conforme decisões proferidas no Recurso Extraordinário 1.433.814<sup>63</sup>.

Deltan Dallagnol, como membro atuante da Igreja Batista de Bacacheri, em Curitiba/PR, atrelou as atividades do seu ofício às atividades religiosas. O fato de ser evangélico, em si mesmo, não se constituiria em problemas se não fosse o uso constante não só daquela, mas também outras igrejas para propagar as denúncias que levava para o Judiciário.

Trata-se de fato notório, amplamente divulgado pelas mídias, com fotografias de sua participação nos eventos políticos-religiosos nos espaços sagrados. É o que se vê, exemplificando, em publicação *on-line* datada de 12 de agosto de 2019, do *Grupo Folha de São Paulo*<sup>64</sup>, ocasião em que discursou sobre corrupção em uma igreja batista do Rio de Janeiro.

Pela mesma matéria jornalística, vê-se que Dallagnol inspirou a criação do instituto *MUDE*, com sede em Monte Azul Paulista/SP, ligado ao combate à corrupção, cujos trabalhos se dão em consonância com as pregações religiosas das igrejas por ele frequentadas. Um dos endereços do *MUDE* é o mesmo da igreja que frequenta, em Curitiba<sup>65</sup>. Vale esclarecer que o nome tem conotação direta com o verbo mudar, soando como Muda Brasil, ou assemelhado.

<sup>63</sup> <https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15367714539&ext=.pdf>. Acesso em 02 set. 2025.

<sup>64</sup> <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/08/12/igreja-frequentada-por-deltan-foi-sede-de-movimento-que-defende-a-lava-jato.htm>. Acesso em 02 set. 2025.

<sup>65</sup> <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/entidade-com-sede-em-igreja-evangelica-promove-palestras-antipetistas-de-dallagnol-por-joaquim-de-carvalho/>. Acesso em 02 set. 2025.

O uso de preceitos religiosos por Dallagnol produziu resultados concretos no imaginário coletivo. Muitos cidadãos passaram a enxergar a *Lava Jato* como uma espécie de cruzada moral, não apenas como uma operação jurídica. Isso contribuiu para a criação de um ambiente de mobilização popular em torno da figura dos procuradores e do então juiz federal, como se fossem missionários imbuídos de lutar contra a corrupção.

É de se acrescentar que os discursos baseados nos fundamentos religiosos colocaram os trabalhos da *Lava Jato* acima das instituições democráticas, legitimando uma instância moral superior, guiada pela vontade divina, nos moldes do messianismo clássico, e desse modo rompendo com a necessária separação entre fé individual e prática estatal.

#### 5.4.2 Marcelo Bretas e citações bíblicas

A *Lava Jato* já enfrentava críticas de espetacularização e personalismo pelas atuações de Sérgio Moro e de Deltan Dallagnol quando, na Justiça Federal do Rio de Janeiro despontou Marcelo Bretas, presidindo um dos segmentos da operação.

Abusou de citações bíblicas, com pregações de ordem moral de matriz religiosa, reforçando o desrespeito ao ordenamento constitucional. Tal prática levou a questionamentos sobre a racionalidade das decisões, sob o sentimento de que a operação se caracterizava não como jurídica, mas como uma cruzada messiânica conduzida por magistrados.

Ao menos uma vez, Bretas tratou de situação particular, da vida privada, dentro de um processo: ao determinar a transferência de Sérgio Cabral, ex-governador do Rio de Janeiro, para o presídio federal de Campo Grande/MS, assim decidiu:

Não obstante as considerações anteriores, considerando que o peticionário externa pedidos de escusas, e para que não paire nenhuma dúvida sobre o ânimo deste magistrado quanto às demais observações, esclareço que adoto como princípio de conduta o Princípio Cristão enunciado no Livro de Mateus, capítulo 18 versículos 21 e 22, que rezam: “... Senhor, até quantas vezes pecará meu irmão contra mim, e eu lhe perdoarei? Até sete? Jesus lhe disse: Não te digo que até sete, mas até setenta vezes sete.”<sup>66</sup>

No caso, o político, tentando evitar a remoção, pedia desculpas a Marcelo Bretas por ameaças que seus familiares dirigiram ao magistrado. As desculpas foram aceitas dentro da decisão judicial que manteve a transferência, através da citação religiosa.

<sup>66</sup> <https://oglobo.globo.com/politica/bretas-cita-biblia-diz-que-perdoa-mas-mantem-transferencia-de-cabral-22003142>. Acesso em 03 set. 2025.

### 5.4.3 A religião nas ruas do país

Vale repisar em apertada síntese, que a política brasileira sempre esteve permeada pelas influências religiosas; tomando como marco a proclamação da república, ela própria teve um dos seus vetores ligados à chamada *questão religiosa*, por desavença entre católicos e Dom Pedro II. A laicidade do estado advinda da Constituição Federal de 1891 foi mitigada com a de 1934, que permitiu a volta do ensino religioso nas escolas e conferiu validade ao casamento feito pela Igreja, o que era proibido desde o fim do Império.

Mais tarde, por ocasião do golpe militar de 1964, a igreja se dividiu em blocos, um conservador, de apoio aos ditadores, e outro à esquerda, que os combatia. Sob as encíclicas de João XXIII, de preocupações sociais, surgiu o ideário da teologia da libertação, com as Comunidades Eclesiais de Base e a Juventude Operária Católica.

Na virada do Século XX para o XXI, o predomínio católico diminuiu sob o crescimento dos evangélicos, conservadores por excelência. Tal fato coincide com a adoção de políticas afirmativas voltadas para a proteção de grupos de risco, ao mesmo tempo em que o debate sobre as pautas identitárias ganhavam relevância no cenário nacional, provocando reações negativas de religiosos e demais camadas conservadoras da sociedade.

Era a face mais visível do cenário brasileiro quando do início dos trabalhos da *Lava Jato*. Mal cicatrizadas as feridas abertas nos processos do *mensalão*, a nova crise política foi definitivamente para as ruas, juntando os conservadores em geral num único objetivo, agora sob orientações religiosas de variados matizes.

A política da extrema direita foi recebida dentro das igrejas, literalmente, ao passo que a igreja, retribuindo a visita, foi para as ruas e palanques do mesmo espectro político. Todavia, justo é lembrar que, exemplificando, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil cuidou de incentivar o respeito às liberdades democráticas e o não alinhamento com os extremistas, com relativo sucesso. Relativo porque uma significativa ala do catolicismo não atendeu ao chamado.

Foi neste torvelinho que, em 2014, se deu a entrada, agora enfática, de Jair Bolsonaro no cenário político nacional, ocasião em que obteve expressiva votação para deputado federal. Sua pauta conservadora, contrária aos direitos humanos, às pautas identitárias e às políticas afirmativas, aliada à defesa de ditadores e torturadores, atraiu as pessoas já contaminadas pelos discursos da *Lava Jato*. Difícil afirmar qual movimento, ou qual sentimento, foi o responsável pela união; mais adequado seria admitir a ocorrência de uma simbiose entre os tantos segmentos, da direita conservadora à extrema direita, religiosos, políticos, empresários e populares.

Paralelamente à atuação do Judiciário, os movimentos de rua em apoio à *Lava Jato* e a Sergio Moro soaram também em prol de Jair Bolsonaro e, por consequência, em prol do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Utilizaram à exaustão a expressão Deus, Pátria e Família como lema central, tríade de ideal moralizante e nacionalista de cunho conservador.

No contexto da *Lava Jato*, essa expressão foi reconfigurada para representar uma cruzada moral contra a corrupção, associando o combate à impunidade com a defesa de valores tidos como tradicionais e cristãos. Os protestos de rua frequentemente misturavam elementos religiosos (orações coletivas, cruzeiros, hinos evangélicos) com mensagens políticas, transformando a operação judicial em um símbolo de regeneração nacional.

A presença de faixas, camisetas e discursos com o referido lema também contribuiu para o processo de sacralização da figura de Sergio Moro, apresentado como um herói moral ou até como uma espécie de enviado divino para restaurar a justiça no país. Esse tipo de idolatria política, sustentada por uma estética religiosa, gerou uma simbologia poderosa e controversa, a ponto de influenciar decisivamente nos destinos políticos do Brasil, garantindo espaço para a chegada da extrema direita à Chefia do Executivo nacional.

O uso da religião no contexto da *Lava Jato* evidencia uma sobreposição entre o campo jurídico, político e religioso que desafia os princípios de laicidade do Estado. A incorporação de versículos bíblicos em decisões judiciais, as pregações políticas nos templos religiosos e a adoção da moral cristã conservadora pelos movimentos sociais de apoio à operação revelam uma instrumentalização da fé para dela fazer uma ferramenta de legitimação do poder punitivo.

Imagem 15: Fotografia do dístico religioso em campanha política



Fonte: <https://revistaoeste.com/politica/eleicoes-2022/juiza-cita-fascismo-ao-mandar-retirar-outdoor-com-a-frase-deus-patria-e-familia/>, acessado em 08/04/2025, às 16:55h.

Ao moralizar o discurso jurídico, esses atores contribuíram para a construção de uma narrativa binária entre o bem (representado pela *Lava Jato*) e o mal (associado à corrupção e aos seus supostos defensores), esvaziando o debate democrático e promovendo uma justiça messiânica. A análise desse fenômeno é crucial para entender como símbolos religiosos são mobilizados no espaço público, com impactos profundos sobre a política e o sistema de justiça.

Durante os trabalhos da *Lava Jato* foram claras as intenções de se alijar da política o Presidente Lula e o seu partido; obtido esse intento, abriu-se o espaço para que a extrema direita viesse a ocupar a lacuna, com a eleição de Bolsonaro à chefia do executivo. Ele navegou na onda conservadora e moralizante da *Lava Jato*, tirando proveito do falso raciocínio segundo o qual, alijados da cena política os corruptos da centro-esquerda, só restariam os imaculados políticos da extrema direita para governar e moralizar o país.

O ex-juiz procurou enfraquecer a base de apoio do Presidente Lula colocando em prática o *Lawfare*, aniquilando-o através do judiciário. Assim fez para proveito próprio, tanto é que foi alçado à condição de Ministro da Justiça e da Segurança do governo bolsonarista já visando às eleições presidenciais de 2022, mostrando que sua atuação frente à *Lava Jato* tinha mesmo segundas e menos nobres intenções. Difícil, portanto, desvincular os atos inconstitucionais de Sergio Moro da ascensão da extrema direita no país; em outras palavras, Bolsonaro e seu grupo extremista são frutos diretos e automáticos da *Operação Lava Jato*.

Imagem 16: Fotografia de bolsonaristas rezando em favor de golpe militar, na frente ao CMO – Comando Militar do Oeste, em Campo Grande, em 31 out. 2022.



Fonte: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/ao-som-do-hino-nacional-e-buzinacos-bolsonaristas-protestam-em-frente-ao-cmo>. Acesso em 18 set. 2025.

Bolsonaro repetiu no cenário nacional as mesmas pregações de viés sagrado, ao mesmo tempo em que utilizava a expressão Deus, Pátria e Família para chamar o apoio de religiosos variados. A partir de então, o apoio à *Lava Jato* no combate à corrupção foi envolvido com o antipetismo que afetava diretamente a ex-Presidenta Dilma Rousseff e o Presidente Lula, tudo isso embalado pelas religiosidades que se faziam presentes nos discursos do momento.

Sem os subterfúgios de Sergio Moro, Bolsonaro soube capitalizar o descontentamento das ruas e atrair para si a parcela da sociedade antipetista, homofóbica, racista, preconceituosa e misógina que até então estava adormecida e sem espaço nos governos de centro-direita.

Empossado Jair Bolsonaro, Sergio Moro de pronto se exonerou das atividades judicantes para compor o ministério bolsonarista, com o que se verificou a passagem de poder de um para o outro.

Chamaram a atenção alguns fatos peculiares, entre 2022 e 2023: cristãos orando em frente aos quartéis, nas ruas e nas praças públicas, pedindo intervenção militar e golpe de estado, ou, então, orando para pilhas de pneus, em busca do apoio de caminhoneiros que poderiam supostamente parar o país com o fechamento de estradas, assim como também marchando pelas vias públicas ao som do hino nacional como forma de incitar a participação das forças armadas. Era a coroação do fanatismo religioso-fundamentalista delirante que veio na esteira da operação capitaneada por Sergio Moro que então se espalhava.

### **5.5 Crime e violência no colapso da *Lava Jato* e de Sergio Moro**

A *Operação Lava Jato* tornou-se um dos eventos mais marcantes da história política e jurídica recente do Brasil. Sérgio Moro dela emergiu como protagonista da narrativa, apresentando-se diante da opinião pública como uma espécie de messias, dotado da missão histórica de erradicar a corrupção sistêmica da vida brasileira. A imagem construída foi de um líder austero, implacável e supostamente imparcial, mas ao mesmo tempo de um homem justo e de hábitos comuns, capaz de enfrentar as elites políticas e econômicas e de devolver ao país a ética necessária. Tal representação o inscreve em um imaginário político-religioso nos moldes do messianismo secularizado, em que a figura do messias salvador se desloca do campo religioso tradicional para o campo jurídico-político.

Assim como nos movimentos messiânicos clássicos, a exemplo de Canudos, Contestado, Muckers ou Juazeiro do Padre Cícero, a trajetória de Moro e da *Lava Jato* também conheceu um ciclo de ascensão, apogeu e colapso. Esse processo revela não apenas a fragilidade dos projetos pessoais de liderança carismática, mas também os limites históricos do messianismo enquanto fenômeno social, que, ao se assentar em circunstâncias de crise, tende a sucumbir diante das transformações conjunturais.

O auge de Sérgio Moro coincidiu com os anos de maior expansão da *Lava Jato*. A prisão de grandes empresários, dirigentes da Petrobrás e políticos de diferentes partidos do espectro centro-esquerdista reforçou a percepção de que a operação estava efetivamente desvelando uma rede estrutural de corrupção. Nesse contexto, a prisão do Presidente Lula representou o clímax da narrativa redentora: o messias togado aparecia, diante da opinião pública, como alguém capaz de subjugar até mesmo a figura mais popular da recente história política brasileira.

O colapso começou a se delinear com a decisão do Supremo Tribunal Federal que reconheceu a incompetência da 13ª Vara Federal de Curitiba, assim como a suspeição de Sérgio Moro, por ausência de imparcialidade. Esse momento histórico pode ser interpretado como a ruptura do pacto messiânico: o herói redentor revelou-se parcial, e sua cruzada perdeu legitimidade. Já na ocasião, bolsonaristas e lavajatistas desferiram ataques contra a cúpula do Supremo Tribunal Federal, sinalizando a vinda de outras violências.

A partir de 2021, com a extinção formal da *Operação Lava Jato* pelo Ministério Público Federal, consumou-se a derrocada institucional do projeto. O movimento messiânico jurídico ao redor da operação já não encontrava espaço, restando apenas a memória de sua ação espetacular e a frustração de seus apoiadores. Esse processo espelha os colapsos típicos de movimentos messiânicos religiosos, em que a derrota desencadeia a dissolução da comunidade seguidora. No caso da *Lava Jato*, a libertação de Lula funcionou como agente desmoralizador do mito do juiz salvador da pátria, ou do messias togado.

A entrada de Moro na equipe de Jair Bolsonaro representou, simbolicamente, a tentativa de transpor o seu capital messiânico da esfera jurídica para a esfera política. No entanto, a aliança entre Moro e Bolsonaro revelar-se-ia efêmera: em 2020, Moro deixou o Ministério da Justiça acusando o então presidente de interferir nas atividades do seu Ministério.

O afastamento de Moro não destruiu o *ethos* messiânico, mas o transferiu. A partir daquele momento, o messianismo político concentrou-se na figura de Bolsonaro, que, com seu discurso de combate às elites, apelos religiosos e mobilização de massas, absorveu o imaginário construído pela *Lava Jato*. Em certo sentido, o culto a Moro dissolveu-se dentro do culto a

Bolsonaro, mostrando a transitoriedade do messianismo que se desloca de um líder a outro conforme o desenrolar do contexto histórico.

Jair Bolsonaro angariou apoio entre os seguidores da operação. Com discurso de ódio e de apoio a torturadores, com políticas de desprezo à vida, disseminou uma cultura de violência que aos poucos foi se engrossando, tomando as ruas e as comunicações na rede mundial de computadores. A par disso, retomou a campanha pelo armamento da sociedade, ao argumento de que cada pessoa tinha a liberdade de se armar para autodefesa. Suas propostas encontraram ecos na população, acirrando ainda mais os ânimos que já vinham exaltados no meio social.

No entanto, é necessário afirmar que a violência e os crimes decorrentes da Lava Jato têm características diferentes dos que se verificaram nos movimentos messiânicos típicos: se antes a violência estava na mira das armas de fogo e no corte de facas e facões, agora se faz presente pelos discursos de ódio e de exaltação à tortura, assim como se antes os crimes eram de sangue, agora se fazem presentes mais pelas depredações e ataques às instituições republicanas e democráticas – salvo alguns assassinatos esporádicos cometidos por bolsonaristas contra petistas, isoladamente.

Deste modo, os episódios de 8 de janeiro de 2023, em que as sedes dos três poderes foram invadidas e depredadas por uma legião de bolsonaristas, são interpretados como o preâmbulo do que viria a ser o final da trajetória messiânica iniciada com a *Lava Jato*. As depredações contra o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal revelaram o auge da radicalização das massas mobilizadas desde os signos do messianismo jurídico. Entretanto, o fracasso da tentativa de golpe e a posterior prisão de centenas de envolvidos selaram o destino do movimento, embora ainda não seja possível afirmar se em definitivo ou não, ao menos no momento em que se fecha esta tese.

A condenação criminal de Jair Bolsonaro<sup>67</sup> e de seus aliados mais próximos, entre eles generais e militares de alta patente, pode representar não apenas o colapso de um projeto político, mas também a falência do modelo messiânico de liderança no Brasil contemporâneo. O povo que se acreditava em missão divina ou patriótica se mostra presentemente fragmentado, perseguido judicialmente e privado da aura de legitimidade que sustentava sua ação.

Imagem 17: Adesivo da campanha do armamento

---

<sup>67</sup> Bolsonaro foi condenado a uma pena de 27 anos e 3 meses de reclusão, pelos crimes de tentativa de golpe de Estado, organização criminosa, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, dano qualificado e deterioração do patrimônio tombado.



Fonte: [https://loja.nopz.com.br/adesivos-da-campanha-do-armamento?srsId=AfmBOopVqIoJ90FAGubgc39dPh6x45dE1E9aKhBgezBGokh7\\_WRL-oCS](https://loja.nopz.com.br/adesivos-da-campanha-do-armamento?srsId=AfmBOopVqIoJ90FAGubgc39dPh6x45dE1E9aKhBgezBGokh7_WRL-oCS). Acesso em 09 set. 2025.

A trajetória de Sérgio Moro, da ascensão meteórica como juiz redentor ao declínio como político sem base sólida, pode ser lida como um ciclo messiânico completo: crise, promessa, apogeu, desilusão e colapso. O que se iniciou como esperança de regeneração nacional deu mostras de terminar em divisão, violência e fracasso institucional.

A fragilidade política de Moro também dá mostras de ser real, na medida em que, não encontrando apoio entre os partidos políticos para se lançar candidato à Presidência da República em 2022, elegeu-se senador pelo Paraná e atua no parlamento sem o destaque de outrora. No fechamento desta tese, Jair Bolsonaro, de seu turno, encontra-se em prisão domiciliar, com uso de tornozeleira eletrônica, para evitar fuga em face das condenações que lhe foram impostas pelo Supremo Tribunal Federal. Lula, de seu turno, presentemente está no exercício do quarto mandato presidencial, eleito que foi em 2022.

Esse processo de desintegração confirma a tese de que o messianismo, em suas formas religiosas ou seculares, é estruturalmente instável. Baseia-se em contextos de crise e em narrativas de salvação que não resistem à prova do tempo. Assim como Canudos sucumbiu ao Exército e o Contestado dissolveu-se sob repressão militar, a *Lava Jato* e a figura de Moro, e depois a de Bolsonaro, também foram tragadas pelos acontecimentos históricos, com exceção dos raros casos de messianismos bem-sucedidos, conforme já apontado.

No entanto, necessário é dizer que o ideário do lavajatismo e do subsequente bolsonarismo continuam vivos na sociedade brasileira, assim como vivos se acham os ideais golpistas de 1964, ainda não passado a limpo entre nós.

## 6 CONCLUSÕES

A presente tese partiu da hipótese de que o fenômeno do messianismo, recorrente na historiografia nacional, encontrou ressonância nas práticas e no discurso do ex-juiz federal Sérgio Moro, durante a condução dos processos da *Operação Lava Jato* movidos contra o Presidente Lula. O objetivo foi compreender de que modo as atuações e a liderança de Moro se aproximaram, em sua estrutura e em seus efeitos, dos movimentos messiânicos clássicos, como os de Canudos, do Contestado, dos Muckers e de Juazeiro do Norte, além dos movimentos da Cidade do Paraíso Terrestre e do Reino Encantado.

É necessário, antes do arremate, entender os limites da pesquisa efetuada: o estudo concentrou-se nos eventos brasileiros, sem avançar em comparações sistemáticas com outras experiências internacionais, a não ser em relação à *Mãos Limpas*, da Itália, embora de modo não amiadado. Ademais, circunscreveu-se, no tempo, ao período da *Lava Jato* e seus desdobramentos até a condenação dos réus do 8 de janeiro de 2023, pela riqueza de fatos e eventos servíveis para o trabalhos que ora se encerram.

Ao longo dos estudos, foi possível verificar que o movimento de apoio popular a Moro e à *Lava Jato* não se restringiu a uma confiança na justiça institucional, mas se traduziu na adesão a um projeto que visava salvar a pátria dos males causados pelos corruptos entranhados nas altas esferas do poder público. Moro, como protagonista principal dos eventos, abarcou em suas atitudes todas as principais características verificadas nas experiências messiânicas abordadas na tese.

Assim é que se identificou uma crise que colocava em descrédito as instituições tradicionais, no caso, os partidos políticos, o Congresso Nacional e a própria Presidência da República, representada na pessoa de Luiz Inácio Lula da Silva. Essa crise, artificialmente criada pelos discursos do ex-juiz federal, foi alimentada e amplificada pelos órgãos de informação e mídias em geral, dando conta de aquelas instâncias estavam sob o jugo de corruptos e, como tais, incapazes de conduzir o país a um futuro melhor. Posta a crise, que de resto é um dos motores da formação dos movimentos messiânicos, Sergio Moro trabalhou para sedimentar a ideia de que ele era o único capaz de passar o Brasil a limpo e de recompor a moralidade da vida pública.

Em várias ocasiões Sergio Moro chamou o apoio da população para o seu projeto, sendo atendido de maneira ampla e massiva, de modo a ocasionar seguidas manifestações públicas de boa envergadura compostas pelas pessoas que passaram a seguir a sua cruzada moralizante.

Não faltou, inclusive, o elemento religioso nesta empreitada, embora não diretamente emanado do ex-juiz. Moro não trazia em si os predicados religiosos típicos dos messias clássicos e nem apelava para as pregações de fé para guiar seus trabalhos, diferentemente do que fizeram o Padre Cícero, Antonio Conselheiro e Jacobina Maurer, dentre outros. Todavia, este elemento se fez presente ao longo dos trabalhos de apuração penal através das pregações religiosas encetadas pelo ex-procurador federal Deltan Dallagnol e pelo ex-juiz federal Marcelo Bretas, como amplamente demonstrado no estudo que ora se finda.

Vale dizer, a *messianização* em comento não se deu isoladamente, mas com a participação das figuras centrais de apoio a Sergio Moro, que reforçaram a aura de missão sagrada da *Lava Jato*. A retórica religiosa de luta entre o bem e o mal, a identificação da corrupção como um pecado estrutural da nação e a apresentação da operação como uma cruzada pela pureza moral casaram com o imaginário religioso do povo brasileiro. Assim, o campo jurídico foi amalgamado com o campo religioso, num sincretismo discursivo que deu corpo ao caráter messiânico do movimento.

Dallagnol utilizava as igrejas evangélicas para propagar o combate à corrupção e alavancar os trabalhos da operação junto aos fiéis; passava a ideia, em entrevistas e discursos, de que estava predestinado a salgar as mazelas do momento, tal qual alhures disseram de si próprios os tradicionais messias. Bretas, de seu turno, recorria à Bíblia, contribuindo para sacralizar o movimento de que participava.

Por fim, neste particular, o elemento religioso esteve presente nas ruas e praças por ocasião das manifestações públicas, onde se entoavam discursos de fé que purificavam a empreitada. Ademais, o dístico *Deus, Pátria e Família* foi exibido em placas e cartazes manuseados pelos manifestantes, dístico este que, ao depois, passou para o discurso de Jair Bolsonaro, líder em sequência do movimento.

Outro aspecto que se correlaciona é o suporte que Moro encontrou para seguir com seus propósitos. Assim como registraram-se acólitos, apóstolos e auxiliares em geral junto aos messias tradicionais, Dallagnol, Bretas e Gabriela Hardt trabalharam lado a lado na condução dos processos de que trata esta tese. Seguiram a mesma linha de Sergio Moro, não apenas para proferirem decisões uníssonas, mas também e sobretudo para divulgar as ideias de que, imbuídos de uma condição divina, estavam salvando o país da corrupção. Juntaram-se todos na mesma cruzada, dando vida à operação, elastecendo o campo de atuação para além de Curitiba através de atividades antijurídicas e ao mesmo tempo legitimadoras das ações.

Sobre a questão diretiva, é certo que Moro não dividiu o comando da *Lava Jato*; contou com os seus auxiliares e, depois, repassou o leme para Bolsonaro, numa transição que abria

caminho para o ocaso do ex-juiz federal e da própria operação, conforme susodito. Padre Cícero, em Juazeiro do Norte, dividiu o comando dos seus trabalhos com Floro Bartolomeu, eleito para o Congresso Nacional na esteira do movimento. No movimento do Contestado, os monges se sucederam uns aos outros, tal como igualmente ocorreu em Flores, interior de Pernambuco, no Reino Encantado; nestes episódios, cada qual liderou no seu devido tempo, em sucessão e sem sobreposição de poderes. São fenômenos que se assemelham aos que ocorreram no movimento de apoio à *Lava Jato*.

Por derradeiro, a confirmar a hipótese lançada na introdução, é o rastro de violência deixado na continuidade do lavajatismo, cujo ápice se deu no dia 8 de janeiro de 2023, com a depredação do patrimônio público na Praça dos Três Poderes, em Brasília. Foi, não por coincidência, o momento em que o colapso do movimento se caracterizava.

Diferentemente, no entanto, do que ocorreu nos movimentos messiânicos estudados, em que os seguidores e os líderes foram mortos por atos repressivos dos poderes constituídos, os envolvidos de agora tiveram, e continuam tendo, o justo e devido processo legal, com direito a defesa regular por advogados constituídos para exercício pleno do contraditório e ampla defesa, ressaltando os esforços do Poder Judiciário no sentido de manter o estado democrático de direito.

Embora seja o caso de julgamento sobre a prática de atos violentos destinados à abolição do estado democrático de direito e instauração de um estado ditatorial, de exceção, o tratamento dispensado aos réus se dá conforme os cânones da constitucionalidade; de outro lado, a celeridade dos trâmites processuais e a imposição de penas mais altas para os réus em nada desnatura o que se afirma sobre a lisura procedimental dos processos. Antes, justificam a necessidade de se combater com firmeza os atos atentatórios à democracia na medida em que, se bem sucedidos, impediriam qualquer tipo de responsabilização.

A semelhança do movimento lavajatista com os típicos movimentos messiânicos brasileiros aponta para um padrão: configuração de uma grave crise; aparecimento do messias que, embalado em crenças religiosas, promete a salvação de todos num futuro redentor; o ajuntamento de seguidores, que conformam o movimento ao redor do messias; o apogeu e, enfim, o colapso do movimento, com atos de criminalidade e violência. E nessa linha, portanto, que a hipótese levantada como mote para a pesquisa se confirma: se os atos do ex-juiz federal não se afiguram exatamente como típicos do messianismo tradicional, força é concluir que ao menos ecos daquele messianismo ali se encontram.

Em última *ratio*, a tese mostra que nenhuma democracia pode sustentar-se sobre a expectativa de um único salvador, pois o peso da realidade histórica sempre revela a fragilidade

de tais construções simbólicas. O messianismo de Moro, ao repetir os padrões clássicos de ascensão e queda, inscreve-se na longa narrativa dos messianismos brasileiros: uma narrativa em que fé, política e justiça se confundem, mas que, invariavelmente, termina de maneira trágica.

A atuação de Moro não foi apenas jurídica, mas esteve embalada em eventos religioso-políticos, marcados pela fusão de símbolos, mitos e práticas rituais que conferiram a seus líderes um papel redentor perante a população. Disso é lícito concluir que trabalhos deste jaez contribuem para a compreensão do messianismo no campo da Ciências da Religião, notadamente pelos riscos advindos do uso enviesado das religiosidades nas diversas áreas da atuação humana, sobretudo quando usadas com intenções político-partidárias, como é o caso em estudo.

Reflexões a partir desta constatação são necessárias como tentativa de se evitar repetições do gênero. Tais acontecimentos facilmente transbordam para o fanatismo, primeiro passo para o esgarçamento das relações sociais, para a destruição de reputações e, sobretudo, de vidas humanas em atos de crueldade cujas marcas ficam indelévels na sociedade.

## 7 REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA CNJ. CNJ afasta o juiz Marcelo Bretas para investigar condução de processos no RJ. 2023. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cnj-afasta-o-juiz-federal-marcelo-bretas-para-investigar-conducao-de-processos-no-rj/>. Acesso em: 9 abr. 2025.
- ALMEIDA JÚNIOR, Jair de. Um panorama do fenômeno religioso brasileiro: neopentecostalismo ou pentecomessianismo. *Revista Ciências da Religião - História e Sociedade*, v. 6, n. 2, 2009. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cr/article/view/426>. Acesso em: 2 abr. 2025.
- ALVES, Murilo Cavalcanti. Mahdi: o messias islâmico xiita. *Revista de Cultura Teológica*, nº 96, Maio/Ago 2020. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/50263/pdf>. Acesso em 7 jul 2025.
- BACH, Maurizio. Carisma e racionalismo na sociologia de Max Weber. *Sociologia & Antropologia*, v. 1, n. 1, p. 51-70, 2011. Disponível em: <https://scispace.com/pdf/carisma-e-racionalismo-na-sociologia-de-max-weber-43ifoegsx6.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2025.
- BALMER, Crispian. Escândalos diplomáticos e sexuais, festas notórias e gafes marcaram trajetória de Silvio Berlusconi. *CNN Brasil*, 12 jun. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/escandalos-diplomaticos-e-sexuais-festas-notorias-e-gafes-marcaram-trajetoria-de-silvio-berlusconi/>. Acesso em: 23 mar. 2025.
- BARBUY, Victor Emanuel Vilela. 85 anos do Manifesto de Outubro. *Frente Integralista Brasileira*, 7 out. 2017. Disponível em: <https://integralismo.org.br/doutrina/85-anos-do-manifesto-de-outubro/>. Acesso em: 23 mar. 2025.
- BÍBLIA. Samuel 7:16. (n.d.). Disponível em: <https://www.bible.com/pt/bible/129/2SA.7.16.NVI>. Acesso em: 2 abr. 2025.
- BLANK, Renold J. Milenarismo e esperança escatológica hoje. *Vida Pastoral*, (n.d.). Disponível em: <https://www.vidapastoral.com.br/artigos/escatologia/milenarismo-e-esperanca-escatologica-hoje/>. Acesso em: 23 mar. 2025.
- BOFF, Leonardo. Carisma e carismáticos: que energia é essa? *Leonardo Boff*, 31 ago. 2014. Disponível em: <https://leonardoboff.org/2014/08/>. Acesso em: 23 mar. 2025.
- BOLDT, Raphael. Maxiprocessos criminais, corrupção e mídia: uma análise a partir da operação lava jato. *Rev. Bras. de Direito Processual Penal*, Porto Alegre, v. 6, n. 3, p. 1209-1237, set.-dez. 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/6739/673971424005.pdf>. Acesso em 05 out. 2025.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 17 set. 2025.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. Requerimento nº [número] de 2015. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1304426&filename=Tramitacao-RCP%203/2015](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1304426&filename=Tramitacao-RCP%203/2015). Acesso em: 24 mar. 2025.

CÂNDIDO, Antonio. Os parceiros do Rio Bonito. 9. ed. São Paulo: Editora 34, 2001.

CELENTE, Marcelo Lima. A manipulação da opinião pública no Brasil: uma análise da atuação da mídia digital a partir da cobertura da denúncia contra Lula na *Operação Lava Jato*. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/282466/001217957.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 27 ago. 2025.

CHEVITARESE, André Leonardo. Jesus de Nazaré: uma outra história. São Paulo: FAPESP, 2006.

CUNHA. Euclides da. Os sertões. 36ª Edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

DADICO, Cláudia Maria. Fascismo, protofascismo ou pós-fascismo: o que acontece no Brasil de 2022? *Brasil de Fato*, 7 abr. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/colunista/avesso-do-direito/2022/04/07/fascismo-protofascismo-ou-pos-fascismo-o-que-acontece-no-brasil-de-2022/>. Acesso em: 24 mar. 2025.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Iluminação da Pedra do Reino: símbolo cultural da identidade belmontense. 2019. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/turismo/2019/04/ilumiara-pedra-do-reino-simbolo-cultural-da-identidade-belmontense.html>. Acesso em: 9 abr. 2025.

ECO, Umberto. O nome da rosa. São Paulo: Rio de Janeiro, 2019.

ESTADO DE MINAS. Moro fará palestra nos EUA sobre combate à corrupção: 'Experiência recente'. 13 out. 2021. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/10/13/interna\\_politica,1313322/moro-fara-palestra-nos-eua-sobre-combate-a-corrupcao-experiencia-recente.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/10/13/interna_politica,1313322/moro-fara-palestra-nos-eua-sobre-combate-a-corrupcao-experiencia-recente.shtml). Acesso em: 9 abr. 2025.

FACÓ, Rui. Cangaceiros e fanáticos. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Morte e memória: a necrofilia política da Ação Integralista Brasileira (AIB). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 889-909, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/SPGWFm9fBJ3G3rL4Z7CRhBC/>. Acesso em: 9 abr. 2025.

FERRARI, Bárbara Dorati. Análise crítica de acordos de colaboração realizados no âmbito da operação Lava-Jato à luz das coordenadas constitucionais. 2020. Disponível em [https://www.mprj.mp.br/documents/20184/2026467/B%C3%A1rbara\\_Dorati\\_Ferrari.pdf](https://www.mprj.mp.br/documents/20184/2026467/B%C3%A1rbara_Dorati_Ferrari.pdf). Acesso em 31 ago. 2025.

FERREIRA, Joel Antônio. O Messias/Rei Jesus e os messias camponeses do seu tempo. Caminho. Goiânia, v. 13, n. 2, jul./dez. 2015. Disponível em <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/4295/2470>. Acesso em 05 out. 2025.

FONTES, Giulia Sbaraini et al. Petrolão na mídia: O enquadramento de 18 meses da *Operação Lava Jato* nas revistas impressas. *Revista Agenda Política*. Vol.4, n.3. Setembro/dezembro 2016. Disponível em <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/116/111>. Acesso em 27 ago. 2025.

FRATERNIDADE ECLÉTICA ESPIRITUALISTA UNIVERSAL. Nossa visão. Disponível em: <https://www.feeu.org/nossa-visao>. Acesso em: 9 abr. 2025.

GILFRANCISCO. O beato Pedro Batista – uma comunidade no sertão. *E-book.br*. Editora Universitária do Livro Digital, 2021.

GLOBOPLAY. Conversa com Bial. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7528147/>. Acesso em: 9 abr. 2025.

GUARESCHI, Égide. Pôncio Pilatos: o simulacro. *Anuário de Literatura*, v. 21, n. 1, p. 193-197, 2016.

HENRIQUES, Ana Cândida Vieira. Zoroastrismo da Pérsia e catolicismo romano: um estudo comparado entre concepções escatológicas. UFBA, 2019. Tese (Doutorado em Ciências das Religiões) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em: [https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/19037/1/AnaC%C3%A2ndidaVieiraHenriques\\_Tese.pdf](https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/19037/1/AnaC%C3%A2ndidaVieiraHenriques_Tese.pdf). Acesso em: 9 abr. 2025.

HERMANN, Jacqueline. Sebastianismo e sedição: rebeldes do Rodeador na "Cidade do Paraíso Terrestre", Pernambuco - 1817-1820. *Tempo*, (n.d.). Disponível em: <https://www2.historia.uff.br/tempo/wp-content/uploads/2024/11/artg11-9.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2025.

HORSLEY, Richard A. e HANSON, John S. Bandidos, profetas e messias. Movimentos populares no tempo de Jesus. São Paulo: Paulus, 1995.

INTERCEPT BRASIL. As mensagens secretas da *Lava Jato*, parte 5. 12 jun. 2019. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2019/06/12/chat-sergio-moro-deltan-dallagnol-lavajato/>. Acesso em: 9 abr. 2025.

INTERCEPT BRASIL. As mensagens secretas da *Lava Jato*, parte 33. 20 jan. 2020. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2020/01/20/linha-do-tempo-vaza-jato/>. Acesso em: 9 abr. 2025.

KHALED Jr., S. H. (2010). O Sistema Processual Penal brasileiro Acusatório, misto ou inquisitório? *Civitas: Revista De Ciências Sociais*, 10(2), 293–308. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2010.2.6513>. Acesso em 05 out. 2025.

LEITE, Antonio Ático de Souza. Memória sobre o Reino Encantado na Comarca de Villa Bella. 2. ed. Juiz de Fora: Tipografia Mattoso, 1898. Disponível em: [https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or274013/or274013.pdf](https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or274013/or274013.pdf). Acesso em: 9 abr. 2025.

LIMA, Elizabeth Christina de Andrade. A construção das imagens públicas de Dilma Rousseff e Michel Temer nas revistas semanais. *Revista Feminismos*, 2018. <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/32996/19462>. Acesso em 30 ago. 2025.

LIMA, Estácio de. Volta Seca e o estranho mundo dos cangaceiros. Editoria Universitária do Livro Digital, 2020. [https://linguagens.ufba.br/2020/volta\\_seca.pdf](https://linguagens.ufba.br/2020/volta_seca.pdf). Acesso em 29 ago. 2025.

LOPES, Bruno Henrique Brito. Um confronto no sertão brasileiro em pleno século XIX: 15 raras fotografias da Guerra de Canudos. *História Ilustrada*, (n.d.). Disponível em: <https://www.historiaillustrada.com.br/2014/06/fotos-da-guerra-de-canudos.html>. Acesso em: 9 abr. 2025.

LOPES, Marcos Antônio. Brigadas do antifanatismo: a invenção da tolerância religiosa. *História*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 24-39, 2010. (Dossiê: História e Religiosidades). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/q99hs7Bj5nr8pXyX5LdXKJg/>. Acesso em: 9 abr. 2025.

LOURENÇO, João. O messianismo bíblico: que esperança? *Fundação Betânia*, 2019. Disponível em: [https://www.fundacao-betania.org/betania/cadernos/pdf/Caderno35\\_O\\_Messianismo\\_Biblico\\_Que\\_Esperanca\\_Joao\\_Lourenco.pdf](https://www.fundacao-betania.org/betania/cadernos/pdf/Caderno35_O_Messianismo_Biblico_Que_Esperanca_Joao_Lourenco.pdf). Acesso em: 9 abr. 2025.

MANIFESTO de 7 de outubro de 1932. *Frente Integralista Brasileira*, (n.d.). Disponível em: <https://www.integralismo.org.br/manifesto-de-7-de-outubro-de-1932/>. Acesso em: 7 abr. 2025.

MAZZINI, Giuseppe. Deveres do Homem. [E-book]. Disponível em: <https://www.ebooksbrasil.org/eLibris/mazzini.html>. Acesso em: 9 abr. 2025.

MEIRELES, Isabella. Lava Jato: A construção de um “novo herói”. 2015. Disponível em <https://grislab.com.br/lava-jato-a-construcao-de-um-novo-heroi/>. Acesso em 05 out. 2025.

MELLO, Marcus Vinícius de. Por que a competência da *Lava Jato* no primeiro grau foi estabelecida em Curitiba? *JusBrasil*, (n.d.). Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/por-que-a-competencia-da-lava-jato-no-primeiro-grau-foi-estabelecida-em-curitiba/1356710471>. Acesso em: 9 abr. 2025.

MIGALHAS. Ministro Barroso disserta sobre combate à corrupção e refundação do Brasil. 2019. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/299321/ministro-barroso-disserta-sobre-combate-a-corrupcao-e-refundacao-do-brasil>. Acesso em: 9 abr. 2025.

MORO, Sergio Fernando. Considerações sobre a Operação Mani Pulite. *Revista CEJ*, Brasília, n. 26, p. 56-62, jul./set. 2004. Disponível em: <https://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/article/view/625/805>. Acesso em: 9 abr. 2025.

MORO, Rosângela. O dias mais intensos. Uma história pessoal de Sergio Moro. São Paulo: Editora Planeta, 2020.

MORO, Sergio Fernando. Independência judicial e abuso de autoridade. *O Globo*, 25 abr. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/artigo-independencia-judicial-abuso-de-autoridade-por-sergio-moro-21251404>. Acesso em: 1 nov. 2020.

NEGRÃO, Lísias Nogueira. Revisitando o messianismo no Brasil e profetizando seu futuro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 16, n. 46, p. 119-129, jun. 2001.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/GK6DpnYKKJsftjJYmTWLYqR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 9 abr. 2025.

NOGUEIRA, Ataliba. Antônio Conselheiro e Canudos. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

PEREIRA, Clevisson Júnior. Geografia da religião. Um olhar panorâmico. *RA'E GA* 27 2013, p.10-37. Fonte: [www.geografia.ufpr.br/raega/](http://www.geografia.ufpr.br/raega/) Curitiba, Departamento de Geografia – UFPR. Acesso em 23 set. 2025.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SILVA, Daniel Pinha. Sergio Moro negacionista? *Operação Lava Jato*, transparência atualista e negação da política. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 41, n. 87, p. 135-159, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93472021v41n87-07>. Acesso em: 7 abr. 2025.

PINTEREST. Guerra do Contestado: Terceiro Monge. Disponível em:

<https://br.pinterest.com/pin/157063105750517637/>. Acesso em: 24 mar. 2025.

POMPA, Cristina. A construção do fim do mundo: para uma releitura dos movimentos sócio-religiosos do Brasil "rústico". *Revista de Antropologia*, v. 41, n. 1, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-77011998000100006>. Acesso em: 19 mar. 2025.

PODER360. Sergio Moro fala em conferência sobre o Brasil em Harvard, nos EUA. 8 abr. 2017. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/evento-sobre-o-brasil-em-harvard-nos-eua-reune-dilma-e-moro/>. Acesso em: 9 abr. 2025.

PRADO, Clara Versiani dos Anjos. Um republicano no sertão: o messianismo em Euclides da Cunha. *Paidei@ - Revista Científica de Educação a Distância*, n.p., 2010. Disponível em: <https://periodicos.unimesvirtual.com.br/index.php/paideia/article/viewFile/172/134>. Acesso em: 19 mar. 2025.

PRADO JÚNIOR, Tarcis. *Livrai-nos do mal. A tecnologia do imaginário na construção do heróis Moro pela mídia*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão em Comunicação e Linguagens. Universidade Tuiuti do Paraná. 2019. Fonte: <https://tede.utp.br/jspui/bitstream/tede/1623/2/LIVRAI-NOS%20DO%20MAL.pdf>. Acesso em 18 set. 2025.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O messianismo no Brasil e no mundo. São Paulo: Dominus Editora, 1965.

RESEARCHGATE. [Figura 1: Fotografia do Casal Maurer]. [1977?]. Disponível em: [https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Fotografia-do-Casal-Maurer-DOMINGUES-1977-p-7\\_fig1\\_382619938](https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Fotografia-do-Casal-Maurer-DOMINGUES-1977-p-7_fig1_382619938). Acesso em: 25 mar. 2025.

RIBEIRO, Ari Luís do Vale. Jesus e os movimentos messiânicos. *Revista de Cultura Teológica*, v. 17, n. 66, p. 27-54, jan./mar. 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/15490>. Acesso em: 19 mar. 2025.

RIVAS, Eugênio; TAVARES, Sinivaldo S. “Novos” messianismos. *Perspectivas Teológicas*, Belo Horizonte, v. 52, n. 3, p. 551-557, set./dez. 2020.

RODAS, Sergio. Operação 'Lava Jato' completa 30 anos com legado negativo. *Conjur*, 28 fev. 2022. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-fev-28/operacao-maos-limpas-completa-30-anos-legado-negativo/>. Acesso em: 19 mar. 2025.

ROSA, João Guimarães. Grande Sertão: Veredas. 19ª edição. Rio de Janeiro: 2007.

ROMEIRO, Adriana. Corrupção e poder no Brasil: uma história, séculos XVI a XVIII. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

ROSSI, Luiz Alexandre Solano. O messianismo e a construção do paraíso na história. *Revista Aulas*, n. 4, p. 1-14, abr./jul. 2007. (Dossiê Religião). Disponível em: [https://unicamp.br/~aulas/Conjunto%20I/4\\_10.pdf](https://unicamp.br/~aulas/Conjunto%20I/4_10.pdf). Acesso em: 19 mar. 2025.

SCARDELAI, Donizete. Jesus e os movimentos messiânicos do seu tempo. *Espaços - Revista de Teologia e Cultura*, v. 4, n. 1, p. 41-58, 1996.

SCHMIDT, Patrícia. Plínio Salgado: o discurso integralista, a revolução espiritual e a ressurreição da nação. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/91192/248378.pdf?sequence=1>. Acesso em: 19 mar. 2025.

SCHUPP, Padre Ambrósio. Os Muckers. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 2004. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1093/710311.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2025.

SILVA, Célia Nonata da. Movimentos reativos e lideranças católicas no século XIX no Brasil. *Revista Caminhos da História*, v. 18, n. 1, 2013.

SILVA, Maria. Movimentos messiânicos no Brasil: uma análise histórica. São Paulo: Editora ABC, 2010.

SILVA JÚNIOR, Isaac José da; PEREIRA, Rakel Luciana Azevedo. Influências sebastiânicas no fantástico mundo do imaginário nordestino. (n.d.). Disponível em: [http://www.unicap.br/armorial/35anos/trabalhos/d\\_sebastiao.pdf](http://www.unicap.br/armorial/35anos/trabalhos/d_sebastiao.pdf). Acesso em: 19 mar. 2025.

SILVA, Terezinha. SIMÕES, Paula Guimarães. A imagem pública de Sérgio Moro: valores em disputa no contexto brasileiro. *Revista FAMECOS*, 2020. Disponível em <https://pucrs.emnuvens.com.br/revistafamecos/article/view/37097/26536>. Acesso em 30 ago. 2025.

SODRÉ, Nelson Werneck. Formação histórica do Brasil. 11. ed. São Paulo: DIFEL, 1982.

SOUSA, Darcon e SOUSA, Júnior C. Pontos de contato: as relações entre o discurso da extrema direita e a religiosidade evangélica no Brasil. *Revista Movimentação*, Dourados, MS, V.7, nº.12, jan./jun. 2020 - ISSN 2358-9205. Acesso em 12 Ago. 2025.

TEIXEIRA, Lucas Borges. Foto de Moro em trem de Portugal é propaganda para conferência. *UOL*, 6 ago. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/2019/08/06/foto-de-moro-em-trem-de-portugal-e-propaganda-para-conferencia.htm>. Acesso em: 19 mar. 2025.

TELES, I. F. P. O SOLIPSISMO SOB A ÓTICA DA HERMENÊUTICA CRÍTICA DO DIREITO, COM ÊNFASE NO PENSAMENTO DE LENIO STRECK. *CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES*, [S. l.], v. 13, n. 9, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/186>. Acesso em: 30 ago. 2025.

UARSK, Frank; TEIXEIRA, Alfredo; PASSOS, João Décio (Orgs.). *Dicionário de Ciências da Religião*. São Paulo: Paulinas; Paulus; Loyola, 2022.

UOL. Moro cita de Batman a Poderoso Chefão e juristas em sentenças e palestras. 22 dez. 2017. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/listas/de-batman-a-franklin-roosevelt-quais-sao-as-inspiracoes-de-sergio-moro.htm>. Acesso em: 19 mar. 2025.

VEIGA, Edison. Por que Jesus 'deu certo' e tantos outros aclamados messias de seu tempo ficaram pelo caminho. *BBC News Brasil*, 19 dez. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/ceql2w58rxlo>. Acesso em: 7 abr. 2025.

VECHI, Fernando. As consequências da atuação do magistrado Sergio Moro no caso da divulgação das interceptações telefônicas em março de 2016. *Revista Transgressões – Ciências Criminais em Debate*. V. 7, n. 1. Natal: UFRN, 2019.

VITÓRIO, Jaldemir. Uma nova humanidade: o horizonte messiânico de Jesus de Nazaré no Evangelho de Mateus. *Perspectivas Teológicas*, Belo Horizonte, v. 52, n. 3, p. 559-583, set./dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pteo/a/zgBnQGf8SqpM8CrhtfR3kk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 mar. 2025.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. v. 2. São Paulo: Editora UNB, 2004.

WOLOSZIN, André Luís. O crime de tortura na história e sua evolução no Direito Penal Brasileiro. *Revista do Ministério Público* nº 51, n.d. Disponível em [https://www.amprs.com.br/arquivos/revista\\_artigo/arquivo\\_1274205323.pdf](https://www.amprs.com.br/arquivos/revista_artigo/arquivo_1274205323.pdf)

ZANIN, Cristiano; MARTINS, Waleska; VALIM, Rafael. *Lawfare: uma introdução*. São Paulo: Contracorrente, 2020.